



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS - CCI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS
REGIONAIS - PPGDIRE

Islana Barbosa da Silva

ARRANJOS PRODUTIVOS INTERROMPIDOS EM BABAÇULÂNDIA/TO: modos de
individuação do sujeito pelo Estado

Araguaína/TO

2025

Islana Barbosa da Silva

ARRANJOS PRODUTIVOS INTERROMPIDOS EM BABAÇULÂNDIA/TO: modos de
individuação do sujeito pelo Estado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientador(a): Dr. João de Deus Leite

Araguaína/TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238a BARBOSA DA SILVA, ISLANA .
ARRANJOS PRODUTIVOS INTERROMPIDOS EM
BABAÇULÂNDIA/TO: : modos de individuação do sujeito pelo
Estado / ISLANA BARBOSA DA SILVA. - Centro de Ciências
Integradas - CCI, TO, 2025.

123 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação -
Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e
Dinâmicas Regionais - PPGDire) -- Universidade Federal do
Norte do Tocantins, 2025.

Orientador: João de Deus Leite.

1. Análise do Discurso. 2. Individuação do Sujeito. 3.
Arranjos Produtivos Locais.

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ORCID dos pesquisadores

Orientador: João de Deus Leite – <https://orcid.org/0000-0002-8918-9940>

Orientanda: Islana Barbosa da Silva – <https://orcid.org/0009-0007-1332-9621>

Islana Barbosa da Silva

ARRANJOS PRODUTIVOS INTERROMPIDOS EM BABAÇULÂNDIA/TO: modos de
individuação do sujeito pelo Estado

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas (CCI), Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE). Foi avaliado para a obtenção do grau de Mestre (a) e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 28/08/2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. João de Deus Leite – Orientador (UFNT)

Prof. Dr. Mauro Torres Siqueira – Membro interno (UFNT)

Profa. Dr. Rômulo Soares Barbosa - Membro externo (UNIMONTES)

Ao meu esposo Gilzomar, meu aplauso favorito.

AGRADECIMENTOS

Se esta dissertação tivesse trilha sonora, ela começaria com uma música suave, daquelas que embalam a alma e nos faz lembrar do Deus que nos sustentou e de quem segurou nossa mão no caminho. Agradeço ao meu Deus por me permitir trilhar esse caminho e por tantas bênçãos imerecidas.

Ao meu esposo Gilzomar, que acredita em mim até quando eu duvido, que é força, colo, incentivo, fé, farol e não me deixa esquecer dos lugares que posso chegar.

Aos meus pais, Ivaney e Mauraci, meu alicerce, que nessa jornada, como sempre, cuidaram de mim e do meu lar com tanto amor, me permitindo estudar com tranquilidade, rodeada de cuidado e amor.

Às minhas irmãs lanca e Ivanna, que sempre estão por mim, o que me dá um tipo de paz que não tem nome.

Thomas e Cecília, meus queridos e amados sobrinhos, que têm o dom de me devolver o ar nos dias pesados, em quem me afago dando colo.

Aos meus amigos de vida que me tiraram do foco para que eu me mantivesse sã, me lembrando que a vida é muito mais que prazos e projetos.

À Micaelle e Josiel, meus parceiros de trabalho, por acolherem com tanta empatia minhas ausências e silêncios.

Ao meu orientador, Dr. João de Deus Leite, pela paciência quase lendária, pelas orientações, e, sobretudo, por acreditar no meu trabalho mesmo nos seus primeiros rascunhos.

À Dra. Cristine Mansur, Dr. Mauro Torres e Dr. Rômulo Barbosa, por dedicarem tempo e olhar crítico à leitura e avaliação desta dissertação.

À UFNT e a professores, especialmente do programa, por ampliaram meus horizontes teóricos e metodológicos, deixando marcas que ultrapassam as páginas desta dissertação.

Ao Bruno Melo por todo o auxílio com os mapas.

Aos colegas e amigos da 7ª turma do PPGDire, que levarei na memória e no coração, pelas trocas e risadas no meio do caos.

À Midian, Agda e Rosy, por dividirem a teoria, os pesos, os PDFs, e por fazerem essa caminhada menos solitária.

À Paula Regis e Erika, pela disposição, apoio e pela leveza que dividiram essa jornada comigo.

Aos moradores de Babaçulândia, de forma profunda e especial, em particular aos barqueiros, barraqueiros, oleiros, vazanteiros e quebradeiras de coco, que generosamente compartilharam histórias, memórias, tempo e vivências comigo. Sem os quais esta pesquisa, que busca dar visibilidade às suas vozes e experiências, não seria possível. Espero que este trabalho possa, de alguma forma, contribuir para a reflexão sobre os impactos que vivenciaram.

A conclusão desta dissertação marca o fim de uma jornada intensa e transformadora, repleta de desafios, aprendizados e superações. Este caminho não foi percorrido solitariamente, e minha gratidão se estende a todos que, de diferentes formas, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! [...]. (Josué 1:9)

RESUMO

A construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, como a Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito, gera grandes impactos, afetando diretamente as condições de vida e de trabalho das comunidades locais. Considerando essa premissa, nesta dissertação, analisamos, sob a ótica da Análise do Discurso, as discursivizações e os modos de individuação de sujeitos pertencentes aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) interrompidos pela formação do reservatório da UHE em Babaçulândia, Tocantins. Os sujeitos entrevistados são ex-barqueiros, ex-barraqueiros, ex-oleiros, ex-vazanteiros e ex-quebradeiras de coco. Inscritos em uma abordagem qualitativa, a pesquisa baseou-se em entrevistas semiestruturadas, utilizando a técnica de amostragem bola de neve para seleção dos participantes. Os áudios das entrevistas foram transcritos, de onde foram recortadas sequências discursivas (SD); no total foram realizadas 10 entrevistas. A análise tomou como ponto de partida as sequências discursivas para a compreensão de como os sujeitos pertencentes aos APLs significam os impactos advindos da formação do reservatório. Os resultados revelam processos de subjetivação marcados pela ruptura das condições materiais de produção, formações discursivas que contrastam a memória de um passado de autonomia produtiva e de abundância com um presente marcado pela precariedade, pela dependência e pela experiência de injustiça. A análise evidencia diferentes processos discursivos de modos de individuação frente à perda. Concluímos que a interrupção dos APLs desencadeou processos de individuação, marcados pela falha ou pela falta do Estado, moldando as posições-sujeito e as formas como esses indivíduos significam suas trajetórias e resistem ou se resignam diante das transformações impostas. A pesquisa contribui com a compreensão da discursividade subjetiva dos impactos de grandes projetos por meio da AD.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Individuação; Arranjos Produtivos Locais; Usina Hidrelétrica; Babaçulândia; Impactos Socioambientais.

ABSTRACT

The construction of large hydroelectric projects, such as the Estreito Hydroelectric Power Plant (HPP), causes significant impacts, directly affecting the living and working conditions of local communities. Based on this premise, this dissertation analyzes, from the perspective of Discourse Analysis, the discursive practices and modes of individuation of subjects belonging to the Local Productive Arrangements (LPAs) disrupted by the formation of the HPP reservoir in Babaçulândia, Tocantins. The interviewees include former boatmen, stallholders, brickmakers, floodplain farmers, and babassu coconut breakers. Following a qualitative approach, the research was based on semi-structured interviews, using the snowball sampling technique to select participants. The interview audios were transcribed, from which discursive sequences (DS) were extracted; in total, 10 interviews were conducted. The analysis started from these discursive sequences to understand how the subjects from the LPAs interpret the impacts resulting from the formation of the reservoir. The results reveal subjectivation processes marked by the disruption of material production conditions, and discursive formations that contrast the memory of a past of productive autonomy and abundance with a present marked by precariousness, dependence, and the experience of injustice. The analysis highlights different discursive processes of individuation in the face of loss. We conclude that the interruption of the LPAs triggered individuation processes shaped by the absence or failure of the State, influencing the subject-positions and the ways in which these individuals interpret their trajectories and either resist or resign themselves to the imposed changes. This research contributes to understanding the subjective discursiveness of the impacts of large-scale projects through Discourse Analysis.

Keywords: Discourse Analysis; Individuation; Local Productive Arrangements; Hydroelectric Power Plant; Babaçulândia; Socio-environmental Impacts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Babaçulândia antes da formação do reservatório da UHE	13
Figura 2 - Babaçulândia depois da formação do reservatório da UHE	14
Figura 3 - Rua Humberto de Campos antes da formação do lago.....	42
Figura 4 – Rua Humberto de Campos depois da formação do lago.	43
Figura 5 – Local de exercício das atividades dos APLs antes do reservatório	48
Figura 6 - Local de exercício das atividades dos APLs depois do reservatório	49
Figura 7 - Embarcação de transporte de passageiros e de cargas.....	50
Figura 8 - Embarcações ancoradas na Praia do Coco	51
Figura 9 - Embarcações ancoradas na rampa da beira rio.....	52
Figura 10 - Embarcação com passageiros e com cargas realizando a travessia.....	53
Figura 11 - Estruturas das barracas na Praia do Coco.....	53
Figura 12 – Praia do Coco	54
Figura 13 – Local aproximado de onde a Praia do Coco foi instalada na figura 10 ..	55
Figura 14 - Olaria comunitária de Palmatuba	56
Figura 15 - Forno da olaria comunitária de Palmatuba.....	57
Figura 16 - Vazante às margens do Rio Tocantins.....	58
Figura 17 - Vazante às margens do Rio Tocantins.....	59
Figura 18 - Quebradeiras de Palmatuba quebrando coco babaçu	59
Figura 19 - Quebradeiras na produção do artesanato de babaçu	60
Figura 20 - Comercialização na feira coberta	61
Figura 21 - Esquema de constituição do sujeito por Eni Orlandi	75
Gráfico 1 – População residente no município de Babaçulândia/TO.....	25
Mapa 1 - Localização de Babaçulândia.....	21
Mapa 2 - Distribuição das usinas hidrelétricas no Brasil.....	32
Mapa 3 - Distribuição das usinas hidrelétricas na Bacia Tocantins-Araguaia.	33
Mapa 4 - Localização da Usina Hidrelétrica Estreito	34
Mapa 5 - Babaçulândia antes e depois da formação do lago	80
Quadro 1 - Discursividades sobre como o enunciador foi atingido pela UHE.....	90
Quadro 2 - Discursividades sobre a reparação recebida.....	94
Quadro 3 - Discursividades sobre atividade e renda antes e depois da UHE.....	99
Quadro 4 - Discursividades sobre a atuação do poder público.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil Geral do Município de Babaçulândia/TO	22
Tabela 2 - População residente por gênero no período 1980 a 2022.	23
Tabela 3 - Quantitativo populacional dos municípios atingidos pela UHE Estreito ...	26
Tabela 4 - Localização das unidades familiares	27
Tabela 5 - Ocupação do município de Babaçulândia	29
Tabela 6 - Áreas de formação do reservatório da UHE	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do discurso
AD1	Primeira fase da Análise do Discurso
AD2	Segunda fase da Análise do Discurso
AD3	Terceira fase da Análise do Discurso
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APL	Arranjo Produtivo Local
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CESTE	Consórcio Estreito Energia
DOI	Digital Object Identifier
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FD	Formação Discursiva
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
NURC	Projeto da Norma Urbana Linguística Culta
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
REDESIST	Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SD	Sequência Discursiva
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e Orçamento
UHE	Usina Hidrelétrica de Estreito

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ASPECTOS DE BABAÇULÂNDIA	20
3	HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS	30
3.1	Perspectivas sobre território	36
3.2	Expulsões pela formação da UHE	40
4	ARRANJOS PRODUTIVOS E CATALOGAÇÃO COPARTICIPATIVA	45
4.1	Barqueiros	50
4.2	Barraqueiros	53
4.3	Oleiros	55
4.4	Vazanteiros	57
4.5	Quebradeiras de coco babaçu	59
4.6	Feira coberta	61
5	FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DISCURSIVA	63
5.1	Mapeando os caminhos da construção simbólica do real	63
5.2	Ideologia em movimento: memória e esquecimento	70
5.3	A interpelação estatal na individu(aliz)ação do sujeito	74
6	PERCURSO METODOLÓGICO: DO LUGAR AO DISCURSO	79
6.1	Caracterização da pesquisa	79
6.2	Recorte espacial e temporal	79
6.3	Coleta de dados	81
6.4	Organização do <i>corpus</i>	84
6.5	Caracterização dos entrevistados	85
6.6	Análise do <i>corpus</i>	86
7	ANÁLISE DISCURSIVA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS	89
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	114
	ANEXO I	118
	APÊNDICE I	120

1 INTRODUÇÃO

A implementação de grandes projetos de infraestrutura, especialmente usinas hidrelétricas (UHEs), é comumente justificada no discurso público e governamental como indispensável para o desenvolvimento econômico e para o progresso do país. Essas discursivizações privilegiam a geração de energia em grande volume, o fomento à industrialização e a promessa de oportunidades econômicas.

Entretanto, subjacente a essa visão de progresso, encontram-se os territórios e as populações que arcam diretamente com as consequências desses empreendimentos. O extenso histórico do Brasil em desenvolvimento hidrelétrico ilustra essa realidade, em que, embora importante para a expansão de sua matriz energética, acarreta impactos significativos para as comunidades locais. A experiência de Babaçulândia, drasticamente alterada pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, é um exemplo. A Figura 1 revela Babaçulândia antes da formação do reservatório:

Figura 1- Babaçulândia antes da formação do reservatório da UHE



Fonte: Google Earth (2024) | Organizado pela autora (2025).

As transformações na estrutura física do município acarretaram a perda de espaços fundamentais para a vida cotidiana das populações locais, que, nesses territórios, reconheciam o sentido de sua própria existência. Diversas atividades produtivas, caracterizadas pela ligação com o ambiente natural, foram diretamente impactadas, comprometendo a subsistência de inúmeras famílias. A inundação dessas áreas para a formação do reservatório negligenciou os modos de vida tradicionais em nome do desenvolvimento econômico, como demonstra a Figura 2:

Figura 2 - Babaçulândia depois da formação do reservatório da UHE



Fonte: Google Earth (2024) | Organizado pela autora (2025).

A submersão de parte do território não só alterou o panorama físico, mas também a economia e a identificação social dos moradores locais. Antes da formação do reservatório, boa parte da população local mantinha, como principal fonte de subsistência, atividades ligadas às águas, seja pela forma de execução do trabalho, seja pelo modo como se organizavam socialmente. Havia Arranjos Produtivos Locais de barqueiros, de barraqueiros, de vazanteiros, de oleiros, de quebradeiras de coco e outros.

No entanto, após a formação do reservatório, que submeteu os moradores a uma série de impactos ecológicos, econômicos, sociais e culturais, provocando transformações profundas, especialmente nos APLs, houve desestruturação de

práticas e de dinâmicas anteriormente consolidadas, não perdendo de vista os modos de vida e de fazer intimamente ligados à água corrente.

A paisagem natural da região onde Babaçulândia/TO está localizada exercia forte influência sobre os aspectos sociais, determinando os modos de vida e de fazer, conforme temos considerado neste texto. Com a formação do reservatório, pequenos ribeirões próximos às zonas urbanas perderam suas matas ciliares, que antes eram importantes áreas de extrativismo vegetal. Além disso, o rio deixou de ter suas áreas de várzea devido à vazão constante e inundada, e, como consequência, a comercialização da agricultura familiar, que sustentava muitas famílias, inclusive aquelas que residiam na zona urbana, mas cultivavam nessas áreas, foram afetadas.

Outras atividades econômicas foram extintas do cenário produtivo do município, forçando a população a transformar suas formas de trabalho e se submeter a uma nova realidade, pois a formação do lago tornou as práticas tradicionais quase insignificantes diante da lógica voltada à busca pelo capital.

Contudo, essas transformações não se restringem apenas às atividades profissionais, ou situação econômica e social, mas também afetam o cotidiano e as relações, levando à perda de práticas culturais e tradições, forçando a reconfiguração dos laços comunitários, alterando a forma como interagem e se organizavam socialmente.

Todas essas alterações vivenciadas evidenciam a urgência de compreendermos os discursos daqueles que foram diretamente afetados, considerando os modos de individuação pelas ações referendadas pelo Estado. Essa urgência, aliada à minha trajetória pessoal, à realidade de Babaçulândia e às lacunas teóricas existentes, motiva o desenvolvimento desta pesquisa.

O território focado, nesta dissertação, não é apenas o recorte espacial da pesquisa, mas também o lugar da minha história. Os participantes da pesquisa são locais, pessoas com as quais eu compartilho traços sociais e culturais. Ao pesquisar Babaçulândia, faço não apenas como pesquisadora, mas também como moradora local.

Esta dissertação é também um espaço para registrar os discursos, as memórias, as lutas e a forma como as discursivizações e os traços identitários da população atingida pela UHE são (re)construídas. É uma tentativa de visibilizar as histórias que correm o risco de serem esquecidas, caso os modos de vida e de fazer não forem (re)visitados. O processo de investigação desta dissertação serviu de base,

também, para que as histórias fossem (re)atualizadas, ainda que do ponto de vista discursivo.

Pessoalmente, minha ligação pessoal com Babaçulândia é indissociável. Ser moradora, compartilhar traços culturais e conhecer muitos dos participantes não é apenas um detalhe biográfico. A perspectiva "de dentro" e a compreensão que vem da partilha do mesmo chão foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, e, por isso, sinto que esta dissertação é, também, uma forma de retribuir e de entender melhor o lugar ao qual pertenço e as histórias que o constituem.

Socialmente, este trabalho é uma forma de contribuir com a minha comunidade. Ao crescer e viver em Babaçulândia, testemunhei as transformações resultantes da formação do reservatório e ouvi muitos relatos sobre a desarticulação de modos de vida tradicionais, que análises externas, embora importantes, não captam a profundidade das experiências ou dos sentimentos de como esses eventos são significados por quem os viveu.

Do ponto de vista teórico, justifica-se pela necessidade de aprofundarmos a compreensão de fenômenos locais sob perspectivas específicas. Foi realizado um levantamento em bases de dados (BDTD, repositórios da UFT/UFNT, CAPES, *Sciello*, *Google Acadêmico*) buscando trabalhos sobre Babaçulândia e sobre os APLs afetados pela UHE.

Embora tenha encontrado produções que abordam impactos decorrentes da construção da hidrelétrica, identifiquei uma lacuna significativa: esses estudos não se aprofundam na dimensão discursiva, não analisam como os sujeitos enunciam suas experiências e o que essa forma de discursivizar revela sobre suas subjetividades, memórias e resistências. É preciso visibilizar os modos de individuação da população concernida pela construção da UHE.

Além disso, no âmbito desta dissertação, há o panorama comparativo entre o "antes", a vida e o trabalho nos APLs que existiam, e o "depois" da barragem. Assim, a pesquisa visa preencher a lacuna, utilizando a Análise do Discurso para analisar como as modificações são significadas, discursivizadas e como se inscreve nos processos de individuação desses sujeitos.

Na prática, a pesquisa busca oferecer subsídios a gestores públicos e organizações sociais na formulação de projetos e de políticas adequados à realidade local e baseados nas experiências e nas necessidades identificadas pela própria

comunidade. Ao mesmo tempo, pretende fortalecer o debate acadêmico e promover o reconhecimento e visibilidade dessa população e suas lutas por justiça social.

Para analisar os modos de individuação dos sujeitos que desenvolviam atividades produtivas na condição de barqueiro, barraqueiro, oleiro, vazanteiro e quebradeira de coco, filiamo-nos à teoria da Análise do Discurso, por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, que tem o discurso como objeto de estudo.

Ao nos depararmos com a palavra discurso reproduzimos a ideia de que se refere à mera exposição de palavras. No entanto, para a AD, o discurso é uma manifestação que envolve questões sociais e ideológicas, não sendo simplesmente a linguagem em si, apesar de depender dela para existir.

A Análise de Discurso, conforme o próprio nome revela, objetiva a compreensão e interpretação dos discursos, sua construção e produção de sentidos, as influências que são recebidas e exercidas a partir das vivências sociais. Busca-se entender a linguagem como tecnologia mediadora entre o homem e a realidade em que se insere, por meio do discurso, que mantém ou transforma a condição do sujeito (Orlandi, 2015). A AD estuda o discurso e exige rigor teórico e metodológico, o que justifica a adoção de uma abordagem qualitativa e discursiva nesta pesquisa, para explorar aspectos subjetivos e interpretativos do discurso.

Com a nova configuração espacial, a ausência de alguns meios de subsistência gera impactos relevantes ao modo de vida da população e levanta o seguinte questionamento: Como são as discursivizações dos barqueiros, dos barraqueiros, dos oleiros, dos vazanteiros e das quebradeiras de coco, tendo em vista os impactos socioespaciais provocados pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito?

Considerando que a construção do reservatório da UHE, em Babaçulândia/TO, toca a perspectiva do Estado como articulador simbólico e político das práticas sociais, a hipótese levantada é a seguinte: as discursivizações dos barqueiros, dos barraqueiros, dos oleiros, dos vazanteiros e das quebradeiras de coco em Babaçulândia/TO apontam para uma forma-sujeito que tem a interrupção de seus APLs derivadas da formação do reservatório da UHE. Trata-se, portanto, de modos de subjetivação marcados pela ruptura das condições materiais de produção, revelando formações discursivas que contrastam a memória de um passado de autonomia produtiva e de abundância com um presente marcado pela precariedade,

pela dependência e pela experiência de injustiça. A análise evidencia diferentes processos discursivos de modos de individuação frente à perda.

Diante das modificações impostas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, esta dissertação tem como objetivo geral: analisar, à luz da Análise de Discurso, os modos de individuação dos sujeitos afetados pela interrupção dos arranjos produtivos em Babaçulândia/TO, pelo Estado, e como estes sujeitos significam os impactos socioespaciais advindos da formação do reservatório.

Para alcançar este propósito central, foram delineados os seguintes objetivos específicos: 1 - Analisar os impactos da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito sobre os APLs em Babaçulândia-TO; 2 - Analisar a ocupação dos sujeitos e as operações de produção e de comercialização dos arranjos produtivos em Babaçulândia/TO, antes e depois da formação do reservatório da usina hidrelétrica de Estreito; e 3 – Compreender como os sujeitos afetados pela interrupção dos arranjos produtivos em Babaçulândia/TO reconfiguraram suas práticas sociais e identitárias no contexto pós-interrupção.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa seguiram as seguintes etapas: a primeira, de construção do material de pesquisa, utilizando-se a técnica de coleta bola de neve, selecionando os participantes iniciais a partir de critérios específicos e solicitando a indicação de outras pessoas que também exerceram atividade produtiva interrompida, objeto de estudo. A segunda, de tabulação, utilizamos o método de transcrição adotado pelo projeto NURC – Projeto da Norma Urbana Linguística Culta, para organizar os áudios registrados nas entrevistas. E, na terceira e última, procedemos à análise dos *corpus*, valendo-se dos pressupostos da Análise de Discurso, considerando, sobretudo, os conceitos de sujeito, de condições de produção, de formação discursiva, de memória discursiva, de posição-sujeito e outros.

Para compreendermos o objeto de estudo e atendermos aos objetivos da pesquisa estruturamos esta dissertação em seis capítulos. O primeiro, introdução, apresenta o objeto de estudo, contextualiza o problema e propõe a hipótese, bem como estabelece os objetivos gerais e específicos. A segunda apresenta as considerações sobre a construção de hidrelétricas e os impactos causados, considerando as teorias de Santos (2012) e de Sassen (2016), bem como apresentamos os APLs de Babaçulândia/TO que deixaram de existir com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito. No terceiro capítulo, desenvolvemos o nosso aparato

teórico apresentando os principais conceitos da AD; discorreremos sobre os conceitos de discurso, sujeito, condições de produção, formação discursiva, forma-sujeito, individuação e outros. No quarto capítulo, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa, caracterizando a pesquisa, o recorte espacial e temporal, e apresentando as técnicas utilizadas. No quinto capítulo, apresentamos as análises realizadas a partir dos recortes, realizando o batimento entre teoria e *corpus*. O sexto capítulo, conclusão, sintetizamos e refletimos sobre os principais achados e implicações do estudo.

2 ASPECTOS DE BABAÇULÂNDIA

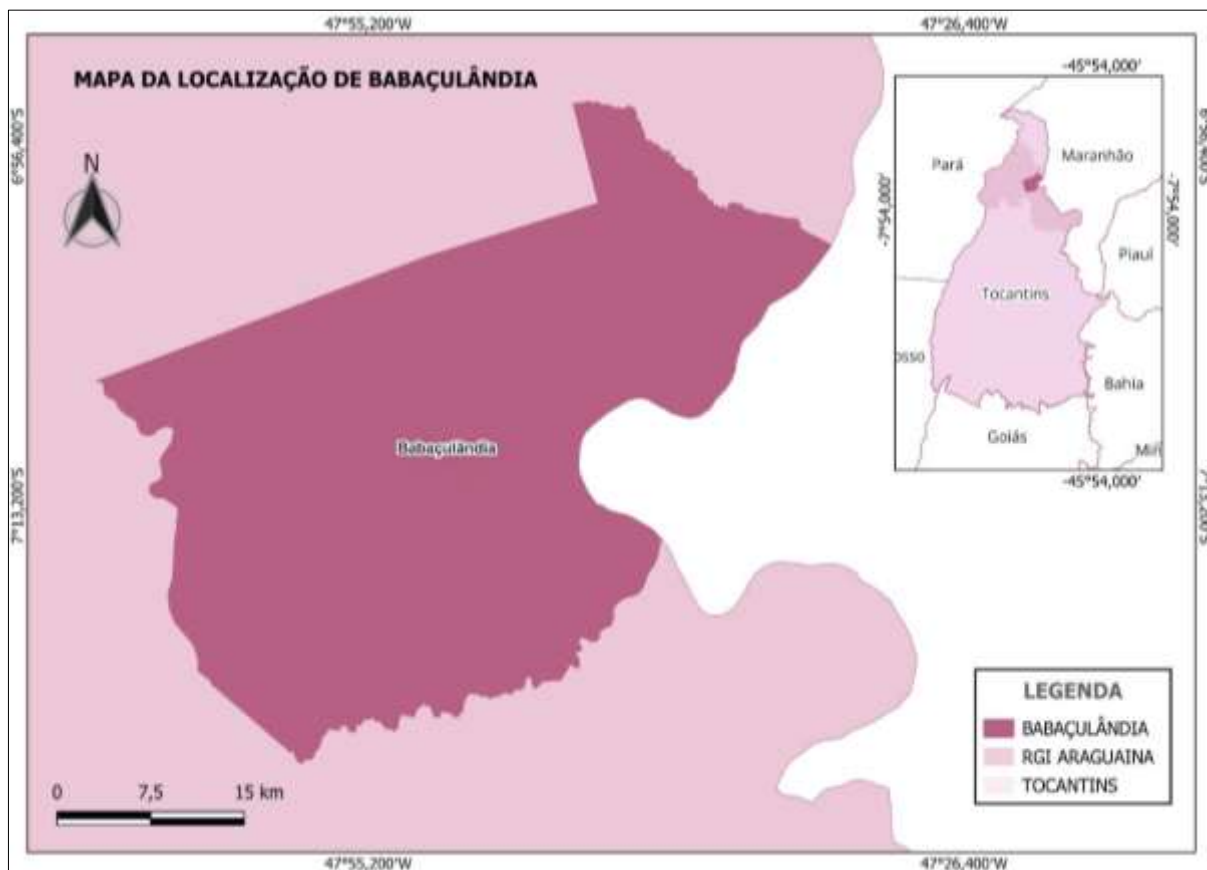
A Amazônia Legal brasileira é uma região administrativa, com limites definidos pela Constituição Federal de 1988, que abrange nove estados do país, inclui todos os sete estados da Região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins), além do estado de Mato Grosso (Região Centro-Oeste) e do Maranhão (Região Nordeste). Essa região supera os 5 milhões de km², correspondendo a expressivos 61% do território nacional e não se limita ao bioma Amazônia; também abriga 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal mato-grossense. A população da Amazonia Legal é de cerca de 27,8 milhões de habitantes, o que corresponde a 13% do total do país (IBGE, 2022), e concentra 55,9% da população indígena brasileira (FUNAI, 2014).

Integrante da Amazonia Legal, o Tocantins, mais novo da federação, situado na região Norte, possui 139 municípios e uma população de 1,5 milhão de habitantes distribuída em seu extenso território de 277.621,858 km², o que resulta em baixa densidade demográfica de 5,45 hab/km² (IBGE, 2022).

A economia do referido estado é liderada pelo setor de Serviços em participação no PIB, mas a Agropecuária, com destaque para a pecuária bovina e a soja, é a grande responsável pelas exportações. A Indústria se concentra nos principais centros urbanos e a mineração também contribui para a economia local (IBGE, 2020). Geograficamente, o Tocantins é marcado por ser uma importante zona de transição entre dois grandes biomas: a Floresta Amazônica, que ocupa cerca de 9% de sua área, e o Cerrado, que cobre os 91% restantes (IBGE, 2007; SILVA, 2007).

O estado possui 11 Regiões Imediatas, entre elas a de Araguaína – RIA, que é composta por 21 municípios: Ananás, Angico, Aragominas, Araguaína, Araguaianã, Arapoema, Barra do Ouro, Campos Lindos, Carmolândia, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Muricilândia, Nova Olinda, Pau-d'Arco, Piraquê, Riachinho, Santa Fé do Araguaia, Wanderlândia e Xambioá e Bababçulândia. O Mapa 4 apresenta a localização do município de Babaçulândia/TO:

Mapa 1 - Localização de Babaçulândia



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Babaçulândia se localiza às margens do Rio Tocantins, a aproximadamente 435 km ao norte de Palmas, capital do estado, abrangendo uma área territorial de 1.790.297 km², a uma latitude 07°12'17" sul e a uma longitude 47°45'25" oeste, com uma altitude média de 170 metros. Seus limites geográficos, conforme estabelecidos na Lei Estadual nº 818/96, são ao norte pelos municípios de Wanderlândia e de Darcinópolis, ao sul por Filadélfia, ao leste pelo Estado do Maranhão e ao oeste por Araguaína (SEPLAN, 2017).

A origem do povoamento de Babaçulândia remonta ao babaçu, uma palmeira nativa da região que se destacava pela sua abundância e grande importância econômica local à época. O marco inicial da história foi no ano 1926, quando surgiu um núcleo populacional (IBGE, 1956).

Administrativamente, Babaçulândia passou por várias mudanças de denominação e de jurisdição. Em 1933, tornou-se distrito de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis/TO, e, em 1938, foi oficialmente denominado Babaçulândia, tornando-se município em 1953, por meio da Lei Estadual nº 741/53, complementada

pela Lei n.º 1.247/53. Em 1968, foi criado o distrito de Wanderlândia/TO, anexado ao município, mas, posteriormente, em 1980, foi elevado à categoria de município independente, deixando Babaçulândia com apenas o distrito sede (IBGE, 2017). A Tabela 1 apresenta seus principais dados geográficos, demográficos, administrativos, econômicos e sociais:

Tabela 1 - Perfil Geral do Município de Babaçulândia/TO

Categoria / Aspecto	Informação
Região	Norte
Estado	Tocantins
Mesorregião	Ocidental do Tocantins
Região Geográfica Intermediária	Araguaína
Região Geográfica Imediata	Araguaína
Área Territorial (2022)	1.790,297 km ²
População 2022	7.880 habitantes
Densidade Demográfica (2022)	4,40 hab/km ²
Área Urbanizada (2022)	1,79 km ²
Data de Fundação	23 de junho de 1953
Gentílico	Babaçulense - oficial / Babaçulandense - local
Prefeito (Gestão Atual)	Ismael Ferreira de Brito
PIB a preços correntes (2020)	R\$ 127.302,89 mil
PIB per capita (2020)	R\$ 11.935,39
IDHM	0,642 (Médio)

Fonte: IBGE (2010, 2022) | Organizado pela autora (2025).

Os dados apresentados na Tabela anterior configuram o perfil de Babaçulândia como um município de vasta extensão territorial, porém com baixa densidade demográfica e com uma população relativamente pequena em 2022. Na distribuição da população por gênero, em Babaçulândia, os homens sempre representaram o maior percentual de habitantes, conforme é demonstrado na tabela que se segue:

Tabela 2 - População residente por gênero no período 1980 a 2022

Ano	Gênero	
	Homens	Mulheres
1980	8.064	7.864
1991	4.729	4.344
2000	5.583	5.106
2010	5.540	4.884
2022	4.134	3.746

Fonte: Censo Demográfico (1980, 1991, 2000, 2010, 2022) | Organizado pela autora (2025).

Em todos os anos, os homens superaram numericamente as mulheres, embora a diferença nem sempre fosse tão acentuada. No Censo Demográfico de 2022, os homens representam 52,46% da população, e as mulheres 47,54%, que corresponde a 4.134 babaçulandenses homens e 3.746 babaçulandenses mulheres.

Segundo o IBGE, as pessoas que moram em Babaçulândia recebem o gentílico “babaçulense”¹. No entanto, os moradores locais se autodenominam “babaçulandenses”, e emprega o gentílico local em músicas, em reportagens jornalísticas, em trabalhos de conclusão de curso, em dissertações de mestrado, em livros, em poemas e em demais produções; gentílico que também utilizaremos nesta pesquisa - babaçulandenses - para nos referirmos aos moradores de Babaçulândia.

A presença significativa de palmeiras de babaçu na paisagem local que deu nome ao município confere uma característica distintiva à região, e segue influenciando, inclusive, na identidade cultural dos habitantes. E essa mesma abundância natural que deu nome ao município serviu também como o pilar para sua estruturação e desenvolvimento inicial, demonstrando o quão ligados estavam a identidade local e os meios de subsistência nos primeiros tempos da região.

¹ Os adjetivos pátrios, gentílicos, que têm a função de indicar a origem geográfica de pessoas, seres ou objetos, especificando a cidade, estado ou país de onde eles vêm, são, segundo Melo e Gomes (2000), do ponto de vista da morfologia, essencialmente compostos por: radical, que carrega o significado principal da palavra, e o sufixo, que modela a palavra de forma a transformá-la em um adjetivo derivado, indicando a origem geográfica. Segundo Antunes (2017), de todos os gentílicos que o IBGE dispõe em suas bases de dados de acesso público, 92% fazem recorrência do sufixo – ense – podendo ser considerado como padrão desse tipo de formação de palavras. Há uma variedade de outros sufixos, como ano, -ino, -ista, -eiro, -eno, -enho, -ito, -ido e -ado. A definição apresentada pelo IBGE: “Gentílico: Babaçulense” é contraposta à definição dada pelos locais em manifestações voluntárias “Gentílico: Babaçulandense”. Morfologicamente, ambos os gentílicos não ferem regras gramaticais de derivação, para, no caso, a formação do adjetivo pátrio - derivação sufixal com o sufixo ense. Contudo, a definição do gentílico de babaçulense e não babaçulandense não é apenas uma alteração superficial, mas simbolicamente pode resultar no apagamento da identidade cultural e histórica de um povo.

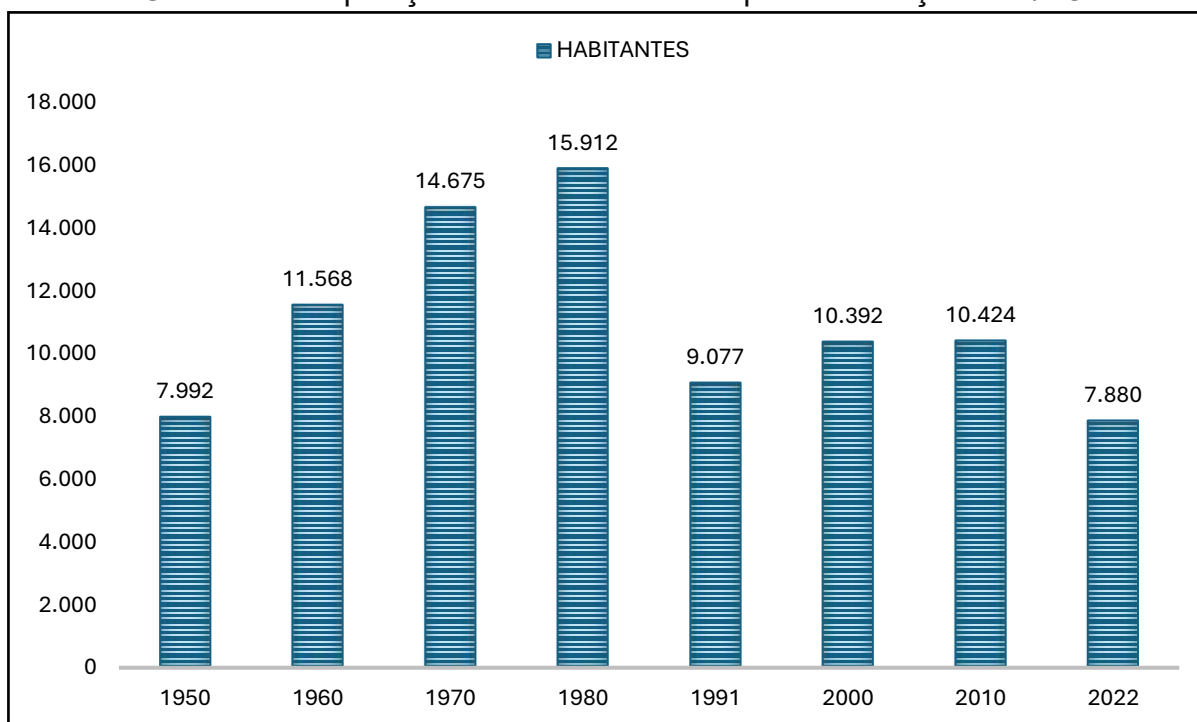
Seu crescimento foi gradual e teve grande influência da extração do babaçu, atividade que representava uma fonte econômica sólida e constante, resultando em exportações para o estado do Pará e, inclusive, na instalação de empresa para extração da oleaginosa. Com a localização às margens do Rio Tocantins, o município mantinha o transporte fluvial como o principal meio de locomoção (IBGE, 1956).

Além de agricultura e de pecuária, os moradores também mantinham como fontes de subsistência atividades ligadas às águas, fosse pela forma de execução do trabalho, fosse pelo modo como se organizavam socialmente. Dentre as mais diversas ocupações, eram exploradas atividades de transporte aquaviário, nas últimas décadas, especialmente dos moradores da Ilha de São José, que necessitavam deslocarem-se à cidade para escoar mercadorias e vice-versa; pesca e comercialização de pescados pelos moradores locais; fabricação de artesanatos do babaçu pelas artesãs de Palmatuba; as vazantes nas encostas do rio para subsistência e para comercialização; e as atividades de olaria, com utilização da argila para fabricação de utensílios e de materiais de construção.

Também eram exploradas atividades comerciais nas temporadas de praia, que, em virtude da estiagem, que diminuía o nível de água, propiciava a formação de faixa de areia na margem direita do Rio Tocantins, onde se instalava a praia do coco, entre os meses de junho a agosto. Para acessar a praia era necessário realizar travessia de barco, que mantinha os serviços de transportes aquaviário realizados pelos barqueiros aos visitantes; as atividades do ramo alimentício realizadas pelos barraqueiros, que instalavam suas barracas nas temporadas; a fabricação de embarcações para atender a demanda dos barqueiros entre outros.

No entanto, com a formação do reservatório e a reconfiguração territorial, houve diminuição significativa das atividades produtivas, bem como da população local. De acordo com o Censo Demográfico 2022, o município possui atualmente 7.880 habitantes, um pouco menos do que possuía em 1950, quando a população era 7.992 habitantes, e 2.544 habitantes a menos do que o registrado no Censo Demográfico de 2010, que contou uma população de 10.424 habitantes, conforme demonstrado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – População residente no município de Babaçulândia/TO



Fonte: IBGE (1956, 2002), Censo Demográfico (2000, 2010, 2022) | Organizado pela autora (2025).

Analisando o gráfico, é possível notar que o município de Babaçulândia experimentou crescimento em algumas décadas desde sua emancipação. No entanto, foram identificados dois períodos de declínio: entre 1980 e 1991 e entre 2010 e 2022. Durante o primeiro período de declínio, de 1980 a 1991, ocorreu a emancipação de Wanderlândia, que era anteriormente um distrito de Babaçulândia e se tornou um município independente. Após 1991, o crescimento do município de Babaçulândia se tornou mais lento. No entanto, entre 2010 e 2022, houve alteração significativa no quantitativo populacional, período correspondente ao enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito, que realocou milhares de moradores.

Em 2011, as desapropriações realizadas pelo CESTE, consórcio responsável pela hidrelétrica, foram concluídas. Os dados do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) estimavam que aproximadamente 1.502 pessoas seriam impactadas, no entanto, em Babaçulândia, o número de unidades familiares afetadas foi de cerca de 1456. Ao considerarmos a média estadual de moradores por domicílio, a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito afetou aproximadamente 5.096 pessoas no município de Babaçulândia. Isso equivale a 48,89% da população, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, que registrava um total de 10.424 habitantes na área afetada.

Esses números indicam o significativo impacto social da construção da usina hidrelétrica na comunidade de Babaçulândia, com quase metade da população sendo diretamente afetada pelas desapropriações e pela formação do reservatório.

Babaçulândia, dentre os municípios atingidos pela hidrelétrica de Estreito, registrou a maior redução populacional em comparação com outros municípios entre os anos de 2010 e 2022. Essa redução foi significativa, com uma diminuição de 24% na população, o que equivale a um déficit de 2.544 pessoas, sugerindo o impacto substancial na demografia e na dinâmica populacional, conforme dados da Tabela 3:

Tabela 3 - Quantitativo populacional dos municípios atingidos pela UHE Estreito

Municípios	2010	2022	Diferença	Crescimento (%)
Babaçulândia/TO	10424	7880	-2544	-24%
Palmeiras do Tocantins/TO	5740	4872	-868	-15%
Aguiarnópolis/TO	5126	4479	-647	-13%
Tupiratins/TO	2097	1874	-223	-11%
Filadélfia/TO	8505	7712	-793	-9%
Estreito/MA	35835	33294	-2541	-7%
Palmeirante/TO	4954	4798	-156	-3%
Carolina/MA	23959	24062	103	0%
Itapiratins/TO	3532	3577	45	1%
Goiatins/TO	12064	12433	369	3%
Barra do Ouro/TO	4123	4476	353	9%
Darcinópolis/TO	5273	5827	554	11%

Fonte: Censo Demográfico (2010, 2022) | Organizado pela autora (2025).

Dentre os municípios atingidos pela construção da UHE, Babaçulândia apresenta o maior decréscimo na última década. É sabido que uma série de fatores podem contribuir com essas alterações, contudo, a estimativa apresentada pelo IBGE para o ano de 2021 foi de 10.668 habitantes, o que caracteriza o declínio de habitantes, podendo ser reflexo da formação do reservatório da usina hidrelétrica de Estreito, que inundou grande extensão territorial e atingiu milhares de pessoas, requerendo o deslocamento de comunidades inteiras que viviam em área atingidas.

Segundo o Estudo de Impacto Ambiental – EIA – da UHE, dos 12 municípios atingidos, 10 apresentavam unidades familiares a serem afetadas, e, destes, apenas

03 municípios, sendo eles Babaçulândia/TO, Filadélfia/TO e Carolina/MA possuíam parte das unidades familiares localizadas em zona urbana. A tabela 4 apresenta um balanço da área (rural e urbana) atingida pela UHE:

Tabela 4 - Localização das unidades familiares

Município	Zona rural	Zona urbana	Total
Babaçulândia/TO	216	213	429
Carolina/MA	272	19	291
Filadélfia/TO	168	36	204
Barra do Ouro/TO	115	-	115
Goiatins/TO	75	-	75
Estreito/MA	50	-	50
Palmeirante/TO	46	-	46
Itapiratins/TO	34	-	34
Palmeiras do Tocantins/TO	25	-	25
Darcinópolis/TO	18	-	18

Fonte: EIA da Usina Hidrelétrica de Estreito (2002) | Organizado pela autora (2025).

A tabela demonstra a quantidade estimada e a localização das unidades familiares que seriam atingidas pela usina hidrelétrica. Babaçulândia apresenta estimativa de 429 unidades familiares atingidas, enquanto Carolina apresenta 291 e Filadélfia, 204 unidades familiares.

Babaçulândia ocupa a terceira posição no *ranking* de maior área territorial atingida (Tabela 1), enquanto, na estimativa de unidades familiares atingidas, ocupa a primeira posição (Tabela 3). Um fator importante que podemos observar é que cerca 50% das unidades familiares que estimavam ser atingidas em Babaçulândia residiam na zona urbana do município.

Notamos que, apesar de não ter a maior área territorial submersa, Babaçulândia teve o maior número de pessoas atingidas, especialmente se considerarmos a média de moradores por domicílio do estado do Tocantins, que, em 2010, foi de 3,5 (IBGE, 2010).

O êxodo da população local, inevitavelmente, levaria moradores locais a estabelecerem-se em municípios diversos. O plano de remanejamento da população apresentado pelo Consórcio Estreito Energia, consorciada responsável pela usina,

estabelece as formas de remanejamento da população, dentre as quais se encontra o reassentamento coletivo rural, que, segundo o plano, integraria as comunidades existentes na região, considerando os limites dos municípios formadores do reservatório. Ocorre, contudo, que além da migração espontânea da população, o consórcio realizou realocações de comunidades em outros municípios diversos, inclusive, dos formadores do reservatório, reassentando cerca de 61 famílias fora dos limites territoriais de Babaçulândia, contribuindo diretamente com a diminuição da população local (CESTE, 2023).

A redução do número de moradores no município reflete diretamente nos indicadores socioeconômicos locais, o que podemos verificar a partir da análise do PIB, renda *per capita* e ocupação. O município registrou um IDH de 0,642, no Censo Demográfico de 2010. Os dados de IDH do Censo Demográfico de 2022 ainda não foram divulgados até julho de 2025. Babaçulândia, no ano 2010, ocupava a 38ª posição a nível estadual, com PIB *per capita* de R\$ 5.610,98, enquanto, em 2020, passou a ocupar a posição 60ª com PIB *per capita* de R\$ 11.935,39. Apesar de ter ocorrido aumento no PIB, não foi suficiente para acompanhar o desenvolvimento dos demais município do estado (IBGE, 2023).

No que tange ao trabalho e ao rendimento (emprego, desemprego e salário), o município de Babaçulândia apresentou alteração significativa nos dados sobre a ocupação, reduzindo drasticamente o número de moradores ocupados. O IBGE conceitua uma pessoa como ocupada quando:

[...] ela exerce atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa. Ou seja, são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) (IBGE, 2023, n.p).

No Censo de 2010, cerca de 735 moradores possuíam ocupação, ficando em 28ª posição no *ranking* estadual, com média salarial de 1,5 salários-mínimos. No ano de 2021, o município registrou apenas 469 pessoas ocupadas, ficando na posição 74, com média salarial, de 1,6 salários-mínimos (IBGE, 2023), conforme Tabela 5:

Tabela 5 - Ocupação do município de Babaçulândia

Ano	2010	2021	Diferença
Nº de pessoas ocupadas	735	469	266
Ranking	28	74	46

Fonte: Censo Demográfico (2010, 2022) | Organizado pela autora (2025).

Após o decurso de pouco mais de uma década do início do enchimento do reservatório da usina hidrelétrica de Estreito, há uma redução de 266 pessoas ocupadas, o que corresponde a cerca de 36% a menos de pessoas no mercado de trabalho e uma queda de 46 posições no *ranking* estadual.

Além disso, o município apresentou um recuou de 22 posições na classificação estadual em relação ao PIB, e 46 posições em relação à ocupação. Atualmente, o município mantém 36% a menos de pessoas ocupadas, e pelo menos 05 atividades profissionais não puderam mais ser praticadas após a formação do reservatório da usina hidrelétrica de Estreito: dos barqueiros, dos barraqueiros, dos oleiros, dos vazanteiros e das quebradeiras de coco babaçu.

3 HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS

A matriz energética mundial passou por profundas transformações ao longo da história. Ainda antes da Revolução Industrial, a força da água já era utilizada como fonte de energia, e, em determinados momentos, chegou a representar uma solução para diversos problemas, transformando significativamente a vida em sociedade.

A partir da Revolução Industrial, no século XVIII, o carvão se consolidou como a principal fonte de energia para alimentar o crescimento das indústrias e das cidades. No século XX, o petróleo e o gás natural ganharam protagonismo, impulsionando ainda mais a economia global, mas também elevando os níveis de poluição e a dependência de fontes não renováveis (Pereira e Gambetti, 2021).

Nesse cenário, a busca por alternativas mais sustentáveis impulsionou o desenvolvimento de fontes renováveis, como a energia hidrelétrica, que começou a ser utilizada em larga escala no início do século XX, minimizando os danos sociais e ambientais, quando comparado com a outras fontes existentes no momento (Pereira e Gambetti, 2021).

Apesar das primeiras instalações na Inglaterra, a primeira hidrelétrica do mundo foi construída em 1882, em Appleton, Wisconsin (EUA), marcando o início do uso da força das águas para a geração de eletricidade de forma moderna. A partir daí, diversos países passaram a investir em grandes obras de infraestrutura para aproveitar o potencial energético dos seus rios. Esse processo foi especialmente acelerado após a Segunda Guerra Mundial, quando muitos governos buscaram reconstruir suas economias com base em fontes internas e estáveis de energia. A energia hidrelétrica tornou-se, então, uma das alternativas mais viáveis, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, buscando recursos renovável que esses países tinham disponíveis (Pereira e Gambetti, 2021).

Goldemberg e Paletta (2008) apontam que a substituição da matriz energética fóssil por fontes renováveis é um desafio central do século XXI, destacando a energia hidrelétrica como um elemento de transição fundamental, sobretudo para países com grande disponibilidade hídrica. Essa perspectiva reforça o papel da hidreletricidade não apenas como uma solução energética, mas também como parte fundamental das estratégias globais para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Diante dessa estratégia global para um futuro energético mais sustentável, é que o Brasil, por sua geografia privilegiada, a abundância de recursos hídricos,

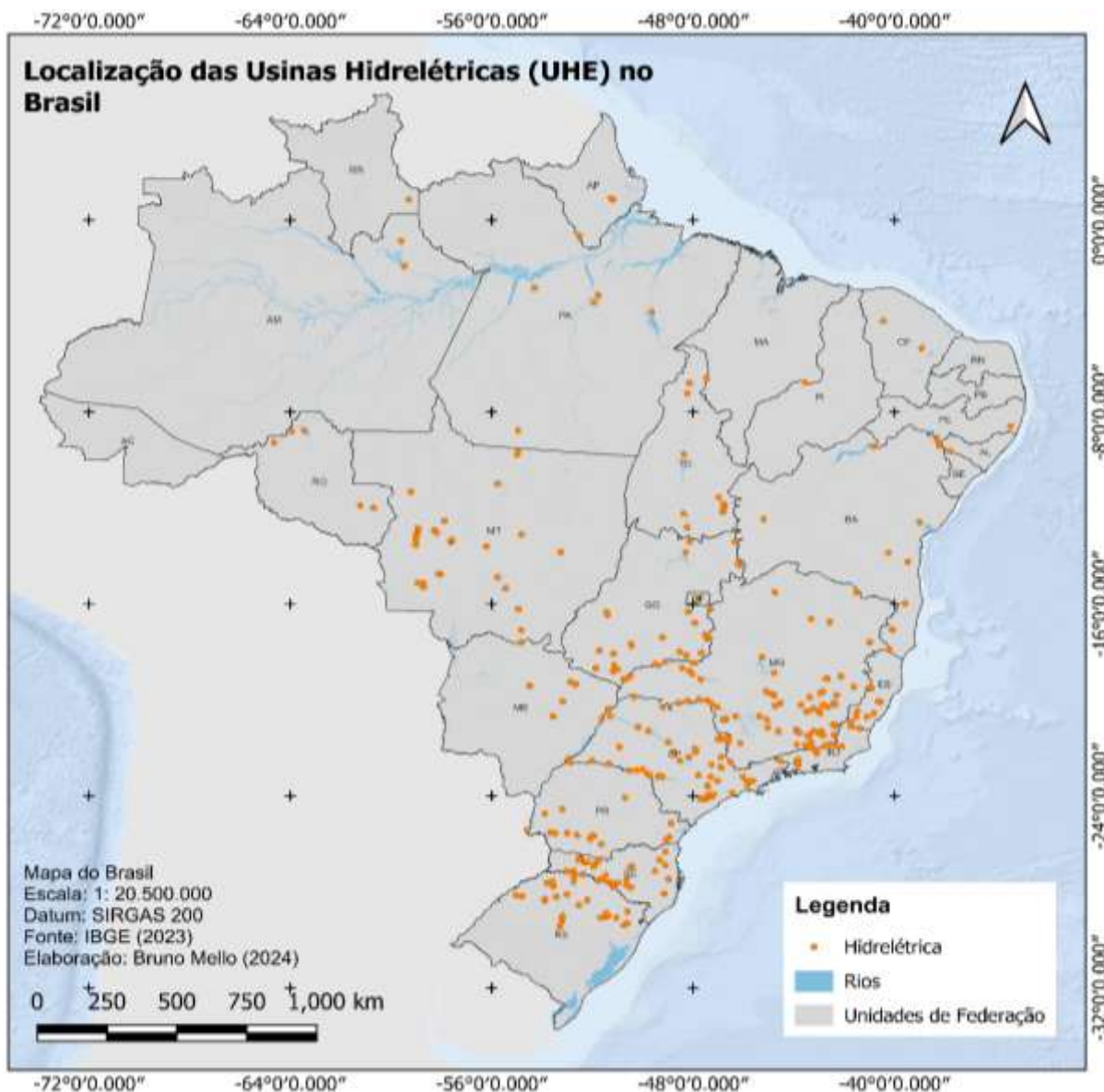
possibilita o desenvolvimento de uma matriz energética forte. O país ostenta uma das redes fluviais mais abrangentes, densas, variadas e extensas do globo. Cerca de 13% de toda a água doce do planeta encontra-se em território brasileiro. Além disso, o Brasil detém o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, ficando atrás apenas da China e da Rússia (Pereira, 2015).

A partir da década de 1970, foram desenvolvidos estudos de viabilidade técnica para implementação de usinas hidrelétricas no intuito de desenvolver a economia, levando à expansão da produção energética e, conseqüentemente, à construção de diversas usinas hidrelétricas no país.

O Brasil abriga a segunda maior usina hidrelétrica do mundo em capacidade instalada: a Usina de Itaipu, situada na fronteira com o Paraguai. Embora a hidrelétrica chinesa de Três Gargantas detenha o título de maior em capacidade instalada, Itaipu frequentemente se destaca entre as líderes mundiais em geração efetiva de energia. Isso se deve ao fato de Três Gargantas nem sempre operar em sua capacidade máxima, em função de variações sazonais e restrições operacionais (Itaipu Binacional, 2021).

A liderança brasileira na geração hidrelétrica, exemplificada por Itaipu, é fruto de um histórico de investimentos e da contínua exploração dos seus recursos fluviais. Esse processo resultou na construção de um número expressivo de usinas em operação e evidencia o planejamento contínuo de novos empreendimentos, construção de múltiplas usinas, conforme Mapa 2 que apresenta a distribuição das hidrelétricas pelo país:

Mapa 2 - Distribuição das usinas hidrelétricas no Brasil



Fonte: elaborado por Bruno Mello (2024).

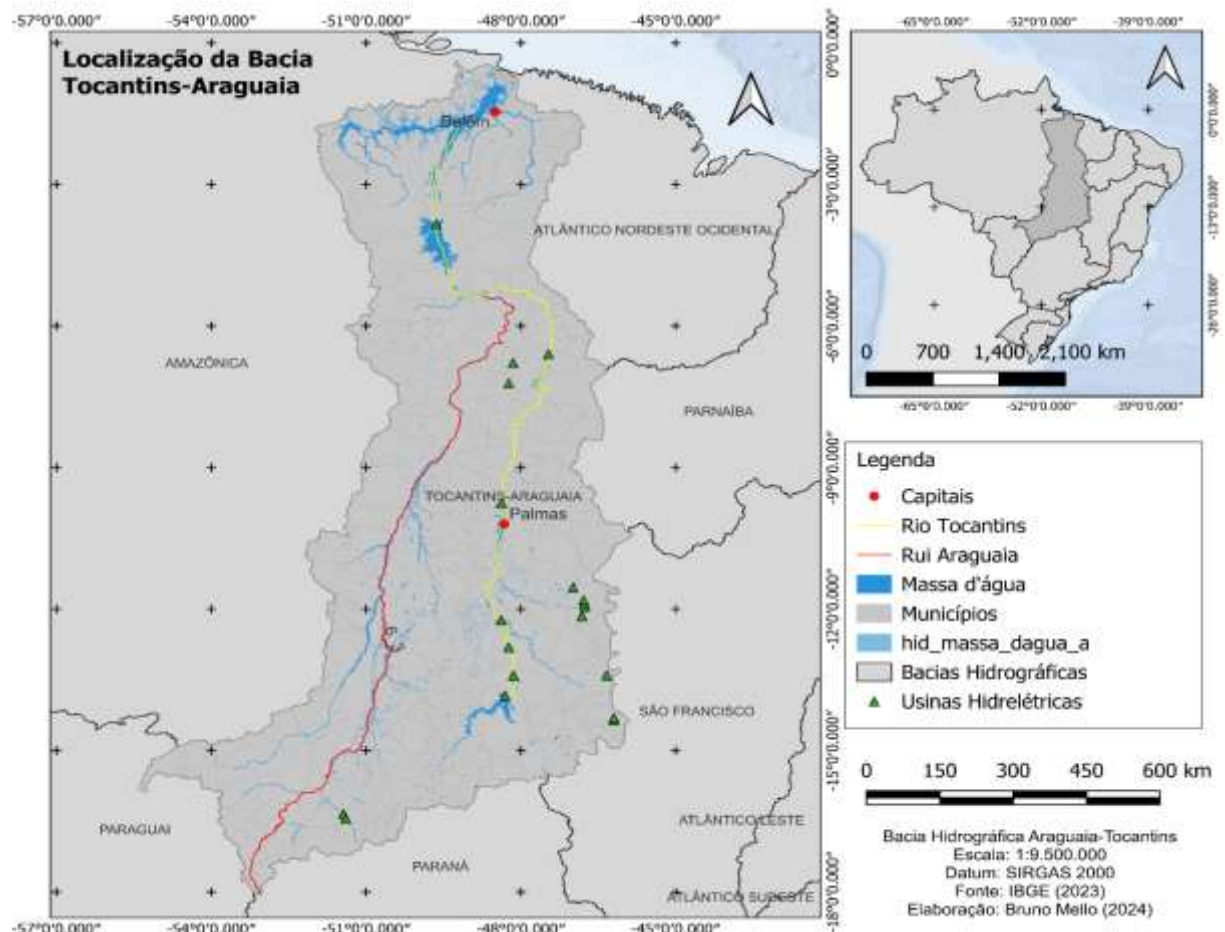
O país possui um expressivo número de usinas em operação atualmente – 219, com mais uma em construção (Jurena) e outras quatro planejadas (Itumirim, Itacoara I, Santa Branca e Mato Grosso/Antiga Cachoeirão), conforme dados da ANEEL (2023). Naturalmente, a viabilização desses empreendimentos direciona o foco para bacias hidrográficas com características geográficas e geológicas favoráveis, que apresentam alto potencial energético.

Nesse cenário, destaca-se a Bacia Tocantins-Araguaia, a maior bacia hidrográfica inteiramente localizada em território brasileiro, que banha o estado do Tocantins, situado na região Norte, pertencente à Amazônia Legal, e central nesse sistema hídrico. A bacia é formada pela confluência do rio Tocantins,

predominantemente de planalto, e do rio Araguaia, de planície. Como aponta Nascimento (2011), os rios de planalto, em função de seus desníveis acentuados, são geologicamente mais propícios à instalação de usinas hidrelétricas, o que explica a concentração de projetos na região.

O rio Tocantins – o segundo maior curso d'água 100% brasileiro, que atravessa o Tocantins e o Maranhão até encontrar o Araguaia na divisa com o Pará – consolidou-se como um componente fundamental para a geração hidrelétrica nacional. Ao longo de seu curso, foram instaladas sete grandes usinas, evidenciando a intensa exploração de seu potencial: Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado, **Estreito** e Tucuruí (BRASIL, [s.d.]; grifo nosso), distribuída na na Bacia Tocantins-Araguaia conforme apresentado pelo Mapa 3:

Mapa 3 - Distribuição das usinas hidrelétricas na Bacia Tocantins-Araguaia

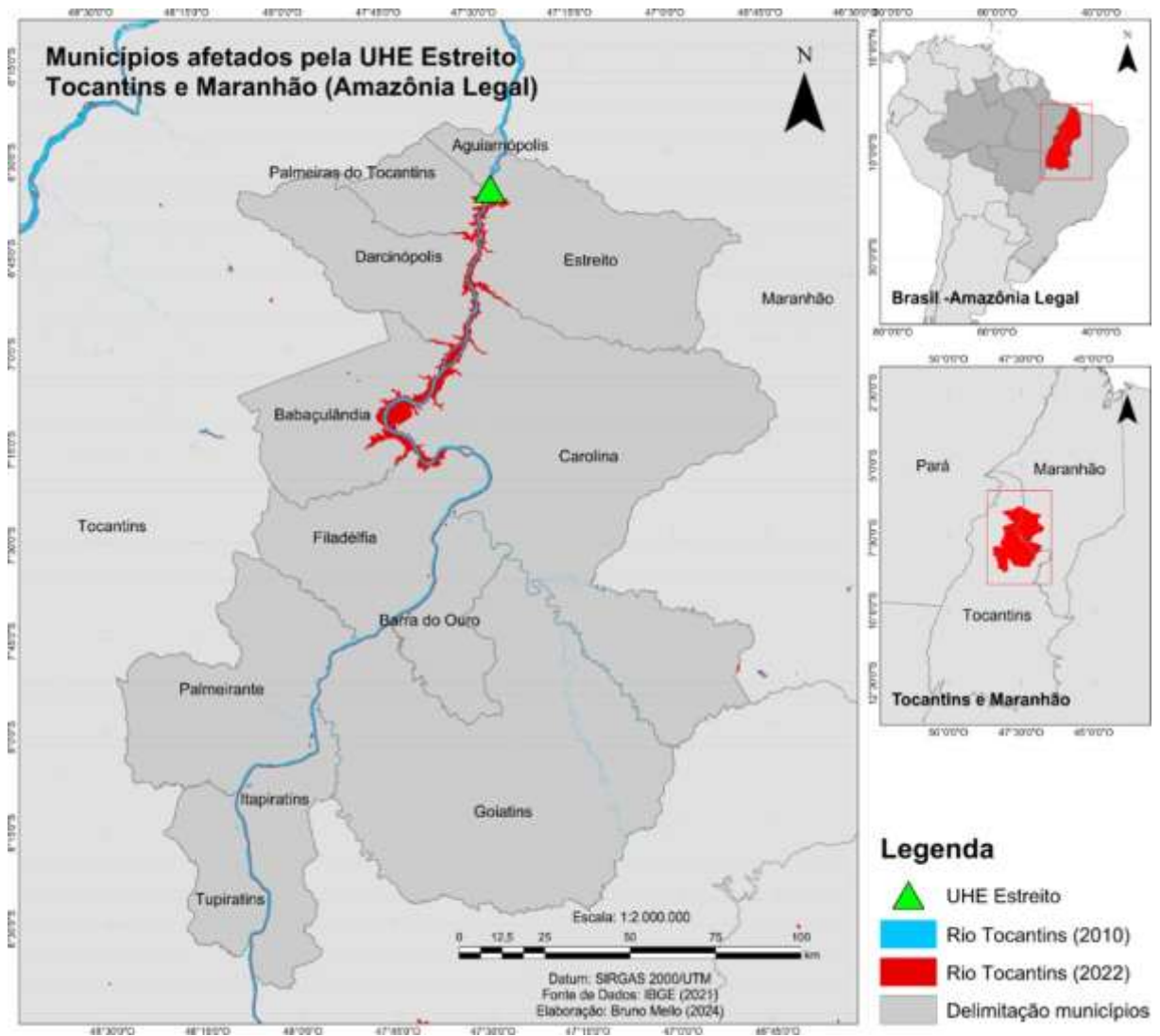


Fonte: elaborado por Bruno Mello (2024).

É especificamente sobre a UHE de Estreito, que, nesta dissertação, debruçamo-nos, pois seus impactos diretos sobre as comunidades locais, especialmente em Babaçulândia, constituem o cerne da análise aqui desenvolvida.

A Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE, formada por um reservatório de 260,23 km de extensão e cerca de 400 km² de áreas inundadas, com potência de 1.087 MW, atingiu diretamente 12 municípios, 2 localizados no estado do Maranhão (Estreito e Carolina), e 10 municípios localizados no Estado do Tocantins (Aguiarnópolis, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Tupiratins e Babaçulândia) (CESTE, 2023), como se visualiza no Mapa 4:

Mapa 4 - Localização da Usina Hidrelétrica Estreito



O mapa, além da localização da usina, ilustra a distribuição geográfica dos municípios impactados pela UHE Estreito. Alguns municípios tiveram porções mais

expressivas de suas terras e comunidades diretamente afetadas pela formação do reservatório, como é o caso de Babaçulândia.

O município de Babaçulândia, localizado à margem esquerda do Rio Tocantins, na divisa dos Estados do Tocantins e do Maranhão, foi um dos municípios mais atingidos pela formação do reservatório, com 6.099 hectares submersos, aproximadamente 14% da sua área total (Massoline; Borges, 2014), como apresentado na Tabela 6:

Tabela 6 - Áreas de formação do reservatório da UHE

Município	Área (ha)	Área (%)	Contribuição com usina (%)
Carolina/MA	15.637	36,00	17,8
Filadélfia/TO	7.982	18,30	9,2
Babaçulândia/TO	6.099	14,00	7,15
Barra do Ouro/TO	4.231	9,70	4,7
Estreito/MA	3.206	7,40	19,9
Darcinópolis/TO	2.527	5,80	2,9
Palmeiras do Tocantins/TO	1.709	3,90	18,65
Palmeirante/TO	1.373	3,20	1,6
Goiatins/TO	525	1,20	0,65
Itapiratins/TO	243	0,50	0,3
Aguiarnópolis/TO	0,00	0,00	16,7

Fonte: Adaptado de Massoli e Borges (2014).

As informações de alagamento dos municípios atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito dispõem o tamanho da área alagada em hectares, o percentual da área atingida em relação à área total do município e o percentual de contribuição com a formação do reservatório. O município de Aguiarnópolis não apresenta área alagada, contudo, dispôs de área para construção, resultando em 16,7% de contribuição com a construção da usina hidrelétrica de Estreito. Os dados também não registram alagamento no município de Tupiratins.

Ao analisar os dados específicos de alagamento por município, torna-se evidente a heterogeneidade dos impactos físicos diretos, que revelam que, embora inseridos na área de formação do reservatório, os municípios vivenciaram graus distintos de submersão territorial.

Nesse cenário comparativo, Babaçulândia destaca-se como um dos municípios onde a formação do reservatório implicou a perda de uma parcela considerável de seu território. Contudo, a análise desses dados quantitativos, embora essencial para dimensionar a intervenção, representa apenas a superfície de um fenômeno. A submersão de hectares e a alteração de limites municipais são a expressão física de uma reconfiguração forçada do espaço usado, que reverbera nas dimensões sociais, culturais, econômicas e simbólicas da vida local, afetando as relações, as práticas produtivas, as identidades e as próprias formas de pertencimento e significação do lugar.

Para analisar as implicações da transformação espacial na vida dos sujeitos, é fundamental recorrer a perspectivas teóricas que conceituam o território não apenas como um substrato físico, mas como uma construção social, política e simbólica.

3.1 Perspectivas sobre território

O território é definido como a apropriação do espaço pelo homem, produzindo controles físicos e abstratos manifestados em forma de redes, de circuitos, de fluxos e de outros mecanismos. Toda essa configuração é estruturada nas relações de poder, de controles geográficos, econômicos e sociais. O poder manifesta-se em um conjunto de relações e de comportamentos que estruturam o território nos mais diversos níveis de ação do homem sobre o espaço. Para Raffestin (2013, p. 143), “o território se forma a partir do espaço”, logo, o espaço é anterior ao território, o espaço é matéria prima e o território é produção.

O território é constantemente produzido, estruturado e, quando necessário, desestruturado, de acordo com a predominância do poder. Assim, nos territórios marcados pelo poder, existem aqueles que mandam e aqueles que obedecem. Todo território, portanto, está sujeito ao controle do poder no âmbito de suas fronteiras (Raffestin, 2013).

Santos (1999, p. 8) concebe o território para além da dimensão geográfica e espacial, é “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”

Um território, ainda que estabelecido, pode ser desarticulado, dominado e até aniquilado por outro mais forte. Essa lógica se aplica especialmente ao território do

capital, em especial, do grande capital, que atua explorando as fragilidades de outros territórios para impor seu poder. Nesse contexto, o território do capital exerceu um controle brutal sobre os territórios ligados aos arranjos produtivos em Babaçulândia.

Santos (1999), abordando sobre território, discute os conceitos de verticalidades, de ordem e de agentes externos, bem como de horizontalidades, de internos. Para o autor,

[...] os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical - seria melhor falar de unificação - está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas (Santos, 2017, p. 287).

As verticalidades referem-se à organização do espaço de cima para baixo, hierárquica e centralizada, com estruturas de poder, de controle e de decisão que emanam de centros, sejam eles os governos, as grandes corporações ou as instituições financeiras. As verticalidades estão associadas à concentração de recursos, à tomada de decisões distantes das comunidades locais e ao domínio de interesses globais sobre os locais (Santos, 2012).

As estruturas anteriormente construídas, sejam elas culturais, sejam sociais, sejam econômicas são desarticuladas, neutralizadas e, em alguns casos, até aniquiladas pelas novas ordens que se impõem sobre o território. Dessa forma, a base do território é, sobretudo, o poder um poder frequentemente determinado pelo grande capital em expansão territorial, como exemplificado pelo avanço das hidrelétricas. A desordem se instala no território a partir das verticalidades impostas (Santos, 2017).

Para aqueles que impõem essas verticalidades, trata-se de um processo de organização voltado ao lucro e ao chamado desenvolvimento - exclusivamente econômico. Esse desenvolvimento beneficia apenas os que o impõem e, na prática, materializa-se como um retrocesso socioeconômico dentro do território em que se materializa.

No tocante às horizontalidades, há a organização democrática do espaço, caracterizando-se pela participação dos locais nas tomadas de decisões que impactam suas vidas e seus territórios, descentralização do poder e valorização as identidades locais. Para Santos, (2017, p. 288), “os lugares também podem refortalecer-se horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente

constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”. São as horizontalidades, movimentos internos ao território.

O território articulado pelas horizontalidades é desarticulado pelas verticalidades. É o que ocorre no caso da construção de grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas, em que as lógicas que se instalam desorganizam o território local para atender os grandes sistemas de engenharias controlados pelos atores hegemônicos. A formação dessa desordem é vertical e não atende a realidade territorial, mas a vontade externa ao território, do grande capital.

Na implantação desses sistemas, são realizados pagamento de *royalties*, que, para Trindade Júnior (2021, p. 164),

(...) é tido pelas empresas como compensação suficiente, sem nenhuma consideração em relação aos complexos desdobramentos de suas atividades no aumento do fluxo migratório para as cidades da região, na elevação das taxas de criminalidade, na especulação imobiliária e, mesmo, na inadequada utilização dos recursos públicos.

Babaçulândia, cidade atingida pela hidrelétrica de Estreito foi e continua a ser brutalmente atacada pelas modificações oriundas das ações dos agentes externos, das verticalidades. A formação do reservatório modificou o modo de vida, as atividades laborativas, os costumes e as tradições locais, e o território com dano irreparável cujos efeitos persistirão, o que torna ainda mais difícil a vivência social do lugar.

Segundo Santos (2006), o lugar é o ponto do espaço onde as relações entre os seres humanos, bem como entre estes e a natureza se manifestam de forma mais intensa. Assim, o lugar não é apenas uma referência geográfica, mas também carrega uma dimensão afetiva e simbólica, sendo parte essencial da construção da vida humana.

No entanto, essa relação foi profundamente impactada na realidade vivida pelos moradores de Babaçulândia, cuja relação com o território foi abalada pelas transformações socioambientais ocorridas, pois, além dos elementos submersos, perderam o seu lugar.

Orlandi (2010), explorando a noção de território, apresenta-o como sendo casa. Um conceito para além da geografia, que, no viés analítico da AD, é pensando considerando o sujeito, o espaço, a linguagem e o acontecimento. Território é para além de um espaço físico. É um espaço social que envolve práticas fundamentais para

a compreensão das dinâmicas de poder, de identidade e de pertencimento dos sujeitos. É por meio da relação entre sujeito e território que o simbólico e o político interagem.

O sentimento de pertencimento a dado território é construído por meio de interações sociais e discursivas na formação identitária do sujeito, e é pela noção de pertencimento que se tem a individuação do sujeito. Segundo Orlandi, (2010, p. 5),

O espaço concreto que é o chão, o solo, estruturado em que ele “vive”, ou tem sua existência determinada. Tudo isso fazendo assim parte do que chamamos “identidade” e que, como diz M. Pêcheux (1975), resulta de processos de identificação. Para mim, inseparável do que venho chamando a materialidade do sujeito. O acontecimento do significante que o constitui na interpelação ideológica, na rede do interdiscurso.

A identidade de um indivíduo é diretamente relacionada ao espaço onde vive, formada e constituída pela relação entre aspectos materiais e discursivos, incluindo a maneira como a linguagem e as ideologias estruturam nossa representação de nós mesmos e dos outros.

A imposição de estruturas verticais de poder, que frequentemente negligenciam a complexidade e a dinâmica dos territórios locais, não só reconfigura o espaço físico, mas também altera identidades e os modos de vida, provocando desalinhamento entre as decisões tomadas por atores externos, bem como entre as necessidades e os desejos das populações locais, exacerbando a desigualdade e a fragilidade social.

Conforme abordado por Orlandi (2010), a relação entre sujeito e espaço vai além das dimensões materiais, incorporando elementos simbólicos e políticos fundamentais para a construção da identidade, desafiando as práticas e os sentidos que fundamentam seu pertencimento e identidade.

Se o território é esse espaço vivido, carregado de história, de relações e de sentidos, sua reconfiguração abrupta pela imposição de uma verticalidade como a UHE de Estreito não é apenas uma mudança física. Ela desencadeia processos socioeconômicos que alteram radicalmente a inserção dos sujeitos nesse espaço, muitas vezes resultando no desmantelamento de suas bases de subsistência e na sua marginalização.

Para aprofundar a compreensão da lógica, por vezes brutal, e das dinâmicas de exclusão que podem subjazer a essas transformações no capitalismo contemporâneo, recorreremos ao conceito de "expulsões", proposto por Saskia

Sassen (2016), que analisa como certos desenvolvimentos, mesmo aqueles justificados pelo progresso, podem gerar novas e complexas formas de invisibilidade e de precarização social e econômica.

3.2 Expulsões pela formação da UHE

Na globalização, o crescimento e o declínio do capitalismo são frequentemente impulsionados pelas disfunções do atual sistema econômico, fatores que conduzem a um processo de competição feroz, no qual a atuação do Estado, por vezes, exclui as pessoas de diversas maneiras. Amplamente reconhecida, a questão ambiental exige políticas eficazes e o uso de tecnologias avançadas. No entanto, essas políticas frequentemente falham em fornecer uma compreensão adequada das condições ambientais atuais, o que resulta em diversas expulsões (Sassen, 2016).

O conceito de “expulsões” não se limita à ideia comum de que a crescente desigualdade é a principal causa dos problemas no capitalismo global atual. Ele também destaca que certas formas de conhecimento e de inteligência que valorizamos podem, por vezes, estar intrinsecamente relacionadas a processos complexos que culminam em exclusões simplificadas (Sassen, 2016).

É possível que as expulsões ocorram simultaneamente ao crescimento econômico. Para Sassen (2016, p. 10), “essas expulsões são causadas. Os instrumentos para sua realização vão desde políticas elementares até instituições, sistemas e técnicas complexos, que requerem conhecimento especializado e formatos organizacionais intrincados”.

As expulsões podem, portanto, acontecer concomitantemente ao crescimento econômico. Mesmo quando indicadores tradicionais, como o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), sinalizam expansão econômica, processos de exclusão social podem estar em curso, não como um efeito colateral inevitável, mas como resultado de ações deliberadas e de estruturas complexas.

O crescimento econômico, isoladamente, não assegura a inclusão social, e processos de exclusão podem ocorrer mesmo em um contexto de aparentes investimentos, devido a políticas, a instituições e a práticas que favorecem certos grupos em detrimento de outros.

Grande empreendimento econômico, com o objetivo primordial de gerar lucro, frequentemente o faz por meio da exploração de recursos naturais, o que prejudica

inúmeras pessoas. No caso específico da construção de hidrelétricas, toda a comunidade atingida, cujos laços com o território são materiais e imateriais, experiencia a destruição de recursos naturais, de atividades laborais, de tradições culturais e de identidades, tornando-se vítima de expulsões e sendo obrigada a se realocar. É crucial não perder de vista que o território integra os modos de individuação do sujeito, conforme destacado anteriormente.

Em relação aos expulsos submetidos à realocação compulsória, Sassen (2016, p. 19) afirma que:

[...] historicamente, os oprimidos com frequência se levantaram contra seus senhores. Mas hoje os oprimidos, em sua maioria, foram expulsos e sobrevivem a uma grande distância de seus opressores. Além do mais, o “opressor” é cada vez mais um sistema complexo que combina pessoas, redes e máquinas, sem ter um centro visível.

No passado, as pessoas oprimidas frequentemente se rebelavam ou resistiam contra seus opressores, fato que ocorreu em diversas situações, como revoltas de escravos, movimentos de trabalhadores, lutas por direitos civis e outros. Nos tempos atuais, grande parte dos oprimidos não são mais fisicamente próximas de seus opressores, pois foram “expulsos” de seus territórios pelos opressores, que hoje não é uma pessoa ou grupo de fácil identificação, mas um sistema complexo que impossibilita identificar quem está por trás da opressão.

O que se costuma chamar de “desenvolvimento econômico” dependeu, por muito tempo, da extração de materiais de uma parte do mundo e de seu transporte até outra. Nas últimas décadas, essa geografia da extração expandiu-se rapidamente por meio de novas tecnologias complexas e agora se caracteriza por desequilíbrios ainda maiores em sua relação com os recursos naturais e sua utilização. A combinação de inovações que aumenta nossa capacidade de extração ameaça componentes essenciais da biosfera, resultando em extensões cada vez maiores de terras e de águas degradadas. Essa história é antiga: o crescimento econômico nunca foi totalmente benigno.

Por um longo período, o desenvolvimento econômico seguiu o modelo utilizado nos países industrializados, que consistia em explorar e em extrair recursos das regiões colonizadas para sustentar seu próprio crescimento. Nas últimas décadas, a extração de recursos naturais expandiu-se significativamente em várias partes do mundo, mas, historicamente, o desenvolvimento econômico nunca foi completamente inofensivo.

Sob a lógica do capitalismo, as usinas hidrelétricas são consideradas fontes importantes de energia e de desenvolvimento econômico. Contudo, acarretam inúmeras consequências sociais e ambientais, como alterações no habitat local, no modo de vida das comunidades atingidas, na organização social, na fauna, na flora e no meio ambiente em geral.

No contexto do capitalismo global, as expulsões revelam a profunda interseção entre crescimento econômico e exclusão social. A construção de grandes empreendimentos, como hidrelétricas, ilustra como a busca por lucro e por desenvolvimento pode ter consequências devastadoras para o meio ambiente e, especialmente, para as comunidades locais, conforme representado na Figura 3:

Figura 3 - Rua Humberto de Campos antes da formação do lago



Fonte: Shirley Costa (2007) | Organizado pela autora (2025).

A fotografia retrata um instante da Rua Humberto de Campos, em Babaçulândia; um tempo antes do fato de as águas do reservatório engolirem boa parte dela. Seguindo sentido à beira rio, findava em uma rampa íngreme que convidava à descida ao rio. Era dali que as canoas e os barcos partiam para a Ilha de São José, para a Praia do Coco, para Carolina e para os demais destinos navegáveis.

O vai e vem dos barqueiros era a própria artéria da economia, conectando as vidas rio acima e rio abaixo.

A submersão de quase a totalidade dessa rua significou a desarticulação de um ponto central da vida urbana e a necessidade de realocação de serviços e atividades econômicas. A Figura 4 documenta visualmente essa transformação territorial e a conseqüente perda para o cotidiano dos moradores:

Figura 4 – Rua Humberto de Campos depois da formação do lago.



Fonte: Arquivo de imagens da autora (2024).

Antes da formação do reservatório, essa rua pulsava como um dos principais centros de serviços e de comércio da cidade, transcendendo sua função residencial. Concentrava infraestruturas cruciais como o único posto de combustível, a escola estadual, a delegacia, a parada de ônibus e opções de hospedagem. Era também um ponto de encontro e de lazer, com bares e com restaurantes, além de abrigar templos religiosos e uma diversidade de estabelecimentos comerciais essenciais para o dia a dia da população.

Hoje, embora conduza ao lago formado pelo reservatório, a rua perdeu a dinâmica e a vitalidade que a caracterizavam. Essa transformação de um centro social

e econômico ativo para uma via silenciada pela presença do lago, não é um fenômeno isolado, mas sim um retrato das alterações que a formação do reservatório impôs a todo o território de Babaçulândia. É uma amostra de um processo amplo de ruptura.

Embora narrativas de progresso possam surgir associadas à construção da usina hidrelétrica, a realidade experienciada por muitos que dependiam diretamente do território original, especialmente no desenvolvimento de suas atividades profissionais, foi marcada pela perda desse espaço vital, pela desintegração de práticas culturais e identitárias, bem como pela degradação ambiental.

Conforme argumenta Saskia Sassen (2016), intervenções dessa magnitude podem desencadear verdadeiras expulsões, que não são meros subprodutos do crescimento, mas efeitos diretos de políticas e de lógicas econômicas que favorecem interesses externos em detrimento das dinâmicas locais.

É precisamente nesse ponto que o conceito de "expulsões" de Sassen (2016) se torna crucial para analisar a situação dos integrantes dos APLs de Babaçulândia. Sassen (2016) descreve o modo como processos complexos de exclusão social e econômica, frequentemente ligados a grandes projetos e à economia global, forçam determinados grupos a abandonar seus territórios e modos de vida tradicionais.

Sob essa ótica, os barqueiros, os barraqueiros, os oleiros, os vazanteiros e as quebradeiras de coco, cujas atividades foram sumariamente encerradas com a formação do reservatório, podem ser compreendidos como sujeitos dessa dinâmica expulsória. Suas práticas profissionais não desapareceram por acaso, mas foram inviabilizadas para dar lugar aos objetivos e aos interesses econômicos representados pelo capital investido na construção e na operação da usina hidrelétrica. Não podemos perder de vista que o Estado, na sua lógica de funcionamento, acaba por referendar esses interesses econômicos. Daí a necessidade de concebemos os modos de individuação dos sujeitos pelo Estado.

Contudo, para compreender integralmente a extensão e a natureza da ruptura causada por essa dinâmica expulsória em Babaçulândia, torna-se fundamental analisar em detalhe o que foi efetivamente perdido e desarticulado. As atividades exercidas não eram meros empregos individuais, mas se organizavam em redes de relações sociais, econômicas e culturais territorialmente situadas.

4 ARRANJOS PRODUTIVOS E CATALOGAÇÃO COPARTICIPATIVA

A análise dos impactos da Usina Hidrelétrica de Estreito evidencia a profunda desarticulação de modos de vida e das práticas laborais tradicionais. Para compreender a real dimensão dessa ruptura, contudo, é necessário ir além da constatação da perda individual e analisar a natureza coletiva das atividades que foram interrompidas.

As práticas dos barqueiros, dos barraqueiros, dos oleiros, dos vazanteiros e das quebradeiras de coco não eram ocupações isoladas, mas estavam inseridas em dinâmicas socioeconômicas marcadas por relações locais, saberes compartilhados e vínculo com o território. Para caracterizar essas práticas, empregaremos a terminologia APLs – Arranjos Produtivos Locais - explorando o conceito e suas implicações.

Os APLs são diversos e flexíveis, pois as concentrações em determinado território não consideram o tamanho ou o tipo de atividade econômica. As atividades desenvolvidas por barqueiros, por barraqueiros, por oleiros, por vazanteiros e por quebradeiras de coco, embora muitas vezes informais e baseadas em conhecimentos tradicionais, configuravam sistemas produtivos com características alinhadas à definição de APLs.

Conforme proposto por Cassiolato e Lastres (2003, p. 5), APLs podem ser compreendidos como

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas [...] e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos [...]; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

A formação dos APLs deriva do agrupamento territorial em área geográfica específica, permitindo que, embora em fases e com vínculos iniciais, trabalhem em torno de atividades econômicas comuns. Os APLs não surgem do nada, mas se associam à história de um território. Seu desenvolvimento é influenciado pela construção de uma identidade comum entre os participantes e pelos vínculos estabelecidos ao longo do tempo na comunidade local (Cassiolato e Lastres, 2003).

A base comum é o conjunto compartilhado de valores, de práticas culturais, de interesses políticos ou econômicos. É o caso dos 05 arranjos produtivos foco desta dissertação, que mantinha suas atividades ligadas às águas, pela localização geográfica ou pela forma de execução.

Costa (2010, p.127) define APLs como:

A concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, não importando o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta pertencer ao setor primário, secundário ou até mesmo terciário, variando desde estruturas artesanais com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as empresas e produtos com elevado conteúdo tecnológico.

A definição de Costa (2010) apresenta a flexibilidade e a abrangência do conceito de APLs, destacando que não se restringe a setores específicos ou a empresas de grande porte, nem exige necessariamente alta tecnologia ou dinamismo econômico intenso. Essa amplitude é relevante, pois permite enquadrar realidades produtivas locais, desde configurações mais simples e artesanais, como atividades objeto de estudo, que era tradicionalmente desenvolvidas em Babaçulândia, até complexos industriais mais sofisticados.

O elemento chave é a concentração espacial de atividades interligadas, independentemente de sua escala ou natureza setorial. Essa compreensão mais inclusiva dos APLs é fundamental para valorizar e analisar as lógicas próprias de organização presentes nos arranjos com base em saberes tradicionais e em recursos locais.

O renovado interesse acadêmico e político nos APLs, reside justamente no reconhecimento de seu potencial para o desenvolvimento regional e para a sustentabilidade de micro e pequenas empresas, mesmo em contextos de globalização crescente (Cassiolato; Lastres, 2003).

Em Babaçulândia, as atividades interrompidas, organizadas em torno dos recursos naturais como o rio Tocantins, as terras de vazante, os babaçuais e de uma dinâmica social e econômica local, representavam a base de subsistência e de identidade para uma parcela significativa da população.

O entendimento dessas atividades como APLs permite ir além das práticas profissionais perdidas, compreendendo a desarticulação de sistemas complexos de interação, a cooperação (formal ou informal) e a aprendizagem coletiva, que, como

apontam Cassiolato e Lastres (2003), são fundamentais para a geração de vantagens competitivas e para o enfrentamento de novos desafios.

A interrupção desses arranjos pela UHE Estreito significou, portanto, não apenas a perda de renda individual, mas o desmantelamento de estruturas socioeconômicas locais com lógicas próprias de funcionamento.

Em Babaçulândia, a territorialidade desses APLs era um elemento central. As práticas dos vazanteiros estavam intrinsecamente ligadas aos ciclos de cheia e à vazante do rio e ao conhecimento específico das terras alagadiças; o trabalho dos barqueiros dependia do domínio das rotas fluviais e das demandas locais de transporte; dos barraqueiros, ao funcionamento sazonal da praia do coco; a atividade das quebradeiras de coco e dos oleiros estava vinculada à organização comunitária de Palmatuba, onde se localizavam os babaçuais e a fonte de argila.

Como ressaltam Cassiolato e Szapiro (2003, p. 5), a territorialização “é fundada em interdependências específicas da vida econômica de cunho local em que trabalho e tecnologia possuem significados especiais”. A construção do reservatório da UHE representou uma ruptura violenta com essa territorialidade, submergindo não apenas espaços físicos, mas também as bases materiais e simbólicas desses APLs.

A literatura neo-Schumpeteriana e evolucionista, que informa a abordagem de Cassiolato e Lastres (2003), destaca que a competitividade e a capacidade de inovação, entendidas aqui de forma ampla, incluindo a adaptação e a melhoria contínua em contextos tradicionais, dependem crucialmente de processos de aprendizado interativo e da acumulação de competências locais. Esses processos são fortemente influenciados pelos contextos específicos, pelas instituições e pelas relações sociais (Cassiolato; Lastres, 2003, p. 3).

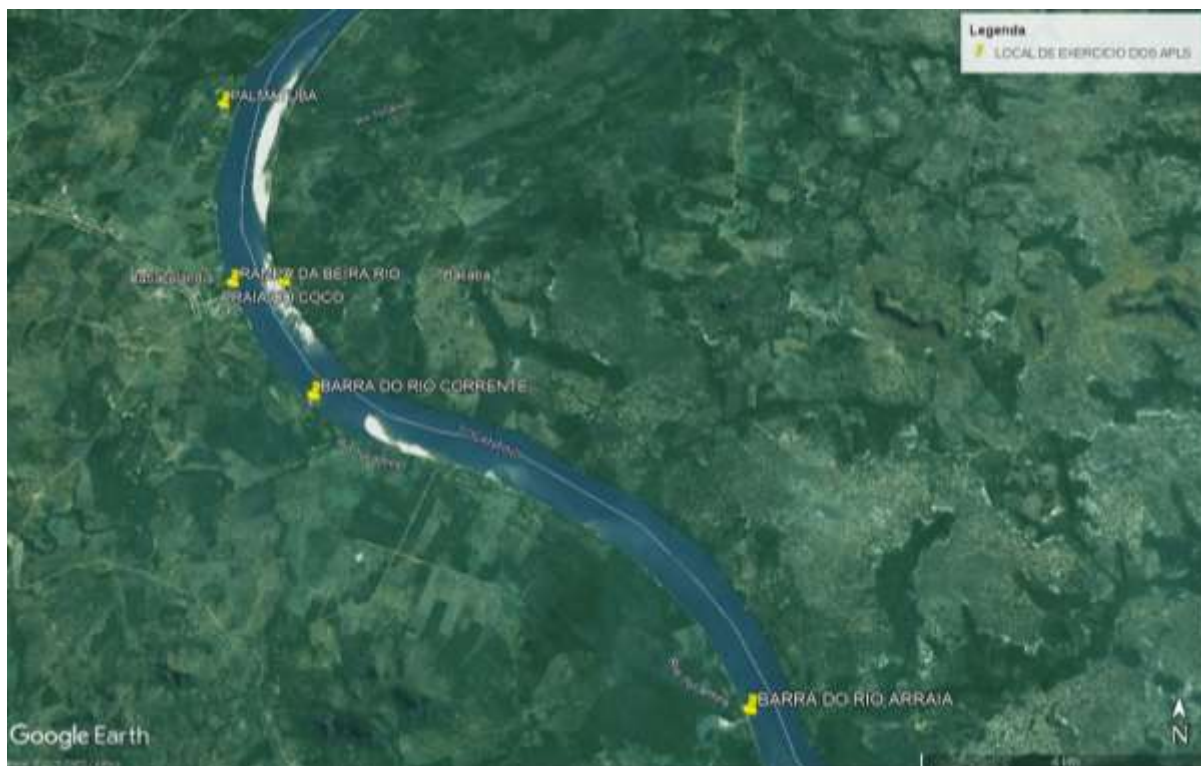
A interrupção dos APLs, em Babaçulândia, não só cessou as atividades produtivas em si, mas também bloqueou esses processos, os aprendizados e o desenvolvimento, como evidenciado nos discursos dos sujeitos analisados nesta dissertação, que frequentemente rememoram um passado de autonomia e de saber-fazer em contraste com um presente de perda e de dependência.

Outra dimensão crucial para a análise dos APLs, conforme Cassiolato e Szapiro (2003), é a governança, que se refere aos mecanismos de coordenação das atividades e das relações no âmbito do arranjo. No caso dos APLs de Babaçulândia, a governança operava predominantemente em redes informais, baseadas em laços familiares, comunitários, de vizinhança e associativismo.

Compreender as atividades interrompidas em Babaçulândia, por meio da lente dos APLs, permite, portanto, contextualizar as discursivizações dos sujeitos. A perda transcende a dimensão puramente econômica individual; ela remete à desestruturação de sistemas socioprodutivos territorialmente enraizados, à interrupção de processos de aprendizagem coletiva e à fragilização de identidades profissionais e comunitárias.

Para uma dimensão visual e territorial à desarticulação desses arranjos, as imagens de satélite a seguir são fundamentais, pois contrastam a mesma área em dois momentos distintos, com um intervalo de vinte anos entre eles. A figura 05 revela a paisagem antes da formação do reservatório (2004):

Figura 5 – Local de exercício das atividades dos APLs antes do reservatório



Fonte: Arquivo de imagens da autora (2025).

A Figura acima retrata o território de Babaçulândia organizado em torno do curso natural do Rio Tocantins. Os pontos indicados marcam os locais onde eram exercidas as atividades dos arranjos produtivos. No ponto Palmatuba (Latitude $7^{\circ}10'34.17''S$, Longitude $47^{\circ}45'19.09''O$), localizava-se o povoado onde havia a olaria e a associação das quebradeiras de coco. Na Barra do Rio Corrente ($7^{\circ}13'19.82''S$, $47^{\circ}44'13.44''O$) e da Barra do Rio Arraia ($7^{\circ}15'46.64''S$, $47^{\circ}40'40.47''O$), bem como as

margens do rio, eram exploradas as férteis áreas de vazante. A Rampa da Beira Rio ($7^{\circ}12'19.64''S$, $47^{\circ}45'1.22''O$) servia como ponto de partida e chegada dos barqueiros. Próximo a ela, na margem oposta, a Praia do Coco ($7^{\circ}12'18.71''S$, $47^{\circ}44'34.49''O$) que era, sazonalmente, o espaço de trabalho dos barraqueiros.

Vinte anos depois, há uma paisagem radicalmente transformada pela formação do reservatório da UHE de Estreito, conforme se verifica na figura 06:

Figura 6 - Local de exercício das atividades dos APLs depois do reservatório



Fonte: Arquivo de imagens da autora (2025).

Os mesmos pontos geográficos da figura anterior agora revelam de submersão e perda. As coordenadas de Palmatuba, da Rampa da Beira Rio e da Praia do Coco estão agora submersas pelas águas estáticas do lago. As áreas de vazante, nas Barras do Rio Corrente e do Rio Arraia, foram permanentemente inundadas, erradicando a prática agrícola sazonal. O que antes era espaço de vida, trabalho e sustento tornou-se uma vasta extensão de água, confirmando a materialidade da ruptura que os sujeitos narram em suas entrevistas.

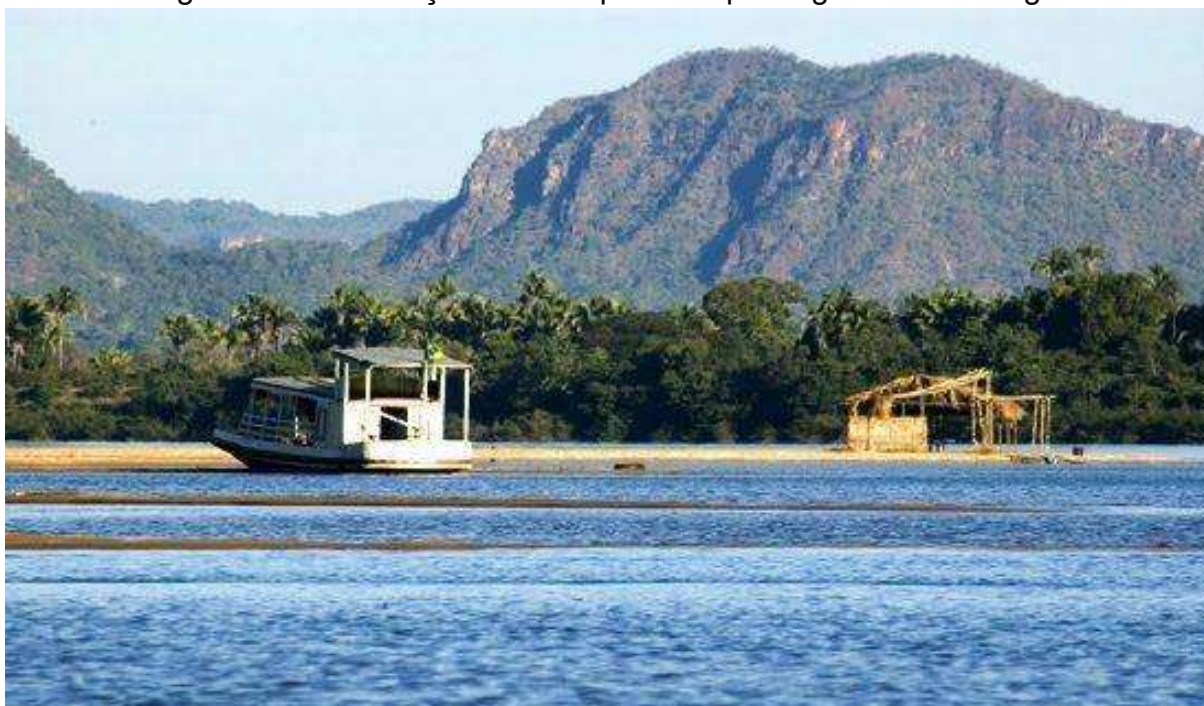
Os efeitos da devastação ambiental e social que Babaçulândia foi submetida abriu uma série de lacunas nas atividades produtivas da população de Babaçulândia, especialmente naquelas que garantiam subsistência dos trabalhadores e deixaram de ser exercida pela formação do reservatório da UHE.

Até meados do ano 2010, antes do enchimento do reservatório e a consequente desarticulação, Babaçulândia também contava com exercício de atividades profissionais realizadas, entre outros profissionais, por barqueiros, por barraqueiros, por vazanteiros, por oleiros e por quebradeiras de coco babaçu, como veremos a seguir.

4.1 Barqueiros

Antes das transformações impostas pela UHE de Estreito, a vida econômica e social de Babaçulândia era ligada ao fluxo do Rio Tocantins, e os barqueiros eram figuras centrais nesse cotidiano. Sua atividade principal, como narrado pelos próprios sujeitos e observado na dinâmica local, consistia no serviço de transporte fluvial de passageiros e de cargas, em embarcações como a retratada na Figura 7:

Figura 7 - Embarcação de transporte de passageiros e de cargas



Fonte: Reprodução Youtube | Organizado pela autora (2025).

As embarcações eram utilizadas para conectar a zona urbana de Babaçulândia à zona rural, comunidades como a Ilha de São José, a Barra do Rio Arraia, Rio corrente e os demais, bem como aos municípios vizinhos, especialmente Carolina e Estreito, no Maranhão. Essa navegação não era apenas uma conveniência, mas a principal via de acesso para muitos, viabilizando o deslocamento de moradores, o

comércio e o acesso a serviços, e travessia à Praia do Coco, como se visualiza na Figura 8:

Figura 8 - Embarcações ancoradas na Praia do Coco



Fonte: Reprodução Youtube | Organizado pela autora (2025).

Além das rotas regulares, os barqueiros realizavam fretes para os ribeirinhos – as populações que viviam às margens do rio, para o escoamento da produção agrícola cultivada nas áreas de vazante ou em outras propriedades rurais, conectando esses pequenos produtores aos mercados consumidores na cidade. O trabalho do barqueiro não era somente a viabilização de um meio de transporte, mas um elo essencial no arranjo produtivo local, garantindo a circulação de pessoas, de bens e a própria viabilidade econômica de outras atividades dependentes do rio, partindo gerlanmete do porto da beira rio, conforme ilustrado na figura 9:

Figura 9 - Embarcações ancoradas na rampa da beira rio



Fonte: Reprodução Youtube | Organizado pela autora (2025).

Na temporada da Praia do Coco, realizada anualmente entre junho e agosto, durante aproximadamente 45 dias de estiagem, a praia, embora funcionalmente ligada à Babaçulândia, instalava-se fisicamente na margem oposta do Rio Tocantins, em território do município de Carolina/MA. O acesso ao local, que atraía milhares de visitantes da região e de fora, dependia exclusivamente da travessia por embarcações a partir de Babaçulândia. Essa demanda massiva e concentrada transformava a temporada da praia no ápice econômico para os barqueiros.

O acesso de embarcações ao Rio Tocantins ocorria também pela chamada “mangueira”, embora o ponto oficial fosse a ampla rampa pavimentada situada à beira do rio. Nessa área, concentrava-se grande movimentação de pessoas e abrigava bares, restaurantes e o tradicional Hotel Beira Rio. Era dali que partiam as embarcações rumo aos mais diversos destinos, sendo também o principal ponto de embarque para os turistas que seguiam em direção à Praia do Coco, conforme retratado na figura 10:

Figura 10 - Embarcação com passageiros e com cargas realizando a travessia



Fonte: Reprodução Youtube | Organizado pela autora (2025).

O fluxo intenso de passageiros representava uma oportunidade para auferir uma renda extra, necessária para a subsistência familiar ao longo do restante do ano. A interrupção dessa dinâmica, com o fim do rio e da praia em seus formatos originais devido à formação do lago, representou, portanto, uma perda econômica e social.

4.2 Barraqueiros

A temporada da Praia do Coco representava um período não apenas de lazer, mas também de intensa atividade econômica para os barraqueiros de Babaçulândia, pois concentrava um grande fluxo de visitantes que demandavam serviços básicos, especialmente de alimentação e de bebidas, no espaço registrado na Figura 11:

Figura 11 - Estruturas das barracas na Praia do Coco



Fonte: Reprodução Youtube | Organizado pela autora (2025).

As estruturas montadas eram adaptadas, as barracas erguidas com materiais como madeirite e palha de coco babaçu. O local de montagem das barracas era definido por sorteio realizado entres os filiados à Associação dos Barraqueiros de Babaçulândia, que definia os espaços de cada um. Dentro dessas barracas improvisadas, os barraqueiros ofereciam uma variedade de comidas e de bebidas, um trabalho dedicado durante toda a temporada para atender ao público, que aproveitavam o espaço da Praia do Coco, identificado na Figura 12:

Figura 12 – Praia do Coco



Fonte: Reprodução Youtube | Organizado pela autora (2025).

A importância dessa atividade sazonal transcendia um simples trabalho temporário. Para muitos barraqueiros, a renda obtida na praia era a principal fonte de sustento anual, um recurso esperado e fundamental para a manutenção da família nos meses seguintes. A intensidade do trabalho era recompensada pela possibilidade de uma segurança financeira relativa. Por isso, a perda desse espaço de trabalho, com a formação do reservatório da UHE, foi sentida de forma tão profunda, não apenas como um prejuízo econômico, mas como a perda de uma referência central em suas vidas e identidades, uma memória que persiste dolorosamente.

Para dimensionar a magnitude da perda descrita pelos barraqueiros, a imagem a seguir captura a paisagem contemporânea do local aproximado onde a Praia do Coco era instalada. A fotografia, registrada na Figura 13 a seguir mesma época do ano em que a praia estaria em plena atividade, revela a transformação irreversível do

território, substituindo a faixa de areia e o rio em seu curso natural pelas águas estáticas do reservatório.

Figura 13 – Local aproximado de onde a Praia do Coco foi instalada na figura 10



Fonte: Arquivo de imagens da autora (2025).

Onde antes havia comércio e encontro, agora há o silêncio da água. O único elemento familiar é a serra ao fundo, que permanece como uma testemunha imóvel do que se perdeu. Para os barraqueiros, essa visão não é apenas a de uma área alagada, mas é o retrato de um ciclo de trabalho e identidade abruptamente interrompido.

4.3 Oleiros

Distinta das atividades diretamente ligadas às águas do rio, mas ligada ao seu território, era desenvolvida a atividade dos oleiros. O Povoado Palmatuba, situado a cerca de 2km da área urbana central de Babaçulândia, encontra-se totalmente submerso pelas águas do reservatório.

O povoado abrigava uma olaria comunitária que mantinha esse arranjo produtivo. Sua existência dependia de um recurso natural específico daquela localidade, um tipo particular de barro, extraído de lagoas próximas, que só existia naquela região do município. Era dessa matéria-prima local que nasciam tijolos, telhas, vasos e outros utensílios de barro, fabricado pelos locais, conforme retrata a figura 14:

Figura 14 - Olaria comunitária de Palmatuba



Fonte: Reprodução Youtube | Organizado pela autora (2025).

O processo de produção era predominantemente artesanal e baseado em saberes tradicionais, passado de geração em geração, aprendido com oleiros mais velhos. Envolveria um trabalho físico intenso: a extração manual do barro diretamente do local, o preparo cuidadoso no "barreiro", a moldagem, o processo de queima manual dos tijolos e das peças, que conferia resistência ao produto.

Embora existisse alguma mecanização auxiliar, o cerne da atividade residia no saber-fazer manual e na experiência coletiva. Dentre os produtos, o tijolo maciço artesanal se destacava pela sua importância construtiva na época, sendo a base para a edificação de moradias mais resistentes e duráveis na cidade, cujos vestígios ainda podem ser vistos hoje. O objetos eram assados em forno registrado na figura 15:

Figura 15 - Forno da olaria comunitária de Palmatuba



Fonte: Reprodução Youtube | Organizado pela autora (2025).

Este arranjo produtivo não se limitava apenas à fabricação de objetos. Ele representava um sistema socioeconômico integrado, muitas vezes organizado em torno de núcleos familiares, em que o trabalho era compartilhado e o lucro distribuído internamente. A submersão de Palmatuba e o conseqüente fim da olaria representaram, portanto, não só a perda de uma atividade econômica, mas a desintegração de um saber tradicional, de uma forma de organização social e, para muitos, a perda de seu principal meio de vida.

4.4 Vazanteiros

Outro arranjo produtivo fundamental para a subsistência e economia de Babaçulândia era a atividade realizada pelos vazanteiros, que aproveitavam o período em que as águas baixavam para cultivar áreas extremamente férteis que ficavam naturalmente submersas durante a cheia. As plantações eram nas encostas do rio, em ribeirões e outras regiões adjacentes, transformando a paisagem ribeirinha em campos produtivos temporários.

A prática da agricultura de vazante envolvia o cultivo de uma diversidade de alimentos essenciais: feijão, milho, tomate, melancia, abóbora, arroz, fava; e outras hortaliças eram plantadas aproveitando a fertilidade natural do solo deixada pela cheia, conforme retratado na Figura 16:

Figura 16 - Vazante às margens do Rio Tocantins



Fonte: Elzi Alves (2010) | Organizado pela autora (2025).

A produção não apenas garantia a segurança alimentar das famílias ao longo do ano, com técnicas de armazenamento como o feijão em garrafas PET e o milho em sacos de fibra para ração animal, mas também gerava excedentes que eram comercializados.

O acesso à terra para o plantio se dava de diferentes formas. Alguns vazanteiros cultivavam em terras próprias localizadas à beira do rio e de seus afluentes e outros em uma relação de confiança e de tradição com proprietários de terras maiores, que cediam áreas de cultivo para plantios sazonais. Regiões como a Barra do Rio Corrente e a Barra do Rio Arraia eram particularmente férteis e conhecidas pela alta produtividade, sendo intensamente cultivadas em ambas as margens, demonstrando a importância estratégica dessas áreas para o arranjo. Havia inúmeras áreas de plantio na margem dos ribeirões e do Rio Tocantins, como a registrada na Figura 17:

Figura 17 - Vazante às margens do Rio Tocantins



Fonte: Reprodução Youtube (2009) | Organizado pela autora (2025).

Assim, a formação do reservatório da UHE de Estreito significou a erradicação completa desse modo de produção às margens do Rio Tocantins e seus afluentes em Babaçulândia, representando a perda da principal fonte de renda e de subsistência dos vazanteiros.

4.5 Quebradeiras de coco babaçu

Em meio às atividades que sustentavam a vida na comunidade de Palmatuba antes do reservatório, havia um arranjo produtivo local intrinsecamente ligado a um recurso natural abundante na região: o coco babaçu, como demonstra a Figura 18:

Figura 18 - Quebradeiras de Palmatuba quebrando coco babaçu



Fonte: CESTE (2007) | Organizado pela autora (2025).

Embora os moradores também se dedicassem à pesca e à olaria, um grupo significativo de mulheres encontrava no babaçu a base para sua subsistência. A atividade mais comum e tradicional era a extração do azeite a partir da quebra das amêndoas, um saber passado entre gerações que garantia um produto essencial para o consumo e a economia doméstica.

A vida em Palmatuba estava profundamente ligada a esse ciclo produtivo: a coleta do coco nos vastos babaçuais que circundavam a comunidade, o trabalho minucioso da quebra, a extração do azeite, a produção de carvão e a confecção do artesanato. O coco babaçu, nesse contexto, representava um universo de possibilidades, em que "você faz tudo" e "não perde nada".

Contudo, a abundância da matéria-prima e a organização coletiva dessas mulheres levaram a um desenvolvimento adicional dessa prática. Elas se organizaram em associação e passaram a explorar o potencial do babaçu para além do azeite, dedicando-se à produção de artesanato. Utilizando diferentes partes do coco, como as cascas, criavam itens de decoração, acessórios e outros produtos, agregando valor ao recurso natural e transformando o saber tradicional em uma fonte de renda complementar, como revela a Figura 19:

Figura 19 - Quebradeiras na produção do artesanato de babaçu



Fonte: CESTE (2007) | Organizado pela autora (2025).

A formação do reservatório da UHE Estreito, ao inundar a área em que se localizava a comunidade, desarticulou esse arranjo produtivo local. E não foi por ter provocado escassez do coco, já que ainda há bastante no município, mas por ter submergido a comunidade desarticulando a organização social que ali havia, obrigando os moradores a se realocarem, especialmente em zonas urbanas, forçando-as a buscar novas formas de subsistência.

4.6 Feira coberta

Antes de a barragem forçar o redesenho da vida local, a dinâmica econômica e social de Babaçulândia tinha um epicentro: a feira coberta. Realizada, semanalmente, era onde os diversos fios da produção local se entrelaçavam com as necessidades cotidianas da população.

Ali os frutos do trabalho árduo e dos saberes tradicionais dos diferentes APLs ganhavam visibilidade e encontravam seu principal canal de comercialização direta com os consumidores urbanos e rurais. Os vazanteiros traziam a abundância das terras fertilizadas pelo rio, oferecendo feijão, milho, melancias, abóboras e uma variedade de hortaliças frescas. Os oleiros de Palmatuba poderiam apresentar seus produtos essenciais de barro moldados a partir da argila única daquela região, e as quebradeiras de coco babaçu poderiam comercializar o tradicional azeite e os criativos artesanatos, como retrata a Figura 20:

Figura 20 - Comercialização na feira coberta



Fonte: CESTE (2007) | Organizado pela autora (2025).

Os barqueiros, embora não estivessem ali primariamente como vendedores, seu papel era crucial para a própria existência da feira, transportando pessoas e mercadorias através do Tocantins, garantindo o acesso de ribeirinhos e de moradores de outras margens. Até mesmo os barraqueiros, cuja atividade principal era sazonal na Praia do Coco, integravam-se a essa dinâmica, como consumidores, preparando-se para sua temporada comprando insumos.

O valor gerado pela venda dos produtos permitia-lhes adquirir outros bens e serviços essenciais, trazidos por vendedores externos que também participavam.

A feira coberta garantia a circulação de bens e de renda, sustentando a economia e a subsistência de uma parcela significativa da população de Babaçulândia, ao mesmo tempo em que funcionava como um espaço de encontro, de saberes e de sociabilidade comunitária, que também foi desarticulado após a formação do reservatório da usina hidrelétrica.

Diante disso, da contextualização da usina hidrelétrica e dos APLs diretamente afetados, é necessário analisar como essas transformações foram efetivamente vividas, percebidas e significadas pelos sujeitos que as experienciaram diretamente, motivo pelo qual a pesquisa se volta para a Análise de Discurso (AD) materialista.

5 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DISCURSIVA

Partimos do pressuposto de que a linguagem não é um mero veículo transparente para relatar fatos ou expressar opiniões preexistentes, mas sim o espaço material em que a realidade é interpretada, as memórias são elaboradas, as posições sociais são assumidas e as ideologias se manifestam. Compreender como os trabalhadores dos APLs de Babaçulândia discursivizam sobre os impactos, sobre o passado perdido e sobre suas vidas presentes é, portanto, vital para a pesquisa.

Neste capítulo, apresentamos os fundamentos teóricos da Análise de Discurso francesa, especialmente na vertente de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi, que serviram de alicerce para as análises realizadas neste trabalho de dissertação. Exploramos os conceitos chave como discurso, sujeito, formação discursiva, memória, ideologia, condições de produção e, com particular atenção ao nosso objeto, os modos de individuação e as formas do silêncio, buscando construir o aparato conceitual necessário para interpretar as discursivizações dos sujeitos de Babaçulândia no contexto pós-UHE Estreito.

O presente capítulo encontra-se dividido em três seções, com o propósito de delinear uma jornada pela trajetória histórica da Análise de Discurso até alcançarmos o objeto central de nossa investigação. Na primeira seção, discorreremos sobre a Análise de Discurso e abordamos as noções fundamentais dessa teoria que se mostram essenciais para a análise do *corpus* selecionado; na segunda seção, evidenciamos a relevância das memórias para a produção e a circulação de discursos; e na terceira seção tecemos considerações sobre as formas do silêncio e os modos de individuação do sujeito.

5.1 Mapeando os caminhos da construção simbólica do real

A Análise de Discurso teve suas origens na França nos anos 1960, influenciada pelos estudos de Michel Pêcheux. Emergiu em um período de intensa atividade intelectual, integrando contribuições de três áreas distintas: linguística, materialismo histórico e teoria do discurso, com o atravessamento de pressupostos da área da Psicanálise lacaniana.

Da linguística, Pêcheux (1969) adotou a visão de que a linguagem não é transparente, pois, para ele, quando o sujeito fala, produz efeitos de sentido, e o

sentido não é pré-determinado. Do materialismo histórico, fundamentou-se a ideia de que o discurso não existe sem sujeito, e que o sujeito está impregnado de ideologia. Da teoria do discurso, foi incorporada a noção de que os sentidos são marcados na e pela historicidade (Orlandi, 2015).

Ao longo das décadas seguintes, Pêcheux (1983) continuou a desenvolver e a aprofundar os conceitos da Análise de Discurso, um processo de desenvolvimento e de elaboração ao longo do tempo, que resultou em 03 (três) diferentes fases ou momentos, que atualizaram ou reformularam tanto os procedimentos teóricos quanto os metodológicos utilizados pela AD.

Na primeira fase – (AD1 / 1969) – a AD se debruçava sobre a análise de discursos estáveis e homogêneos do ponto de vista ideológico, e os movimentos de análise buscavam relacionar o discurso estudado a outros discursos que pertencessem às mesmas estruturas discursivas, a fim de identificar discursos semelhantes, constituídos a partir de condições de produção estáveis e homogêneas.

O conceito central proposto por Michel Pêcheux (1983) nessa primeira fase foi o de "Máquina Discursiva", quando o discurso deve ser compreendido como uma espécie de maquinaria complexa, organizada por regras e por princípios, que produz efeitos de significação (Pêcheux, 1983).

Acreditava-se que no processo de produção discursiva havia uma estrutura discursiva subjacente que determinava a própria produção dos discursos. Nessa perspectiva, a estrutura discursiva, denominada de "sujeito-estrutura" era vista como responsável por determinar os sujeitos como produtores de seus próprios discursos. Os sujeitos, então, acreditavam que estavam "utilizando" seus discursos de forma autônoma, quando, na verdade, eles eram meros "servos" assujeitados a essa estrutura discursiva previamente constituída (Pêcheux, 1983).

Na segunda fase – (AD2 / 1975) – a Análise de Discurso começa a problematizar a noção de uma estrutura discursiva autossuficiente e fechada sobre si mesma, e passa a entender que o discurso se articula a elementos provenientes de outros campos discursivos. De acordo com Pêcheux (1983, p. 314):

[...] a noção de formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu "exterior": uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois constitutivamente "invadida" por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que

se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de "pré-construídos" e de "discursos transversos").

Também ocorre a introdução da noção de "interdiscurso" para designar o "exterior específico" de uma formação discursiva (FD), que deixa de ser vista como um espaço autossuficiente e totalmente fechado sobre si mesmo, e permite ingresso de elementos externos que a constituem de forma heterogênea. Ou seja, mesmo que a concepção de uma "maquinaria" discursiva fechada seja mantida, ela é agora compreendida como o resultado paradoxal da irrupção de um "além", de um exterior anterior e externo à própria FD (Pêcheux, 1983).

A terceira fase da AD – (AD3/1983) – além da ruptura significativa com as ideias anteriores sobre "maquinaria discursiva", que foram propostas na AD-1, que se manteve em vigência na AD-2 e só foi totalmente abandonada na AD-3, também, implicou a exploração de novos direcionamentos teóricos e metodológicos, em um processo de desconstrução dos conceitos, com o objetivo de abrir espaço para abordagens inovadoras emergirem (Pêcheux, 1983).

No Brasil, a Análise de Discurso passou a ter lugar a partir da década de 1980. Isso porque sua própria natureza, de olhar para além das palavras ditas e reconhecer a existência de outros discursos, necessitava de condições propícias para seu desenvolvimento no país (Fernandes, 2008).

Questionando a neutralidade da linguagem e desvelando relações de poder e ideologias, somente após o fim do regime militar e a transição para a democracia, com o novo contexto, é que houve condições para que a AD pudesse florescer e se consolidar no cenário acadêmico e intelectual brasileiro. Eni Orlandi foi a principal responsável pela disseminação da AD.

Para Orlandi (2020), a AD possui caráter interdisciplinar e se constitui como uma "disciplina de entremeio", que não se delimita pelos campos teóricos da Linguística, do Materialismo Histórico ou da Psicanálise, mas se constrói nos espaços em que esses campos se encontram e revelam suas contradições, permitindo que produza reflexões teóricas que deslocam os limites desses campos disciplinares (Orlandi, 2020).

Um dos pilares da AD é a relação entre a sistematicidade da língua, a historicidade e o sujeito. Os sentidos produzidos nos discursos são vistos como o resultado da articulação entre a estrutura linguística, os processos sócio-históricos e

a posição do sujeito, que implica o batimento entre ideologia e inconsciente (Orlandi, 2015).

Para a AD, os sentidos não estão dados *a priori*, nem são transparentes ou evidentes por si mesmos, mas se constituem em "relação a" algo, ou seja, são produzidos na articulação entre o sujeito, a língua e a história, problematizando a relação entre sujeito e sentido. A AD busca entender a complexidade dos processos discursivos, analisando não apenas o que é dito, mas também como, por quem, em que contexto e com que efeitos de sentido.

A AD tem como principal objeto de estudo o discurso, que é entendido não apenas como o uso da língua, mas como a articulação entre a língua, o sujeito e a história. Essa abordagem parte do princípio de que o discurso não é uma expressão transparente de uma realidade pré-existente, mas uma prática social que constitui e é constituída por relações de poder, de ideologias e de processos históricos (Orlandi, 2015).

Ao nos depararmos com a palavra "discurso", reproduzimos a ideia de que se refere à mera exposição de palavras, uma forma linear de comunicação entre falantes. No entanto, para a AD o discurso é uma manifestação que envolve questões sociais e ideológicas, não sendo simplesmente a linguagem em si, apesar de depender dela para existir.

O discurso é uma forma de interação social que produz sentidos e está vinculado ao jogo de forças, bem como às dinâmicas de poder existentes na sociedade, às condições de produção que as ideologias se concretizam e são perpetuadas. É compreendido como um "efeito de sentido entre locutores" que emerge da interação entre os sujeitos envolvidos. Para Orlandi (2015, p. 13), "a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando".

O discurso não se limita à simples transmissão de uma mensagem de um emissor para um receptor. Na verdade, o discurso envolve a produção de efeitos de sentido, que vão além do conteúdo literal, pois, quando analisamos o funcionamento da linguagem, percebemos que ela não apenas transmite informações de maneira neutra, mas coloca em relação sujeitos e sentidos que são afetados tanto pela língua em si quanto pela história e pelo contexto social em que o discurso se insere (Orlandi, 2015).

As posições assumidas pelos indivíduos não são neutras ou aleatórias. Elas refletem os aspectos sociais, culturais e ideológicas, e, a partir desses lugares ideológicos, os sujeitos se posicionam e enunciam seus dizeres. Para Fernandes (2008, p. 13), o discurso:

não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. [...] o discurso não é a linguagem em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real.

Na AD, a linguagem intermedeia a relação do homem e da realidade em que está inserido, incorporando elementos sociais, históricos, significação, aspectos subjetivos e objetivos, visto que a formação do homem deriva do espaço social e de suas respectivas transformações. O discurso não é apenas sobre a estrutura linguística em si, mas carrega consigo ideologias incorporadas nas palavras e na maneira como são ditas. Implica a utilização da linguagem imersa em contextos sociais, históricos e culturais que moldam seu sentido.

O sentido de um dizer não está predeterminado ou fixo. Ele é produzido de forma dinâmica, à medida que os sujeitos – que já estão imersos em estruturas simbólicas, imaginárias e ideológicas prévias – participam do processo discursivo. Por não ser uma teoria com um modelo teórico pronto para ser aplicado de forma direta e inflexível, a AD nos possibilita estabelecer novas formas de escuta e de interpretação dos discursos, desconstruindo os efeitos de evidência e de transparência. Para Orlandi (2015, p. 19), “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informações”.

O sentido não é intrínseco. Ele é construído pela maneira como a ideologia funciona na e pela linguagem, bem como na sua interação com o contexto social e histórico, permeando todos os discursos. Os sentidos, portanto, são construídos na história e pela história.

Fernandes (2008, p. 15) esclarece que “os sentidos das palavras não são fixos, não são imanentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução”. A depender da

inserção ideológica, os sentidos produzidos pelos sujeitos serão distintos, sendo a ideologia intrínseca ao discurso, pois:

A noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo, envolve os sujeitos em interlocução. De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s), [...] não se trata da realidade fática e sim de um objeto imaginário socioideológico (Fernandes, 2008, p. 18-19).

Os sentidos são determinados pela história e pelo contexto social, cultural e ideológico em que o discurso é produzido, não sendo, portanto, algo dado ou definitivo, mas sempre aberto a múltiplas possibilidades de significação, explorando a complexidade inerente à linguagem e ao processo de produção de sentidos.

Os sentidos são construídos no âmbito de relações de poder e das disputas ideológicas. Na AD, a linguagem intermedeia a relação do homem e a realidade em que está inserido, incorporando elementos sociais, históricos, significação, aspectos subjetivos e objetivos, visto que a formação do homem deriva do espaço social e de suas respectivas transformações. Para Pêcheux (2015, p. 53)

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Os sentidos não são transmitidos de forma transparente e objetiva, mas sim construídos por meio das posições ocupadas pelos sujeitos e pelas relações de poder, bem como pelas representações que os constituem.

Todo discurso envolve condições sócio-histórico-ideológicas e outros discursos que o precederam. A articulação de variados discursos resulta em uma formação discursiva com enunciações que só podem ser expressas em época, contexto e local específico. Os sentidos produzidos pelas enunciações não são inerentes às palavras pronunciadas, mas da formação ideológica que resultam numa forma-sujeito.

Os indivíduos não são donos dos seus dizeres, são concernidos e constituídos pelo funcionamento de determinadas formações discursivas, que produzem os sentidos a partir das enunciações dos sujeitos. A noção de formação discursiva é

crucial na AD, apesar dos muitos debates que derivam da sua utilização, pois auxilia na compreensão do modo de constituição, de formulação e de circulação dos sentidos e sua inscrição nas ideologias. Além disso, permite identificar padrões no funcionamento do discurso (Orlandi, 2015).

A formação discursiva refere-se ao que determina o que pode ser dito em uma determinada formação ideológica, baseada na posição e no contexto sócio-histórico. Pêcheux (1995, p. 160) chama de formação discursiva:

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

O sujeito se identifica com a enunciação, quando é interpelado, e essa enunciação é construída por meio de formações discursivas que correspondem a determinadas ideologias, e a interpelação faz com que o sujeito se identifique com o discurso, de modo que pareça ser algo evidente e óbvio.

O sentido do discurso não é intrínseco às palavras por si mesmas, mas deriva das formações discursivas em que estão inseridas, construções linguísticas que refletem determinadas ideologias. Todos os sentidos enunciados por meio da linguagem estão sempre relacionados a determinados contextos ideológicos (Orlandi, 2015).

A AD tematiza como a linguagem e a ideologia se articulam mutuamente, mostrando como as ideologias se manifestam a partir do discurso e afetam a maneira como as pessoas pensam e se comunicam. Não há um sentido neutro ou objetivo no que é dito, pois as formações ideológicas permeiam o discurso.

O conceito de formação discursiva é essencial para fazer entender como diferentes sentidos são construídos no discurso, permitindo compreender que as mesmas palavras podem ter sentidos diferentes dependendo da formação discursiva em que estão inseridas. Isso ocorre porque o sentido não é fixo nem absoluto, mas moldado por ideias e por valores próprios de cada formação discursiva, que influenciam diretamente a maneira como os discursos são produzidos e interpretados.

O sentido das palavras, das proposições e das expressões, isto é, daquilo que é formulado pelos sujeitos é moldado pela formação discursiva na qual estão inseridos. O que dizemos depende de quem somos e das ideias que seguimos, a

forma como falamos e o que podemos falar são definidos pelos sentidos que compartilhamos, dependem da posição ideológica do sujeito.

Por meio da linguagem, a ideologia é evidenciada nas próprias linhas do dizer. As formações ideológicas se materializam em formações discursivas e são materializadas no e pelo discurso. Segundo Orlandi (2017, p. 20):

chamamos então de formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito. Portanto, as palavras, proposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

Cada formação discursiva estrutura o discurso de um modo, o que é moldado pelas condições históricas, ideológicas e sociais em que os discursos são produzidos e circulam. As formações discursivas não apenas regulam o uso da linguagem, mas também são fundamentais na construção de sentidos, já que determinam o que é considerado aceitável ou legítimo no âmbito de um campo discursivo específico, influenciando, assim, as práticas discursivas.

5.2 Ideologia em movimento: memória e esquecimento

A ideologia, condição para produção de sentido, materializa-se no discurso, resultando na interpretação do que fora enunciado, que reflete as práticas sociais, as ideias, as representações e os valores, revelando as posições-sujeito. E esse discurso, por sua vez, é materializado pela linguagem, tanto a verbal quanto a não-verbal. Para Fernandes (2008, p. 15):

Analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens. Quando nos referimos à produção de sentidos, dizemos que no discurso os sentidos das palavras não são fixos, não são imanentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam.

Na perspectiva apresentada, há que o sentido das palavras utilizadas no discurso não é único ou estático, mas oriundos da posição e do lugar ocupado pelos

sujeitos que enunciam. Assim, uma mesma palavra apresenta diferentes sentidos a depender do contexto sócio-histórico e ideológico, pois não se deve considerar apenas as palavras utilizadas, mas as condições que moldam os sentidos produzidos no discurso.

A língua está inserida na história e a constrói. A AD estuda a língua materializada, na dimensão linguística e também histórica, pois reflete a ideologia que permeia sua produção. Não basta apenas interpretar o texto, faz-se necessário compreender as condições de produção, que moldaram os sentidos (Fernandes, 2008).

A vivência social reflete no campo linguístico e discursivo devido às diferentes inscrições dos sujeitos em posições ideológicas, o que é inerente ao próprio conceito de discurso. Os conflitos e as contradições discursivas têm origem nessa diversidade de inscrições ideológicas que os sujeitos possuem, e é aí que os discursos existem, na exterioridade das estruturas linguísticas dos processos ideológicos que os constituem (FERNANDES, 2008).

Por este motivo, não se pode analisar o discurso isoladamente, pois ele é imerso nessas relações ideológicas da sociedade. Por isso, existem diferentes discursos concomitantes, pois cada sujeito ou grupo se inscreve em uma determinada posição ideológica ao enunciar. O discurso é indissociável da ideologia, devendo ser sempre compreendido em seus processos históricos de constituição.

Segundo Orlandi (2015), a ideologia trabalha produzindo evidências e

[...] colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Podemos começar por dizer que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. (ORLANDI, 2015, p. 44).

Tanto o sujeito quanto os sentidos são efeitos da interpelação ideológica, embora a ideologia, atuando de forma inconsciente, produza efeito de que o sujeito e os sentidos originam de si. Para compreensão da ideologia, é necessário considerar a interpretação como um processo central. A interpretação é um processo regulado ideologicamente, marcado pela memória discursiva e pelas condições de produção de sentidos.

O sentido da língua depende da intervenção da história. Dessa forma, a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades e condições e não

se resume a uma simples decodificação ou apreensão de sentidos, pois ela não é isenta de determinações. Pelo contrário, a interpretação é desigualmente distribuída na formação social, por duas formas de memória: a memória institucionalizada, que regula quem tem direito à interpretação legitimada, e a memória constitutiva, que delimita historicamente o que é dizível, interpretável e o saber discursivo (Orlandi, 2015).

O efeito mais básico da ideologia é a constituição do sujeito. Quando o indivíduo é interpelado pela ideologia, ele se torna sujeito, e é, assim, que a tomada de posição se constitui. Porém, essa transformação do indivíduo em sujeito pela ideologia implica o apagamento de que a língua está inserida na história, aparentando que o sujeito é a origem do que diz, mas a materialidade se constitui em processos nos quais a língua, a história e a ideologia interdependem. Para Orlandi (2015, p. 47-48)

O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade [...] O dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato. Tanto é assim que fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores.

A formação discursiva é composta por diversos discursos já constituídos, que formam o interdiscurso. É esse emaranhado de discursos anteriores, "já-dito", memória discursiva, que possibilita e condiciona a produção de novos enunciados no âmbito de uma determinada formação discursiva (Orlandi, 2015).

O interdiscurso é a memória discursiva, que perpassa e constitui as diferentes formações discursivas em dada conjuntura histórico-social. Assim, a formação discursiva é um recorte específico do interdiscurso, em que discursos são ressaltados e outros são silenciados, de acordo com organização do campo discursivo. Segundo Orlandi (2015, p. 31-32),

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o 'anonimato', possa fazer sentido em 'minhas' palavras.

O interdiscurso é o conjunto de enunciados já ditos anteriormente e que influenciam o modo de significação dos sujeitos; é a dimensão vertical, memória e história, do discurso. Já o intradiscurso é a dimensão horizontal, atualização e

enunciação, do que é dito em dado momento e condições. A constituição do sentido vem do interdiscurso (o que já foi dito), e a reformulação do discurso, do intradiscurso. O interdiscurso está no eixo vertical, da memória e da história, enquanto o intradiscurso está no eixo horizontal, da atualidade e da enunciação presente (Orlandi, 2020).

O interdiscurso e o intradiscurso se entrecruzam - o interdiscurso fornece a base, o pré-construído, a partir do qual construímos nosso dizer atual, o intradiscurso. É essa relação entre o que já foi dito anteriormente e o que se diz agora que se atribui sentido ao discurso, isso porque os sentidos não são fixos ou estáveis, mas construídos a partir da interação entre a história, o sujeito e a linguagem, formando diferentes posições-sujeito.

O indivíduo, interpelado pela ideologia, constitui a forma-sujeito. Para Fernandes (2008, p. 350), o sujeito é “constituído por diferentes vozes sociais, é marcado por intensa heterogeneidade e conflitos, espaços em que o desejo se interrelaciona constitutivamente com o social e manifesta-se por meio da linguagem”.

Na constituição da forma-sujeito, a interpelação, a identificação e a produção de sentidos estão interligadas. Na interpelação, o indivíduo é "chamado" a se reconhecer como sujeito, a partir de discursos dominantes; na identificação, o indivíduo se aceita e se vê como sujeito interpelado; e na produção de sentidos o sujeito interpelado significa. Essa interligação leva o indivíduo a crer que os sentidos originam em si, contudo, a forma-sujeito é historicamente determinada (Orlandi, 2020).

Orlandi (2015) aponta que a memória que estrutura o discurso é constituída pelas condições sócio-históricas e ideológicas em que os discursos são produzidos. Os sentidos mobilizados pela memória discursiva refletem as relações de poder, as lutas ideológicas e as formações sociais em determinado contexto histórico.

O sentido produzido a partir da enunciação do sujeito só é possível devido ao interdiscurso. A relação entre memória e ideologia, em diferentes momentos históricos e espaços sociais, estrutura a enunciação e configura a memória e o esquecimento.

Pêcheux (1983) aborda duas formas distintas de esquecimentos. O esquecimento número 1 ou esquecimento ideológico, que determina em uma formação discursiva o que pode e deve ser dito. Orlandi (2020, p. 33) afirma que:

ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos

preexistentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos.

O sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu discurso, quando na verdade retoma sentidos pré-existentes vinculados a uma memória discursiva. É um esquecimento necessário para que o sujeito se constitua, e o discurso faça sentido.

O esquecimento número 2 ou esquecimento enunciativo é aquele pelo qual o sujeito é afetado pela ilusão necessária de que ele seleciona e controla os sentidos no funcionamento da(s) formação(ões) discursiva(s), privilegiando alguns sentidos e apagando outros quando enuncia. Isso porque ele é constituído pela ilusão de que é livre para dizer o que e da maneira que quer, quando na verdade o que enuncia é determinado pela(s) formação(ões) discursiva(s) que o constituiu.

Segundo Orlandi (2020, p. 33),

Este esquecimento produz em nós a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim.

Assim, o esquecimento número 1 está ligado ao apagamento das determinações externas ao discurso, da inscrição ideológica, da retomada da memória discursiva, à ilusão do sujeito de ser a origem de seu discurso, enquanto o esquecimento número 2 refere à ilusão de liberdade na escolha de como se dizer, na seleção específica de enunciação do discurso.

5.3 A interpelação estatal na individu(aliz)ação do sujeito

Como observa Althusser (2023), a ideologia existe pelo e para o sujeito, a ideia de sujeito é fundamental para toda ideologia, e ao mesmo tempo, o sujeito é constituído por ela, fazendo-a funcionar. Todas as evidências, inclusive aquelas que fazem com que uma palavra produza um significado ou outro, como a ideia de que todos nós somos sujeitos, são, na verdade, efeitos ideológicos.

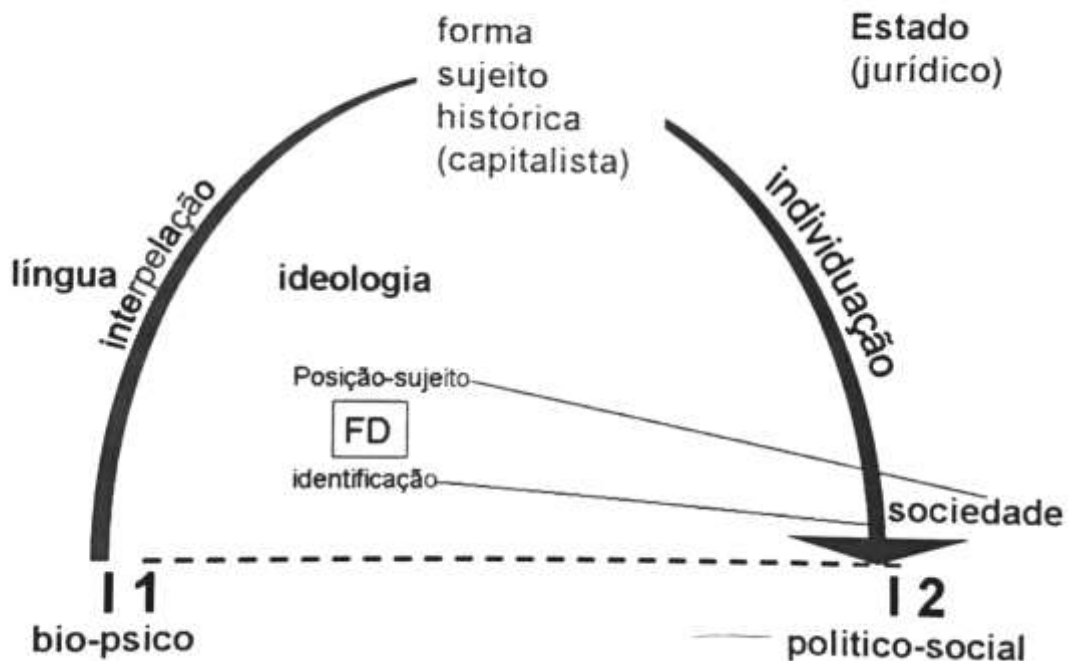
Na AD, a ideologia é entendida como uma força que molda a forma como interpretamos o mundo, criando e reforçando sentidos, ao mesmo tempo em que apaga, materialmente, que os enunciados não são dados, mas construídos

socialmente a partir de processos históricos e culturais. Em relação a isso, Orlandi (2020) afirma que "a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição. Não seria diferente para os efeitos que constituem a subjetividade" (Orlandi, 2020, p. 106).

Para Orlandi (2010, p. 4), "a noção de sujeito individuado não é psicológica, mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política". A individuação do sujeito ocorre por meio da interação entre o simbólico e o político na formação da subjetividade – forma-sujeito. O Estado e suas instituições, na estrutura social em que estão inseridos, moldam o sujeito, produzindo diferentes efeitos de sentido, e as dinâmicas sociais e políticas afetam os processos de formação identitária e subjetivação, influenciando o modo como significam a vida (Orlandi, 2022).

A interpelação da ideologia sobre o indivíduo resulta na forma-sujeito histórica, enquanto o processo de individuação é o movimento pelo qual um sujeito, já interpelado pela ideologia, é individuado pelo Estado. Vejamos a representação no esquema que se segue, proposto por Eni Orlandi (2017):

Figura 21 - Esquema de constituição do sujeito por Eni Orlandi



Fonte: Orlandi (2017, p. 229).

Uma vez que o indivíduo é interpelado como sujeito pela ideologia em um processo simbólico, ele constitui a forma-sujeito-histórica, sujeito capitalista sustentado no jurídico (direitos e deveres) e partir daí temos os modos de individu(aliz)ação do sujeito.

Segundo Orlandi (2017, p. 228),

a forma-histórica do sujeito moderno é a forma capitalista caracterizada como sujeito jurídico, com seus direitos e deveres e sua livre circulação social. As formas de individualização do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e discursividades, resultam, assim, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres e direito de ir e vir.

Essa individualização, apesar de resultar em um sujeito livre de coerções e responsável, ao considerar apenas o sujeito já individualizado, o papel do simbólico, da ideologia e do histórico que possibilitam essa interpelação, torna-se pouco visível.

Em sua origem, o indivíduo é visto de forma bio-psico e o Estado, como articulador político e simbólico, transforma-o em "sujeito social". Esse processo de individualização executado pelo Estado cria ou transforma a identidade dos indivíduos de forma que passam a ser vistos não mais apenas como seres biológicos e psicológicos, mas pelo viés da identidade social constituída pelas práticas estatais que definem como deve ser e agir, por vezes ocultando as influências ideológicas e simbólicas que auxiliam na formação.

O indivíduo, após passar pelo processo de individuação, torna-se um pré-requisito para sua identificação com diferentes formações discursivas. Esse processo de identificação, que resulta em uma posição-sujeito na sociedade, é moldado pela atuação do Estado e suas instituições, ou pela sua falha, e influencia a forma como o indivíduo se inscreve nas formações discursivas e na estrutura social (Orlandi, 2017).

Na formação identitária, o sujeito perpassa o processo de individuação influenciado pelas instituições e discursos do Estado. O indivíduo não nasce com sua identidade, mas a constrói ao longo do tempo, conforme se relaciona com as diversas formações discursivas, refletindo a dinâmica contínua dos processos de individu(aliz)ação.

Em uma sociedade dominada pelo mercado, o Estado frequentemente falha em sua função de articulação simbólica e política. Essa falha, longe de ser um descaso ou falta de interesse, é, na verdade, uma característica essencial do sistema

capitalista contemporâneo. Essa deficiência não é substituída pelo mercado, mas é uma falha necessária para o funcionamento do sistema (Orlandi, 2017).

Ocorre, no entanto, que, para além da falha, há a falta, que significa de modo diverso. A falta se caracteriza pela ausência em condições de produção, quando deveria estar lá, mas não estava. É o caso da formação do reservatório da UHE em Babaçulândia/TO, em que o Estado não se mostrou articulador simbólico e político nas relações sociais locais e diante da construção do empreendimento energético que impactou o município, a atuação resultou em falhas (estruturante) e faltas, contribuindo com o processo de segregação socioeconômica e simbólica.

Ao não prover reconhecimento adequado, reparação justa ou alternativas viáveis após a destruição dos APLs, o Estado (mesmo que por omissão ou por insuficiência) relega esses sujeitos a uma condição de marginalidade em relação aos benefícios do desenvolvimento que a hidrelétrica deveria trazer, segregando-os das dinâmicas econômicas e simbolicamente apartados por terem sua história e seu modo de vida invalidados ou ignorados pela lógica dominante.

Na AD, o sujeito é visto por um lado, pela ideologia e pelo inconsciente, e por outro, pela individu(aliz)ação imposta pelo Estado. Essa divisão ocorre porque as estruturas que constituem o sujeito têm em comum a característica de apagar a própria origem e funcionamento na formação das identidades e dos sentidos. Sendo, portanto, o sujeito formado pelo esquecimento das forças que o determinam.

Um dos efeitos mais potentes da ideologia é justamente o de naturalizar os sentidos e as posições-sujeito. Aquilo que é construído histórica e socialmente passa a ser percebido como "evidente", "natural" ou "óbvio". A AD busca desconstruir essa aparente evidência, mostrando como os sentidos são produzidos em condições específicas e como a interpelação ideológica nos faz reconhecer ou desconhecer nossa própria sujeição.

Na perspectiva discursiva, a falha serve como um espaço para a possibilidade e é essencial para a ordem simbólica. O silêncio não deve ser confundido com a ausência de palavras ou o que ficou não dito; mas como condição essencial para a produção de sentido, pois há uma relação intrínseca entre silêncio e linguagem, com a linguagem transitando constantemente entre palavras e silêncio (Orlandi, 1997).

Orlandi (1997) argumenta que o silêncio deve ser visto não como um vazio, mas como uma possibilidade para produção de sentidos, funcionando como um horizonte, não uma falta. O silêncio fundador, portanto, não é apenas um elemento

físico, mas uma fronteira para o sentido, e sua política se manifesta em formas como o silêncio constitutivo e o silêncio local.

Além de ser uma condição para o sentido, o silêncio tem uma dimensão profundamente política. Há o silêncio imposto (censura), o silêncio estratégico (o não-dito calculado) e o silêncio constitutivo (aquilo que não pode ser dito porque escapa a uma dada formação discursiva). Analisar os silêncios no discurso dos sujeitos de Babaçulândia, cujos APLs foram interrompidos, pode revelar tanto as áreas de trauma e de indizível quanto as formas de resistência ou de limitações impostas pelo poder.

No capitalismo, a ideia de que o sujeito é o originador e proprietário de si mesmo é fundamental, e cria a ilusão de que o indivíduo tem total clareza sobre sua própria identidade. No entanto, o processo de individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado revela que a identidade do sujeito não é apenas um produto de sua própria consciência, mas também é formada e influenciada por discursos sociais.

A ideia de que o sujeito é formado pelo esquecimento das forças que o determinam conecta-se à ilusão de origem e de autonomia. Ao falarmos, temos a impressão de sermos a fonte única do nosso dizer, esquecendo de que estamos retomando sentidos pré-existentes, inscritos em uma memória e em formações discursivas específicas. Essa ilusão é necessária para que possamos funcionar como sujeitos, e a AD busca justamente trazer à tona esse funcionamento.

De acordo com Orlandi (2017), a maneira como um sujeito se relaciona com o processo de identificação e sua participação na formação social é moldada por esses discursos, afetando sua posição social e suas práticas na sociedade.

Ao refletirmos sobre o impacto da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito em Babaçulândia/TO e os modos de individuação promovidos pelo Estado, observamos que o discurso oficial, que justifica essa obra como essencial para o desenvolvimento, apaga as consequências na vida dos impactados. A discursivização de progresso, ao enfatizar o desenvolvimento econômico, minimiza ou ignora as alterações no território, as expulsões e as marginalizações, as reterritorialização, que além de deslocar fisicamente, altera o modo de vida e de fazeres dos moradores locais, produz a perda de atividades profissionais tradicionais, com a transformação cultural e identitária.

6 PERCURSO METODOLÓGICO: DO LUGAR AO DISCURSO

Neste capítulo, apresentamos o delineamento metodológico em relação ao método e aos procedimentos de coleta, de constituição e de análise do *corpus* de pesquisa.

6.1 Caracterização da pesquisa

Dedicada a estudar o discurso, seu principal objeto, a AD requer rigor teórico e metodológico, motivo pelo qual a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, explorando os aspectos subjetivos e interpretativos, que enriquecem a compreensão do objeto de pesquisa, isto é, os modos de individuação pela ação do Estado na interrupção dos APLs foco da pesquisa.

Para Marconi e Lakatos (2006, p. 269),

[...] a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexibilidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Considerando que o Estado e suas instituições desempenham um papel fundamental na constituição da "forma-sujeito jurídico" na sociedade contemporânea, no qual o indivíduo possui direitos e deveres que garantem seu individualismo nas práticas sociais, adotamos uma abordagem discursiva para demonstrar que, a depender da prática institucional adotada, a atuação do Estado fragiliza ou interrompe as relações dos indivíduos com seus meios de subsistência.

Assim, é crucial a análise dos sujeitos envolvidos em cada atividade produtiva interrompida para a compreensão de como eles discursivizam os impactos socioespaciais advindos pela formação do reservatório da UHE.

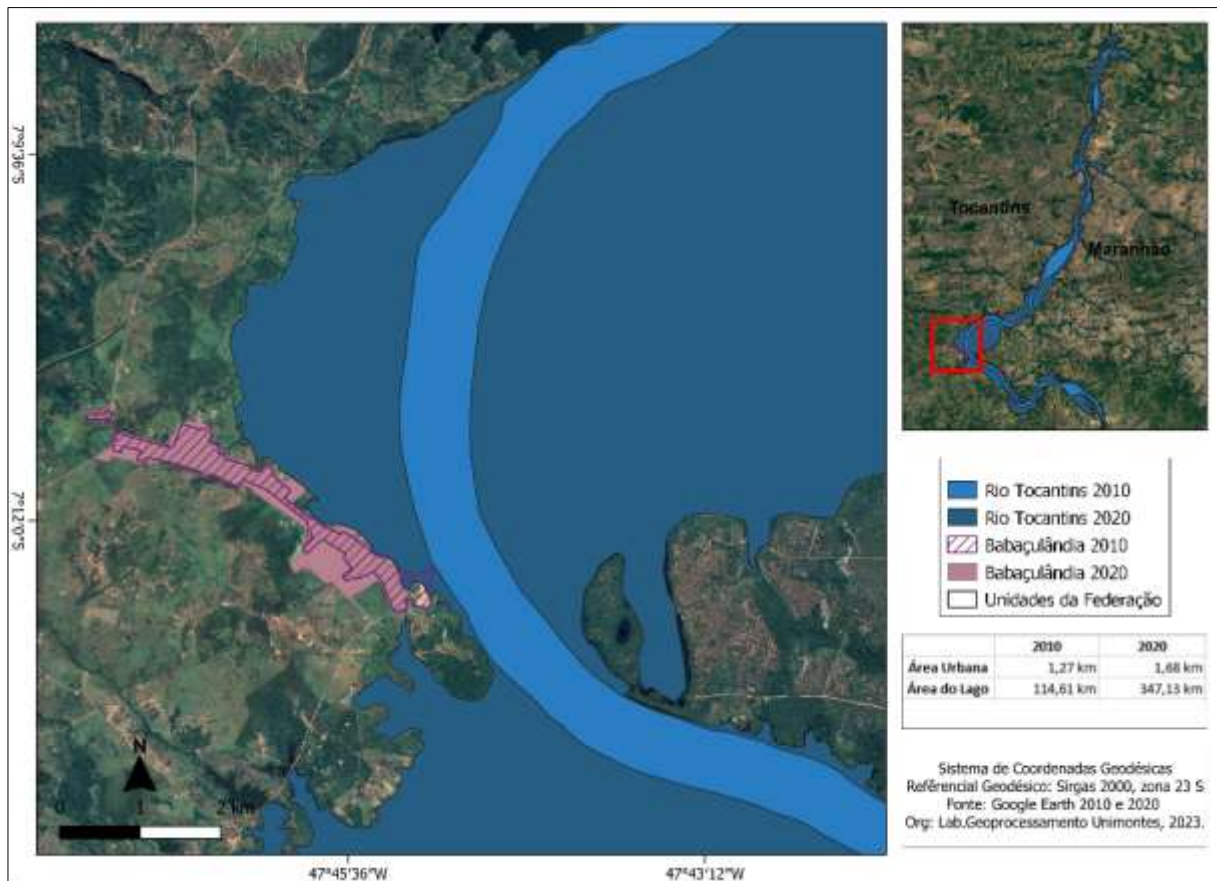
6.2 Recorte espacial e temporal

Conforme já destaca anteriormente, a área geográfica a ser estudada é restrita aos limites do município de Babaçulândia/TO, recorte espacial estabelecido considerando os municípios da Região de Influência Imediata de Araguaína/TO, com

maior área territorial submersa e maior número de arranjos produtivos interrompidos em decorrência da formação do reservatório da UHE.

No ano de 2010, devido à formação do reservatório da UHE, que inundou dezenas de quilômetros e atingiu milhares de pessoas, Babaçulândia e os babaçulandenses tiveram que se reconfigurar. Vejamos, na sequência, o Mapa 5:

Mapa 5 - Babaçulândia antes e depois da formação do lago



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento Unimontes, 2023.

O mapa permite a visualização das características físicas do território. Ao analisarmos o antes e o depois do enchimento do reservatório, observamos mudanças significativas, e um dos aspectos mais marcantes é a alteração ocorrida no curso do Rio Tocantins, que apresentava um comprimento de 114,61 km, em 2010, e, após a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE), o comprimento aumentou para 347,13 km por causa da área submersa. Notamos também uma leve expansão na área urbana do município, que, em 2010, tinha uma extensão de 1,27 km², enquanto, em 2020, aumentou para 1,68 km².

As alterações não foram apenas no espaço territorial, mas nas relações sociais e de trabalho, atingindo os arranjos produtivos dos barqueiros, dos barraqueiros, dos oleiros, dos vazanteiros e das quebradeiras de coco babaçu no município de Babaçulândia, recorte espacial, conforme já ressaltado desde a introdução desta dissertação.

Para viabilizar a análise das relações antes e depois da formação do reservatório, o recorte temporal compreende o intervalo entre os anos 2000 e 2024, permitindo analisar os acontecimentos desde o início das ações da consorciada responsável pelo empreendimento hidrelétrico e as perspectivas atuais, considerando os dados dos três últimos Censos Demográficos.

6.3 Coleta de dados

Levando em conta que a pesquisa qualitativa demanda uma análise minuciosa e contextualizada de um fenômeno específico, a participação ativa do sujeito é um dos pilares centrais da investigação científica. Por este motivo, a coleta de dados deu-se a partir da realização de entrevistas utilizando roteiro semiestruturado, reconhecendo, sobretudo, que a entrevista não é apenas um método de coleta de dados, mas também um processo de interação reflexiva.

Como a pesquisa se desenvolveu pela teoria da AD, não se fez necessário formar uma amostra representativa, apenas um grupo de pessoas com características específicas nos permitiu investigar a problemática estudada. Para definição dos participantes da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes critérios: ser ou ter sido barqueiro, barraqueiro, vazanteiro, oleiro ou artesão de babaçu, e exercer ou ter exercido a atividade profissional no município de Babaçulândia/TO.

Para identificá-los, valemo-nos da técnica de amostragem bola de neve (ou *snowball sampling*), aplicada em pesquisas qualitativas para a formação de um recorte amostral por meio da seleção de indivíduos que conheçam outras pessoas que possuam características relevantes, requisitando a indicação. Essa técnica foi necessária, pois houve a dispersão dos trabalhadores para outros municípios, demandando a localização por meio da indicação dos integrantes de cada APLs interrompido. Segundo Vinuto (2014),

[...] lança-se mão de documentos e/ou informantes chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (Vinuto, 2014, p. 203).

A técnica bola de neve é comumente utilizada quando se trata de população difícil de ser acessada ou quando não é possível precisar o universo amostral para definir o recorte. Para Vinuto (2014),

a amostragem em bola de neve não é um método autônomo, no qual a partir do momento em que as sementes indicam nomes, a rede de entrevistados aumenta por si mesma. Isso não ocorre pelos mais variados motivos, sendo um deles o fato de os entrevistados não serem procurados ao acaso, mas a partir de características específicas que devem ser verificadas a cada momento análise (Vinuto, 2014, p. 205).

A fim de identificar os indivíduos com o perfil adequado para a participação na pesquisa, empreendemos esforços na tentativa de localizar a semente da pesquisa. Quando a amostragem probabilística inicial é inviável ou impraticável, a semente ajuda o pesquisador a iniciar seus contatos e explorar o grupo a ser estudado e, posteriormente, as pessoas indicadas pela semente indicam novos contatos com características semelhantes a partir de suas próprias redes pessoais, e assim por diante (Vinuto, 2014).

Realizamos buscas no Cartório de Pessoas Jurídicas de Babaçulândia/TO, para localização de registros de associações relacionadas aos arranjos produtivos interrompidos, para identificar algum de seus integrantes, a fim de determinar a semente. Foi localizada uma associação ativa, denominada Associação dos Barqueiros e Barraqueiros de Babaçulândia/TO; e o presidente, após identificado, foi definido como a semente ou informante-chave inicial para composição dos participantes.

O contato com a semente deu-se por aplicativo de mensagens instantâneas resultando no agendamento de reunião presencial, momento em que foram indicadas as pessoas que atendiam aos quesitos exigidos. Para seleção dos participantes indicados, além de atenderem os critérios pré-definidos, foram levados em

consideração os seguintes pontos: ter exercido a atividade produtiva de algum dos arranjos objetos de estudo, quando ocorreu a formação do reservatório e disposição para participar da pesquisa.

Foram selecionadas para realização das entrevistas 02 trabalhadores que exerciam atividade profissional em cada um dos arranjos produtivos interrompidos, sendo, portanto: 02 barqueiros, 02 barraqueiros, 02 oleiros, 02 vazanteiros e 02 quebradeiras de babaçu.

Com a definição do recorte amostral utilizando a técnica de amostragem bola de neve, o material de análise foi gerado por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, fazendo o uso de linguagem simples e objetiva, a fim de facilitar a compreensão do interlocutor aos questionamentos.

A adoção de entrevista com roteiro semiestruturado (Apêndice I) deu-se pela relevância para a pesquisa, uma vez que permite investigar diferentes dimensões do fenômeno em estudo, englobando tanto detalhes específicos quanto aspectos gerais, tornando possível registrar entendimento abrangente e diversificado, garantindo abordagem coerente acerca de questões pontuais. O roteiro semiestruturado possibilita, ainda, equilíbrio entre a estrutura pré-definida e a liberdade de explorar outros aspectos do assunto.

Antes de iniciar os questionamentos direcionadores da entrevista semiestruturada, foi feita uma breve introdução explicando o propósito da pesquisa, a importância da confidencialidade e do anonimato e garantia de que as informações fornecidas seriam tratadas de forma sigilosa. Além disso, foram coletadas as assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por meio do qual os participantes consentiram voluntariamente em participar da pesquisa após terem sido devidamente informados sobre seus direitos.

Ao longo dos meses de junho a agosto de 2024, foram conduzidas 10 entrevistas, as quais foram gravadas utilizando um gravador de voz Tomate – MT-556. As entrevistas ocorreram nas residências dos entrevistados ou em locais alternativos indicados pelos entrevistados, com agendamento prévio, em horários sugeridos pelos entrevistados e combinados com a pesquisadora.

Durante as entrevistas, foi notório que os entrevistados se sentiam confortáveis ao responder às perguntas formuladas, não demonstrando desconforto com a presença da pesquisadora, o que sugere que não se sentiram inibidos ou constrangidos na produção de suas enunciações. Acreditamos que isso tenha

ocorrido devido ao fato de a pesquisadora ser moradora local, o que possivelmente contribuiu para um ambiente mais familiar durante as entrevistas.

Em algumas entrevistas, os participantes trouxeram objetos e/ou imagens relacionados ao trabalho que era exercido como forma de exemplificar os eventos relatados, que embora não sejam objeto de análise, auxiliam na compreensão das enunciações.

6.4 Organização do *corpus*

Para tabular o *corpus* a ser analisado, as 10 entrevistas gravadas em áudio foram transcritas integralmente para o idioma português, de forma manual, compiladas em documentos do Microsoft Word e codificadas para identificação, como por exemplo "Entrevista_01_Oleiro" e "Entrevista_01_Vazanteiro".

Orientamo-nos pelo método de transcrição proposto pelo Projeto NURC - Norma Urbana Culta, em que a transcrição considera aspectos fonéticos, fonológicos, gramaticais e lexicais. O projeto NURC foi criado com o objetivo de analisar e descrever como a norma culta é realmente utilizada na comunicação cotidiana no Brasil. Assim, ao adotarmos esse método, estamos nos baseando em uma abordagem reconhecida e consolidada, que busca refletir de maneira precisa o modo como as pessoas falam e utilizam a língua em diferentes contextos.

Após a transcrição das entrevistas, procedemos à delimitação do *corpus*, ponto de partida essencial para a análise dos dados. De acordo com os princípios propostos por Orlandi (2015), o processo de decidir o que faz parte desse *corpus* já implica tomar decisões significativas sobre as propriedades discursivas que serão analisadas. Para a autora,

[...] a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos. (Orlandi, 2015, p. 61).

Assim, a delimitação do *corpus* envolve a seleção cuidadosa de recortes discursivos, identificando trechos relevantes das transcrições que estejam em sintonia com os objetivos da pesquisa. Este processo visa garantir que a análise seja

direcionada e focada, permitindo uma compreensão mais profunda do funcionamento do discurso e dos sentidos que ele produz.

6.5 Caracterização dos entrevistados

Nesta seção, apresentamos uma breve descrição do perfil dos participantes entrevistados, que atuavam no município de Babaçulândia/TO e tiveram suas atividades interrompidas com a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito e que, em relação à atividade laboral, passaram a ter o sufixo “ex-”.

Os ex-barqueiros, os ex-barraqueiros, os ex-oleiros, os ex-vazanteiros e as ex-quebradeiras de coco babaçu eram integrantes dos arranjos produtivos territoriais objeto desta dissertação, como temos ressaltado, e foram entrevistados em dias e em horários diversos, de modo a atender a disponibilidade e a comodidade de cada um. É preciso considerar o fato de que a condição de pesquisadora residente em Babaçulândia/TO, município de realização da coleta de dados da pesquisa, possibilitou acesso dinâmico aos integrantes dos referidos arranjos produtivos territoriais.

Todas as entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado (Apêndice I), e os nomes utilizados são fictícios, de modo a preservar a identidade dos entrevistados.

O Sr. Gustavo Maré, de 67 anos, é casado, considera-se pardo, é aposentado como pescador, mas, antes de se aposentar, exerceu outros ofícios, dentre eles, o de barqueiro, atividade que realizava à época da construção da hidrelétrica, e mudou-se de residência, embora no mesmo setor, em virtude de a formação do reservatório ter atingido sua antiga propriedade.

O Sr. Tiago Remanso, de 59 anos, é divorciado, considera-se moreno, era barraqueiro e atualmente é produtor rural no ramo da bovinocultura no estado do Pará. Iniciou o ofício de barqueiro trabalhando para o sogro até tornar-se proprietário dos próprios barcos. Na época, residia na zona rural do município de Carolina/MA, mas trabalhava no município de Babaçulândia/TO. Sua propriedade rural foi inundada, passando a residir na zona urbana do município de Babaçulândia/TO, para onde mudou-se.

A Sra. Luana Brisa, de 59 anos, é divorciada, considera-se parda e trabalhou como barraqueira por 15 anos. Atualmente, mantém sua subsistência com os proventos de sua aposentadoria, o auxílio do companheiro e a venda de roupas em

sua residência, no setor vizinho ao que residia, na zona urbana de Babaçulândia, para onde mudou-se após a formação do reservatório que atingiu sua antiga propriedade.

O Sr. Marcelo Areia, de 59 anos, é casado, se considera branco, era barraqueiro e atualmente sua subsistência advém da pequena empresa que possui. Não mudou de residência, e seguiu realizando atividades econômicas de forma autônoma, como fazia antes da construção da hidrelétrica.

O Sr. Junior Barro tem 80 anos, é casado, considera-se branco, era oleiro e atualmente sua subsistência advém dos proventos de sua aposentadoria. Mudou-se do Povoado Palmatuba antes da formação do reservatório. O Sr. André Argila, de 60 anos, é casado, considera-se moreno, era oleiro e atualmente sua subsistência advém de emprego de auxiliar de serviços gerais na prefeitura municipal. Não mudou de residência devido à formação do reservatório.

O Sr. Antônio Terra, de 58 anos, é solteiro, considera-se moreno e atuava como vazanteiro. Hoje, sustenta-se por meio da pesca e precisou mudar de residência após a formação do reservatório, que era localizada na zona rural, e atualmente reside na zona urbana. O Sr. Vitor Plantação, de 64 anos, é casado, considera-se moreno e era vazanteiro. Atualmente, ele mantém sua subsistência com os rendimentos advindos de sua aposentadoria e mudou-se de residência com a formação do reservatório, ainda que localizada no mesmo setor.

A Sra. Ana Amêndoa, de 69 anos, é viúva, considera-se branca e sempre laborou como lavradora. Ela mantém sua subsistência com os rendimentos de sua aposentadoria e mudou-se do Povoado Palmatuba para a zona urbana do município de Babaçulândia. A Sra. Carla Arte, de 44 anos, é solteira, considera-se amarela e, atualmente, mantém-se com proventos de benefício previdenciário recebido por um membro de sua família. Assim como Ana Amêndoa, com a formação do reservatório da hidrelétrica, mudou-se do Povoado Palmatuba para a zona urbana do município de Babaçulândia.

6.6 Análise do *corpus*

O processo de análise do *corpus* se valeu dos dispositivos teórico-analíticos da Análise de Discurso, retomando conceitos de discurso, sujeito, condições de produção, formação discursiva, forma-sujeito, individuação e outros, requerendo um constante movimento entre teoria, *corpus* e análise. Orlandi (2015) argumenta que:

uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. E isto não tem a ver com a objetividade da análise, mas com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos. Por isso o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do corpus, relativamente à questão posta pelo analista em seus objetivos. Isto conduz a resultados diferentes. (Orlandi, 2015, p. 62).

A constituição do *corpus* se dá a partir de quem o analisa. Em cada fragmento a ser analisado, há possibilidades analíticas e resultados diferentes. Na primeira etapa da análise, ele começa com o material linguístico bruto e, por meio de uma análise inicial, ele busca tornar esse material menos superficial, desagregando-o. Isso resulta em um objeto discursivo que já representa um estágio de análise, revelando as estruturas discursivas que organizam o material.

Na segunda etapa da análise, o analista examina esse objeto discursivo para determinar como ele se relaciona com as formações ideológicas. Isso nos leva ao processo discursivo, em que passamos do material bruto para o objeto discursivo e, em seguida, para o processo em si. Uma vez que compreendemos o processo discursivo, podemos dispensar o material de análise inicial, pois teremos uma compreensão do funcionamento discursivo que pode ser aplicado a outros conjuntos de materiais e textos (Orlandi, 2017).

A construção do *corpus* é um processo contínuo que se inicia no início da análise e só se conclui ao final do procedimento analítico. Isso porque a seleção do que compõe o *corpus* está intimamente relacionada às decisões sobre as propriedades discursivas (Orlandi, 2020).

Com as entrevistas realizadas e transcritas, iniciamos a delimitação do *corpus*, realizando recortes discursivos que atingissem os objetivos da pesquisa. Para atender o primeiro objetivo da pesquisa, recortamos trechos das enunciações transcritas que respondessem aos questionamentos sobre os impactos sofridos, a natureza dos impactos e à forma como foram experimentados, bem como se se houve o reconhecimento como atingido, o recebimento de indenização e quais as considerações sobre a indenização recebida, objetivando elucidar como são significados por cada sujeito.

Para atender o segundo e terceiro objetivos pesquisa, os recortes foram realizados a partir das enunciações que respondiam aos questionamentos sobre como

era exercida a atividade profissional e qual a ocupação e principal fonte de renda do entrevistado antes e depois da hidrelétrica. E, ainda, de modo a contribuir com o alcance do objetivo geral em analisar como os impactos socioespaciais advindos da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito são significados foram selecionados recortes que respondiam ao questionamento acerca da atuação do poder público, a fim de verificar a individu(aliz)ação do sujeito pela falha e pela falta.

Realizados os recortes, montamos as sequências discursivas – SD, organizando-as em quadros, relacionando os recortes discursivos conexos, a fim de evidenciar a materialidade linguístico-histórica do discurso, observando as condições de produção relacionadas à memória, à ideologia, esquecimento, à falha e à falta, objetivando entender como os sentidos são produzidos no batimento teoria e prática (Orlandi, 2020).

7 ANÁLISE DISCURSIVA DOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Neste capítulo, temos por objetivo analisar as formulações produzidas pelos entrevistados. A linguagem é parte fundamental de quem somos e de como nos relacionamos com o mundo, sujeitando-nos aos seus equívocos e opacidades. A AD nos permite examinar os sentidos inscritos na e pela língua, a questionar as tomadas de posição e compreender como a língua, o sujeito enunciativo e a história se entrelaçam.

Sob a ótica da teoria discursiva, a análise concentra-se em compreender as discursividades em que os barqueiros, os barraqueiros, os oleiros, os vazanteiros e as quebradeiras de coco mostram-se inscritos, quando são levados a enunciar sobre os modos de vida e de fazer em Babaçulândia/TO, não perdendo de vista o antes e o depois da formação do lago.

No batimento entre teoria e análise, são expostos às formações ideológicas e ao interdiscurso. A ruptura das condições de produção, provocada pela Usina Hidrelétrica de Estreito, impacta a constituição dos sujeitos na e pela linguagem. Nesse processo, são mobilizadas formações discursivas e memórias discursivas específicas, que revelam a posição-sujeito. A Individuação — entendida como o processo discursivo e sócio-histórico pelo qual o indivíduo é interpelado e se constitui como sujeito dentro de relações sociais e ideológicas — torna-se central para compreender como a linguagem materializa tensões, resistências e (re)configurações identitárias em um contexto marcado pela interrupção dos modos de produção.

Para tanto, analisamos as sequências discursivas, que denominaremos de SD, considerando as questões relacionadas à modificação territorial causada pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, os impactos na vida dos entrevistados e sua relevância para as tomadas de posição diante dessa construção.

As SD do Quadro 1 foram recortadas a partir de enunciações que descrevem as experiências dos entrevistados em relação aos impactos sofridos, à natureza dos impactos e à forma como foram experimentados, objetivando elucidar como são significados por cada sujeito, conforme consta no quadro a seguir:

Quadro 1 - Discursividades sobre como o enunciador foi atingido pela UHE

Nome do entrevistado	Recortes
Gustavo Maré	SD1 - Fui atingido pela casa e pela embarcação, que esse aqui era o leito subindo, eu fazia linha, tinha um barco e fazia linha. Tinha a temporada de praia que a gente já sonhava com aquele período de junho e julho e agosto, a gente já sonhava com isso, porque você ia ganhar seu pão de cada dia de durante um ano quase. E isso saiu de rota, né?
Tiago Remanso	SD2 – Atingido porque as atividades que nós trabalhávamos, igualmente barqueiros e barraqueiros, as atividades acabaram. Porque nós trevessava a praia nossa, que era lá do Maranhão, né? Aí nós trevessava os passageiros de Babaçulândia para a praia. Aí essa atividade com o lago acabou a praia né? Acabou a praia. Aí ficamos atingidos, porque era a fonte de renda maior que nós tinha era essa.
Luana Brisa	SD3 – Foi muito triste. Eu demorei, quando eu entrava o mês de maio, todo mês de maio eu tinha que chorar, maio, junho, julho, até. Eu não gosto nem de ir na beira do rio, eu vejo gente: ah, eu vou pro lago. Eu não me sinto bem naquele lugar. Eu olho pra lá, eu tô vendo a praia, eu tô vendo minha barraca, como era, o modelo, tudo.
Marcelo Areia	SD4 - Eu fui impactado lá na... na praia, né? Praia do Coco. É onde eu trabalhava, era uma renda, a minha maior renda anual era na praia, como barraqueiro.
Junior Barro	SD5 - Na água, né? A olaria, tinha o lugar pra trabalhar, o forno lá...
André Argila	SD6 - Porque quando a barragem chegou, nós trabalhávamos, nós tinha gente trabalhando. Inclusive, tinha uma cerâmica comunitária lá dentro, foi atingida ela.
Antônio Terra	SD7 - Olha, com a construção da barragem, nós fomos atingidos, é... sobre a pesca, o direito da pesca que nós

	<p>tinha, direito de morar, fazer um barraquinho na beira do lago, nós não tem mais esse, direito, do rii, no tempo do rii nós fazia, nós tinha. Que na beira do rio nós morava, nós fazia, nós tinha uma vazante, nós tinha o milho, nós tinha o arroz, nós tinha feijão, nós tinha tudo. Hoje esse direito aí nós não tem mais, esse direito aí não tem mais, que hoje nem nós como pescador profissional mesmo não pode fazer nem um barraco na beira do lago. Isso ficou difícil pra nós, muiiiiiiito difícil.</p>
Vitor Plantação	<p>SD8 - Rapaz, a forma foi... foi enchendo e cobriu tudo. Cabô. É só isso tem que contar.</p>
Ana Amêndoa	<p>SD9 - Eu fui atingida em todas as formas, porque quando eu morava lá ne Palmatuba, nois vivia do coco e aí depois dessa barragem, impaquetou tudo. E foi o tempo que nós viemos para cá.</p>
Carla Arte	<p>SD10 - Eu fui atingida de muitas formas. Primeiro que eu perdi o direito do meu serviço que eu fazia. [...]. Isso de todas as formas que a gente pensa, a gente foi atingido. Aí hoje tem gente que diz: ah, eu me dei bem com barragem. Eu não me dei bem, não me dei bem de jeito nenhum.</p>

Fonte: Organizado pela autora (2025).

As formulações apresentadas no Quadro 1 dizem respeito aos impactos diretos vivenciados pelos entrevistados, evidenciando a circulação de discursividades ancoradas nas condições materiais de produção que revelam a centralidade das atividades habituais no modo de vida dos sujeitos.

Os enunciados que abordam a forma como os entrevistados foram impactados pela Usina Hidrelétrica de Estreito remetem diretamente às atividades profissionais que exerciam. É necessário reconhecer que o trabalho, para além de sua função na garantia da subsistência, representa também um espaço fundamental de construção de sentido, de realização pessoal, de inserção social e de desenvolvimento econômico.

Por meio da SD1, Gustavo Maré se vale da expressão “pela casa”, referindo-se ao fato de ter necessitado mudar de residência, pois a formação do reservatório submergiu sua antiga moradia, e, em seguida, faz uso da expressão “pela embarcação” para se referir à sua atividade como barqueiro, ainda que não nomeie o arranjo produtivo, passando, então, a discorrer apenas sobre sua atividade profissional.

Diante do evento transformador das condições de produção, a memória discursiva ativada, em funcionamento por meio das formulações "fazia linha" e "temporada de praia", não é mera descrição, mas aponta para um intercalado onde o trabalho se associa ao sonho, à previsibilidade e à garantia do sustento. A relação da conjugação verbal somada ao tom de sua enunciação, que discursivizam como a vida, os sonhos e os planos foram afetados, revela o desapontamento que emerge ao constatar a impossibilidade de continuar sendo sujeito-barqueiro naquelas novas condições.

Nesse movimento, Tiago Remanso como dá a perceber a SD2, assume a posição-sujeito atingido, atrelada ao exercício de sua atividade no rio/praias, que foi totalmente alterado, inscrevendo-se na formação discursiva de perda com ênfase na renda que recebia e na atividade que era coletivamente exercida. Do ponto de vista discursivo, o uso dos verbos “acabar” e “ficar”, em referência à atividade e aos profissionais, respectivamente, produzem ali o efeito de sentido de duas situações opostas: as atividades realizadas pelos barqueiros terminam com a construção da usina hidrelétrica, mas os profissionais, barqueiros, estes ficaram, porém, sem o exercício da profissão e sem a maior fonte de renda que possuíam.

A partir da formulação de Luana Brisa - SD3, notamos o uso do advérbio de intensidade “muito” e dos adjetivos “triste” e “chorar”, que revelam uma posição sujeito marcada pela subjetividade atravessada pelo trauma. As novas condições de produção, o lago como lugar de memória, produzem um efeito de repulsa e de mal-estar, indicando a falha no processo de simbolização da perda. A individuação aqui é fraturada pela impossibilidade de habitar o presente sem que seja invadida pelo passado, encontrando-se cindida entre o real do lago e o imaginário da praia perdida.

Com base na SD4, Marcelo Areia, de modo semelhante, ao enunciar o impacto sofrido com a formação do reservatório apresenta sua atividade profissional, ligando-o à função econômica - renda e identitária - barraqueiro. A hesitação "lá na... na praia" indica a dificuldade de nomear o que foi perdido, pois dependia intrinsecamente

daquele espaço físico "praia", agora inexistente, para ser quem era: barraqueiro. O discurso é menos afetivo, mas igualmente centrado na perda do espaço produtivo e de sua função econômica e identitária.

Por meio de SD5, notamos que Junior Barro resume o efeito da perda da olaria à enunciação "na água". Ao enumerar elementos concretos como "o lugar pra trabalhar", "o forno lá", materializa-se a memória discursiva do arranjo produtivo que existia. O sujeito se posiciona como integrante do arranjo, e o não-dito sobre o que aconteceu com a olaria, com o forno, aponta para a ruptura causada pela UHE, operando como silenciamento da dor ou da perda das condições de produção.

A partir de SD6, percebemos que André Argila explicita a ruptura ao enunciar "quando a barragem chegou", identificando o causador de alterações nas condições de produção. O discurso enunciado revela o exercício do trabalho coletivo antes da formação da UHE, inscrevendo o enunciador como parte de um grupo que compartilhava aquela prática do arranjo produtivo dos oleiros.

Antônio Terra, como se mostra a partir da SD7, mostra-se inscrito na memória discursiva de um "tempo do rii" como um período de autonomia e de abundância, contrastando com a realidade atual, de privação e de restrição. O sujeito enunciador lamenta o passado perdido e denuncia a precariedade presente, evidente na repetição da negação ao enunciar "nós não tem mais esse direito", "esse direito aí não tem mais", e na intensificação do sofrimento, quando enuncia "muiiiiiiito difícil".

Vitor Plantação, com base na SD8, descreve de forma direta e pelo efeito mais visível, o enchimento do reservatório e submersão das áreas. A dispersão de sentidos é bloqueada ou drasticamente simplificada, e a afirmação categórica "É só isso tem que contar" funciona como um poderoso mecanismo de silenciamento, negando a possibilidade de outras discursivizações.

Por meio da SD9, Ana Amêndoa enuncia o marco temporal "depois dessa barragem", significando-o como um agente de destruição completa que afeta as condições de produção anteriormente existentes. Uma das consequências dessa ruptura é o deslocamento forçado que evidencia a perda não apenas do meio de subsistência, mas também do território de origem. O discurso é marcado pela experiência de desenraizamento; a identidade do sujeito, antes ancorada na vida em Palmatuba e na prática ligada ao coco babaçu, é reconfigurada.

Como dá a perceber a SD10, notamos que Carla Arte assume a posição-sujeito de quem sofreu violação, apresentando como o primeiro e principal impacto a perda

do direto ao serviço que era realizado, sendo refletido na reconfiguração identitária pela recusa em se alinhar a discursos que minimizem ou positivem o impacto da UHE, como resistência.

Ao significarem, no primeiro quadro analítico, os impactos que sofreram com a formação do reservatório da usina hidrelétrica de Estreito, os entrevistados barqueiros, barraqueiros, oleiros, vazanteiros e quebradeiras de coco babaçu circunscreveram-se ao campo profissional, refletindo a intensidade do impacto causado aos arranjos produtivos e a necessidade de adaptação ao novo contexto social, revelando um processo contínuo de ressignificação diante das transformações vividas.

A heterogeneidade nas Formações Discursivas mobilizadas para significar os impactos da ruptura, como a dificuldade de simbolizar a perda, a denúncia explícita da violação de direitos, a contestação de sentidos que possam positivar o impacto da barragem, a constatação da perda da função identitária, o silenciamento da dor. Essa diversidade demonstra que não há uma única forma de ser "atingido", mas múltiplos atravessamentos subjetivos e posições-sujeito possíveis frente à violência da reconfiguração imposta pela UHE.

Diante dessa multiplicidade de sentidos construído ao ser "atingido", torna-se necessário compreender também como essas subjetividades se manifestam no campo da reparação. O segundo quadro analítico, portanto, volta-se para as discursividades que emergem sobre a reparação recebidas, não se limitando à reparação em si, mas adentrando ao campo discursivo em que se produzem os sentidos de justiça, de adequação, de valor e de reconhecimento frente às perdas sofridas. Examinar como os sujeitos enunciam sobre as reparações nos permite desvelar as formações discursivas, posições-sujeito e como as próprias condições de produção do discurso constituem essas formulações. Consideremos, a seguir, o Quadro 2:

Quadro 2 - Discursividades sobre a reparação recebida

Nome do entrevistado	Recorte
Gustavo Maré	SD11 - É... Eu não me considerei indenizado, por uma indenização que nem valia, essa, a indenização, porque o barqueiro mesmo foi só uma, uma recompensazinha.

	<p>O barco melhor, uma coisa que nós perdemos, que nós vivia a vida inteira naquilo ali, nós sabia viver, sempre toda entrevista que eu tenho, eu sempre reconheço isso, no caso a gente se achava um passarinho que vivia voando, aí pegaram ele e cortaram as asas, fica sem voar.</p>
<p>Tiago Remanso</p>	<p>SD12 - Eu daria quase nada, porque eles indenizaro nós com uns 15 mil reais, 16 mil reais, foi uma indenização, que é uma indenização de dinheiro que nós ganhava dentro de uma temporada de praia, nós ganhava esses 15 mil, nós ganhava na temporada de praia, e aí eles deram uns 15 mil valendo uma vida, né? E nós ia viver criando os filhos, netos de lá, deixando de ganhar esse dinheiro todo ano pelo impacto da barragem. Então, não considero indenização por causa disso.</p>
<p>Luana Brisa</p>	<p>SD13 - Nada! Vixi, só o desgasto muito caminhando para a Filadélfia.</p>
<p>Marcelo Areia</p>	<p>SD14 - Em relação aos barraqueiros, a gente nunca foi ouvido, nós tentamos em vários acordos, tudo. Aí, por fim, entramos na justiça. Esse processo rolou mais de dez anos [...] Aí perdemos aqui na distância do Município, aí fomos para Palmas, lá também não foi reconhecido. Aí desistimos, né? Então, barraqueiros não tiveram compensação de nada.</p>
<p>Junior Barro</p>	<p>SD15 - E eu não tive indenização. Não tive indenização de nada.</p>
<p>André Argila</p>	<p>SD16 - Quando nós chegamos em Carolina, eles falaram aí, um rapaz foi lá dentro, pegou uma folha lá e veio com uns... Não, mas quem é presidente da oleria lá, quem comanda a oleria lá, é o seu João P. e o seu Luís V. Aí nós saímos de lá sem coisa nenhuma, que eles que já eram passados já para outra mão, que foi quem recebeu</p>

	a indenização, foi eles. Nós não recebemos nada da oleria. Ficou tudo para perdida.
Antônio Terra	SD17 - Não fui reconhecido como vazanteiros. [...] Nenhuma indenização.
Vitor Plantação	SD18 - Não. Por eles não, por eles eu não recebi nada.
Ana Amêndoa	SD19 – Não teve.
Carla Arte	SD20 - Eles formaram a associação, aí eles tomaram a nossa associação. Porque nós não recebemos nada, mas eles receberam, a indenização quem recebeu foi eles.

Fonte: Organizado pela autora (2025).

As SD do Quadro 2 foram recortadas a partir de respostas dadas às perguntas que buscavam identificar se houve o reconhecimento como atingido, o recebimento de indenização e quais as considerações sobre a indenização recebida. A seguir, expomos as análises formuladas por nós.

Por meio da SD11, é possível notar que Gustavo Maré ocupa uma posição-sujeito de quem se sente não reparado, reduzindo o que recebeu à uma “reparaçõzinha”. O uso da forma diminutiva da palavra reparação, pelo contexto empregado, revela seu cunho pejorativo, sugerindo que é inadequada ou insatisfatória para compensar o dano sofrido. A metáfora do “passarinho que vivia voando” e teve as “asas cortadas” materializa a perda não como um simples dano econômico, mas como a destruição da própria autonomia, da liberdade e da essência do ser-barqueiro, enfatizando a impotência, a tristeza e a ideia de perda significativa e definitiva daquilo que era parte de si e de sua história. A reparação, nesse discurso, falha completamente em restaurar a dimensão existencial do sujeito marcado pela perda.

Por meio da SD12, percebemos que Tiago Remanso enuncia que a reparação recebida foi “quase nada”, sugerindo que a oferta foi tão inadequada que não amenizaria as perdas significativas sofridas. A formulação “valendo uma vida” e a comparação do valor da indenização recebida com o valor que conseguia arrecadar trabalhando em apenas uma temporada de praia que durava cerca de 60 dias no ano evidenciam a formação discursiva de injustiça e destaca a desproporcionalidade do valor pago e o impacto de perder sua atividade profissional e o modo de vida que levava, revelando uma posição-sujeito de quem se sente lesado.

Com base na SD13, é possível observar que Luana Brisa faz o uso do pronome indefinido “nada”, que é intensificado pela interjeição coloquial “vixe”, indicando a total ausência de indenização. Ao enunciar que houve apenas “desgaste muito caminhando para a Filadélfia”, o município vizinho, sede da comarca e onde se localiza o fórum, retrata a luta na via judicial para que houvesse o reconhecimento dos barraqueiros como atingidos, ocupando a posição-sujeito de excluído e frustrado, pois as buscas por reparação converteram-se em fonte adicional de sofrimento.

A partir da SD14, o Marcelo Areia emprega o termo “a gente” construindo um discurso tomado pela posição-sujeito coletivo. A expressão “nunca foi ouvido” revela a invisibilização na luta pelo reconhecimento da classe como trabalhadores atingidos pela hidrelétrica. Embora tenham buscado diversas alternativas, até os mecanismos judiciais, foram insuficientes na garantia dos direitos pleiteados, transformando as lutas e a esperança em desistência e em desilusão, pois não houve qualquer forma de compensação ou de reparação pelos danos sofridos.

Por meio da SD15, Junior Barro, ao enunciar, revela a posição-sujeito de simples exclusão. A repetição enfática de “Não tive indenização. Não tive indenização de nada” reforça a negação categórica, e a ausência de detalhes ou de justificativas reflete a clareza da situação para o sujeito ao passo que silencia as memórias da condição de não-indenizado.

André Argila, como dá a notar a SD16, assume a posição-sujeito de integrante da coletividade que foi preterido ou fraudado no processo de reparação da olaria. O discurso estabelece uma oposição clara entre “nós” que saímos “sem coisa nenhuma” e “eles” João P. e Luís V., que “receberam a indenização”, revelando que a reparação, destinada à coletividade da olaria, foi apropriada por indivíduos específicos.

Por meio da SD 17, Antônio Terra vincula a falta de reparação ao não reconhecimento identitário, e essa negação identitária funciona como a própria justificativa para a exclusão da indenização, resultando na experiência de ter sua identidade laboral e, conseqüentemente, seu direito à reparação, apagados, inclusive no discurso.

Vitor Plantação, com base na SD 18, enuncia a negação seguida pela especificação do agente da não-reparação “eles”, referindo-se à empresa. Ao enunciar, o sujeito ocupa a posição de sujeito excluído, considerando a ausência de reparação, atribuindo a responsabilidade a alguém que deveria prover a compensação.

Com base na SD19, Ana Amêndoa enuncia a ausência total de reparação. A extrema brevidade do enunciado indica o silenciamento de um processo doloroso que foi a perda do meio de subsistência, de traços culturais e da identidade, que resultou na ausência de qualquer forma de reparação.

Similar à SD16, este discurso opera na formação discursiva da exclusão, tomado por uma posição-sujeito de membro de um grupo que teve sua organização coletiva usurpada por outros, que se tornaram os beneficiários da indenização, revelando um discurso que marca claramente a divisão "nós", referindo-se a quem não recebeu *versus* "eles", que receberam.

Os discursos sobre a reparação revelam um campo discursivo majoritariamente atravessado por Formações Discursivas que negam, desqualificam ou problematizam as medidas compensatórias. É recorrente a significação da reparação, quando ocorrida, como insuficiente e inadequada. A memória discursiva funciona, até pelas condições de produção, para evidenciar a desproporção entre a perda existencial e econômica e a pequenez da compensação, levando-os a se posicionarem como não reparados.

Para além da insuficiência das reparações efetivadas, um número expressivo de discursividades, em funcionamento neste quadro, articula a experiência da ausência total de reparação ou da exclusão do processo compensatório, atribuída a diferentes fatores como o não reconhecimento da identidade produtiva, o fracasso das vias institucionais e jurídicas, a apropriação da indenização por outros. Essas formulações evidenciam não apenas o sentimento de injustiça, mas também revelam como as condições materiais e simbólicas da exclusão atravessam os modos de vida dos sujeitos atingidos.

É, nessas condições de produção, que as Formações Discursivas em funcionamento nas formulações constantes do Quadro 3 ganham relevância, ao abordarem a execução da atividade profissional exercida antes da formação do reservatório e as transformações na atividade e na renda dos enunciadores, antes e depois da construção da hidrelétrica. As SD apresentadas no quadro foram recortadas das respostas dadas aos questionamentos que objetivam entender como era exercida a atividade profissional e qual a principal fonte de renda do entrevistado antes e depois da hidrelétrica. No fluxo de nossas considerações analíticas, tomemos o Quadro 3:

Quadro 3 - Discursividades sobre atividade e renda antes e depois da UHE.

Nome do entrevistado	Recorte
Gustavo Maré	<p>SD21- Fazendo linha aqui pra Carolina. A minha vida era essa.</p> <p>SD22 – Daqui pra Carolina. Eu fiz 20 anos, quase 20 anos. Tava faltando pouca coisa. [...] Embarcação.</p> <p>SD23 - É só o salariozinho miado do aposento.</p>
Tiago Remanso	<p>SD24 - [...] carregando passageiros, carregando abóbora, melancia, feijão... É barqueiros mesmo.</p> <p>SD25 – Era praticamente era um barco mesmo, porque quando não era mês de julho, a gente vivia de outros fretes na barca, né?</p> <p>SD26 – É praticamente igual, né? Praticamente igual. Porque eu arrumei outras fontes de renda também, arrumei, né? Através da necessidade, né? A necessidade me ensinou a arrumar outras fontes de renda. E aí antes da barragem era bom, né? Eu sofri um pouco para poder pegar outro ramo de atividade, sofri muitas consequências, né? Mas depois eu passei a trabalhar em outras áreas, tá bem também.</p>
Luana Brisa	<p>SD27 - A mercadoria a gente trevessava nas balsas, no barco. Era. Primeiro para fazer a barraca, né? As palha, é... nós comprava o compensado, porque era melhor, né? Que do que de palha, né? Aí nós comprava compensado, levava, aí fazia a latada. Era frente pro rio, frente pro palco, né? E mais era bom. E assim também a barraca. Parece que eu tô vendo assim, sabe?</p> <p>SD28 – Eu mexia com um lanchezinho ali, botei uma lanchonete e eu era funcionária do município também. Eu ia pra praia porque eu gostava, eu gosto de estar lá naquela movimento. E era uma renda muito boa. Você, quando terminava a temporada você dava um, arrumava</p>

	<p>a casa, dava um... arrumava assim qualquer coisa que você quiser, porque a renda era boa.</p> <p>SD29 - Hoje eu sobrevivo com as minhas vendas e com o meu aposento e com a ajuda do meu companheiro também.</p>
Marcelo Areia	<p>SD30 – É. Bom, a gente tinha uma associação, né? Então, todo ano, no mês de maio, quando o rio abaixava, a gente escolhia o local da praia. Aí, os barraqueiros iam todo mundo, a gente marcava os lotes. Aí, faz o sorteio. E aí, cada um ia cuidar da sua barraca, né?</p> <p>SD31 – Olha, como eu falei, eu tinha uma renda na praia, né? Era uma renda que a gente ganhava numa temporada. Se fosse dividir pelo ano, dava mais de um salário por mês.</p> <p>SD32 – Olha, hoje a minha renda fixa tem a minha academia. Faço outros trabalhos.</p>
Junior Barro	<p>SD33 – A gente pegava aqueles olero mais véi, que vai trabalhando e a gente vai olhando, eles ensina a você fazer o barreiro, faz a latada em cima, nós fizemo, trazemo o barro, molhava, aí quando ele tava mole a gente ia com a enxada, traçava ele, batia de fogo, tirava, botava no meio do barreiro, ai tinha uma grade e nós ia botando lá, hoje é tudo máquina...</p> <p>SD34 – Era do babaçu e da oleira.</p> <p>SD35 – Sou aposentado, graças a Deus, a minha valença é esse aposento, essa condição.</p>
André Argila	<p>SD36 - Nós fazia tijolinho comum na coisa, depois veio uma máquina, mas pra lá, pra dentro da comunidade, uma máquina que fazia o tijolinho comum, mas mais já, mais coisado, mais era queimado manual, tudin, né? Só a máquina que descoisava, nós tirava o barro lá mesmo, lá mesmo fazia o tijolo.</p>

	<p>SD37 - Era olaria. Igual eu trabalhava mais minha família, nós fazia, vendia e distribuía o lucro entre pai e filho.</p> <p>SD38 – Eu tenho um servicinho [...] funcionário do município.</p>
Antônio Terra	<p>SD39 - Porque no tempo do Tocantins, o rio enchia. O rio enchia, quando ele baxava, nós já plantava. Já plantava, ali a gente já plantava o feijão, já plantava a melancia, a abóbora, melão, esse tipo de coisa, na encosta do rio. Da produção, a gente já distribuía, pa vender. Trazia pa rua, pa vender. Nossa produção era essa, e era muito boa.</p> <p>SD40 - Olha, antes da barragem, a renda era uma renda... a gente não sabe nem dizer o que era bom, porque de tudo a gente tinha, de tudo, de tudo você tinha, porque você tinha galinha, você tinha o porco, você tinha o peixe, tinha tudo, de tudo você tinha um pouquinho.</p> <p>SD41 - Agora hoje cabô, hoje a gente não tem mais esse tipo de renda. [...]as coisas estão muito difíceis, as coisas tão cara e o peixe tá barato. É por isso que a nossa renda É baixa, baixa, baixa.</p>
Vitor Plantação	<p>SD42 - Prantava tudo, de feijão pra cima, tem pra arroz, milho, abóbora, tomate. Era tudo [...] Prantava em abril, colhia em julho, agosto.</p> <p>SD43 – Era só quando eu colhia.</p> <p>SD44 - Só mesmo desse aposento que eu tenho, graças a Deus.</p>
Ana Amêndoa	<p>SD45 – Do coco você faz tudo, você tira o azeite. Faz o cartão das cascas, você faz o adubo, faz [inaudível] pra casa, você não perde nada.</p> <p>SD46 – Nós morava lá em Palmatupa, nós é tipo assim, nós fazia as coisas, vendia e com o dinheiro era que nós comprava as coisas.</p> <p>SD47 - Hoje eu tenho uma menina que é especial, então eu vivo da renda dela, do BPC dela.</p>

Carla Arte	<p>SD48 - Tinha uma máquina, tinha um torno, sabe? Pois é. Aquele torno, você era ligado na energia ali, cortava, limpava esse, esse, esse coco todinho quando terminava aí tinha uma lixa que você passava ali em cima, ia passando a lixa ali e a máquina tava, tava girando direto. Aí você, quando ele tava lisindo. Aí você colocava a cegueta só assim, a máquina tava girando ali, pra ir riscando, aí a máquina, você colocava a cegueta e a máquina ia cortando ali. Ali é a Maria sentada no chão, lixando peça, com aquela lixa d'água. Aqui é pintando. Elas estão montando já, em cima do papelão.</p> <p>SD49 - Só quebrar coco. Só quebrar coco. Era do azeite, fazia o carvão, fazia 10, 20 sacos de carvão, vendia todo dia.</p> <p>SD50 – Eu me aposentei.</p>
------------	--

Fonte: Organizado pela autora (2025).

As formulações produzidas por Gustavo Maré, como apresentamos por meio das SD21 e SD22, refletem a estabilidade profissional que possuía pela prática rotineira do trabalho com a realização de trajeto repetitivo. A expressão "A minha vida era essa" aponta para um sujeito com o modo de vida constituído pela atividade profissional que exercia, com dedicação e satisfação. A partir da SD23, notamos em jogo a discursividade que evidencia o contraste entre a posição-sujeito de produtor ativo e experiente para receptor passivo de uma renda mínima, obrigando-o a reconfigurar-se pela perda do *status* e da autonomia associados ao trabalho que possuía. A UHE representa a passagem de uma vida definida pela atividade para uma existência definida pela dependência de um benefício considerado irrisório.

Tiago Remanso, como expressam as SD24 e SD2, ao descrever a atividade profissional anteriormente exercida, especificando o que transportava, faz o uso da expressão "barqueiros mesmo", que produz efeito de sentido de que o trabalho não era apenas uma atividade econômica desempenhada, mas sua identidade profissional. Com base na SD26, é possível notar que Tiago Remanso, em relação à renda auferida antes e depois da hidrelétrica, mantém similaridade, contudo, a

posição-sujeito assumida é de sobrevivente resiliente, que se reergueu apesar das dificuldades, reconfigurada pela necessidade forçada, um processo doloroso.

Com base nas SD27 e SD28, notamos que Luana Brisa descreve com detalhes o processo realizado para o exercício das atividades como barraqueira, demonstrando orgulho e a admiração pelo trabalho que realizou por cerca de 15 anos, pois, apesar de ser empreendedora sazonal que também tinha outras fontes de renda, valorizava a experiência e o retorno financeiro da praia. A formulação “parece que eu tô vendo assim, sabe?” evidencia a importância das vivências na construção da identidade individual e coletiva, bem como do funcionamento da memória discursiva. Por meio da SD 29, notamos que a posição-sujeito é de quem luta para se manter e possui a necessidade de compor renda de múltiplas fontes, indicando a perda de centralidade da atividade autônoma anterior.

Marcelo Areia, como notamos a partir das SD30, SD31 e SD32, silencia, em seu discurso, o processo de transição, as dificuldades ou a comparação da renda atual com a anterior. Apesar de a atividade profissional atualmente realizada não possuir nenhuma relação com a atividade de barraqueiro, o enunciado sugere a manutenção da estabilidade, mas a nítida reconfiguração de sua identidade.

A partir das SD33 e SD34, observamos que Junior Barro enuncia o processo artesanal da olaria e do aprendizado intergeracional, como sujeito oleiro ligado ao saber tradicional, daquilo que lhe provia a renda. Por meio da SD35, a discursividade ali em funcionamento revela que ele se considerar sortudo e agradecido a Deus por ter a aposentadoria como fonte de renda, revelando que UHE a tornou única alternativa viável para subsistência, inclusive apagando a identidade anterior de oleiro.

As tomadas de posição de André Argila, como dá a perceber a SD36 e a SD37, remetem a condições de produção em que a olaria comunitária, mesmo com alguma mecanização, baseava-se fortemente no trabalho manual e na organização familiar para produção, para comercialização e para distribuição. Com base na SD38, notamos o efeito de sentido de ruptura. O diminutivo "servicinho" materializa, discursivamente, a perda de autonomia, a mudança de identidade profissional. O não-dito sobre a qualidade ou satisfação com esse "servicinho" é eloquente.

Antonio Terra, por meio da SD39, inscreve-se na posição-sujeito cuja vida e trabalho eram ritmados pelo ciclo natural do rio Tocantins. O discurso produz efeito de sentido de uma vida satisfatória, observado a partir do enunciado "nossa produção era essa, e era muito boa". Por meio da SD40, tem-se, em suas formulações, a ênfase

na abundância passada, a ponto de ser quase indizível. O sujeito enunciador posiciona-se como alguém, cuja capacidade de representação verbal falha diante da magnitude daquela realidade vivida - "a gente não sabe nem dizer o que era bom".

Por meio da SD41, o enunciador aclara o marcador temporal, "agora hoje", seguido pela forma verbal coloquial "cabô", que materializa linguisticamente a fratura que a UHE provocou. O demonstrativo "esse" aponta para a renda específica do passado – não apenas uma quantia, mas um *tipo* de renda ligado àquela forma de vida autônoma e integrada ao ciclo do rio.

Vitor Plantação, com base na SD42, demonstra inscrição na posição-sujeito de azanteiros detentor de um saber-fazer ligado aos ciclos naturais, e, por meio do uso da hipérbole "tudo", tem-se um efeito de sentido de plena abundância. A partir da SD 43, o enunciador esclarece que a disponibilidade de recursos "era só quando colhia", limitando temporalmente ao momento da colheita, produzindo um efeito de sentido de dependência direta do trabalho da terra e dos seus resultados sazonais. Com base na SD44, percebemos que, ao enunciar "só mesmo desse aposento", há um contraste violentamente com o "tudo" da SD42, utilizando a partícula de exclusão "só" e o advérbio de intensidade "mesmo" para enfatizar a insuficiência da fonte de renda atual.

Ana Amendoa, a partir das SD45 e SD46, enuncia o domínio do saber tradicional e sinaliza um modo de vida compartilhado entre uma comunidade, produzindo efeito de sentido de um sistema social e econômico, em que a identidade coletiva e o pertencimento ao lugar (Palmatuba) são indissociáveis da forma como a vida era organizada. Por meio da SD47, a enunciativa abandona a posição coletiva e assume a posição-sujeito individual, em que significa o presente como um tempo de individualização, perda da capacidade produtiva e dependência de auxílio externo.

O *corpus* analisado, a partir do quadro 03, faz emergir discursivizações vívidas sobre o saber-fazer dos barqueiros, dos barraqueiros, dos oleiros, dos vazanteiros e quebradeiras de coco babaçu. Essas práticas, intrinsecamente ligadas às condições de produção específicas oferecidas pelo ambiente (rio, praia, barro, terra fértil, babaçual/comunidade), não só garantiam a subsistência – muitas vezes percebida como autossuficiente ou abundante, mas também fundamentavam as posições-sujeito, conferindo identidade, autonomia e pertencimento aos trabalhadores.

Em contundente contraste, as discursividades sobre o período pós-UHE revelam uma paisagem socioeconômica drasticamente alterada, dominada por

formações discursivas da perda, da adaptação forçada pela necessidade e, sobretudo, da dependência. A interrupção ou inviabilização das atividades tradicionais forçou muitos sujeitos a buscarem "outras fontes de renda" ou "outros trabalhos", em um processo frequentemente descrito como difícil e sofrido, ou a passarem a depender exclusivamente de aposentadorias, qualificadas como insuficientes, mas aceitas com resignação ou gratidão por falta de alternativa

Essa reconfiguração implica não apenas uma mudança de *status* socioeconômico, mas uma fratura nas identidades construídas ao longo de anos ou de décadas de prática laboral específica. Mesmo nos casos de adaptação a novas atividades, percebemos que essa mudança foi imposta pela "necessidade" e não isenta de sofrimento, enquanto outros discursos silenciam completamente sobre o processo de transição, talvez pela dor ou pela dificuldade em narrar essa ruptura identitária.

Portanto, o Quadro 3 materializa as consequências concretas da interrupção dos APLs, anunciadas nos quadros anteriores sobre impactos gerais e reparações. Ao comparar detalhadamente o "antes" e o "depois" no que tange ao trabalho e à renda, a análise evidencia não apenas a dimensão econômica da perda, mas principalmente a desestruturação de modos de vida e a profunda reconfiguração das práticas sociais e identitárias impostas pela UHE

Nesse contexto de transformações profundas, torna-se fundamental compreender também o papel do poder público nesse processo. Por meio do Quadro 4, a seguir, apresentamos sequências discursivas (SD) recortadas das repostas dadas pelos entrevistados aos questionamentos sobre as considerações sobre a atuação e o suporte do poder público em relação às atividades profissionais dos entrevistados. O questionamento se fez necessário para compreender a influência da atuação (ou ausência de atuação) do Estado no processo de perda da atividade profissional dos sujeitos entrevistados. Vejamos, na sequência, o Quadro 4:

Quadro 4 - Discursividades sobre a atuação do poder público

Nome do entrevistado	Recorte
Gustavo Maré	SD51 - Não, a referência na época era o Francisco, né? Mas... Ele não foi o cara que foi a favor da população de Babaçulândia não. Olha, eu te falo a verdade, porque isso

	<p>aqui, teve uma audiência pública bem aqui...quando era esse clube bem aí, teve audiência pública bem aí, na hora que um atingido falava um dedo da barragem, ele saltava da colá. Inclusive, ele mandou prender aquele Gilvard, na época. Mandou prender o Gilvard, na época porque o Gilvard foi falar contra o cara da barragem. Eu achava assim que as coisas, que as coisas deviam ter sido, não é porque você vai impedir, mas tinha que ver o lado da população, né? Pois é, isso é o que não foi visto.</p>
<p>Tiago Remanso</p>	<p>SD52 - Não, não tivemos apoio. Pelo contrário. Nós fomos atrapalhados pelo Poder Público. Quando nós tínhamos reuniões com o CESTE e... e... também o IBAMA também e participou, outros órgãos participou, nós sentia que algum órgão, principalmente o IBAMA, nos querias apoiar, aí o prefeito, prefeito Raimundo, tentava negar aquilo tudo que poderia apoiar nós. Então hoje eu tenho, eu tenho essa mágoa muito grande do prefeito Raimundo, porque ele nos prejudicou, ele nos prejudicou, ele nunca foi a favor dos barraqueiros e barraqueiros. Eu não sei se ele tinha algum benefício lá pelo CESTE, alguma coisa que beneficiava ele, eu não sei, eu só sei que ele sempre foi contra e eu acho que contribuiu muito para nós não ser indenizados e não ser recompensado, porque o poder público você sabe, ele é uma força, potência forte no município e ele sempre foi contra nós.</p>
<p>Luana Brisa</p>	<p>SD53 - Ele não ajudou em nada em nós, né? Era, era.. Seria bom se ele tivesse ajudado no federal, né? Porque no meu pensamento, no meu modo de pensar, eles deveria ter feito essa praia aí pra nós. Pra nós barraqueiro, né? E aí, eles construía, botava o padrão, tudo aí, todos os anos a gente ia trabalhar, nera?</p>
<p>Marcelo Areia</p>	<p>SD54 - É, eu acho que nós não tivemos o apoio necessário, né? [...]Então foi assinando, não tivemos</p>

	apoio do poder público. Simplesmente, eles diminuíram o investimento da praia, era pra ser uma praia numa ilha, aí veio para a orla, no final foi com uma pontinha por lá, muito mal acabada
Junior Barro	SD55 - Não, não deu assistência pra nós não. [...] Depois nós pensamos que aqui era coisa que não tinha mais jeito, que a água tava... uns foi indenizado, outros não.
André Argila	SD56 - Foi muito ruim naquela época. Porque hoje, se fosse igual hoje, tecnologia, as coisas famosas, hoje talvez não tivesse acontecido o que aconteceu antigamente.
Antônio Terra	SD57 - Assim, esse pessoal, nesse tempo, eles, eles fizeram assim um tipo de coisa, como se tava dando apoio, mas até agora ninguém viu resultado de nada. [...] A prefeitura nem se manifestou sobre isso aí de jeito nenhum, ninguém sabe se é porque tinha algum esperto por aí, né? Que essas coisas aí, na hora do dinheiro...
Vitor Plantação	SD58 – Hum hum.
Ana Amêndoa	SD59 – Não teve nada não, se teve não chegou no meu conhecimento não.
Carla Arte	SD60 – Para onde? Nenhum.

Fonte: Organizado pela autora (2025).

Na formulação de Gustavo Maré, dada a perceber pela SD51, notamos que o Estado é representado por um governante, que nas palavras do enunciador “não foi o cara que foi a favor da população de Babaçulândia não”. A ocorrência de palavras e a forma como a formulação é estruturada revelam uma posição-sujeito de testemunha ocular da parcialidade e da injustiça, contrastando a ação observada com o dever esperado - "tinha que ver o lado da população", sugerindo que, embora não fosse possível impedir o fato, deveria ter sido levado em consideração as necessidades e os interesses das pessoas afetadas.

Por meio da SD52, chama-nos a atenção a discursividade que aparece em funcionamento na enunciação de Tiago Remanso, que tem a ver com fato de que, para além de não ter tido apoio, os profissionais barqueiros foram “atrapalhados pelo

poder público”, revelando um sentimento de antagonismo e de descontentamento. O poder público é significado não apenas como omissor, mas como um agente que ativamente “atrapalhou” e “prejudicou” os atingidos, inclusive boicotando potenciais apoios de outros órgãos.

Por meio das formulações de Luana Brisa, na SD53, visualizamos a crítica pela ausência de ajuda e a expectativa de que haveria tentativa de minimização dos impactos causados ao sugerir que o poder público deveria “ter feito essa praia aí pra nós”, o que revela expectativa de ação não atendida, o que também acontece, como dá a perceber a SD 54, quando Marcelo Areia enuncia que “era pra ser uma praia numa ilha, aí veio para a orla, no final foi com uma pontinha por lá, muito mal-acabada”.

Junior Barro, por meio da SD55, assume a posição de sujeito deixado à própria sorte em um cenário de incerteza e desigualdade. A formulação sobre a falta de perspectiva - “pensamos que aqui era coisa que não tinha mais jeito” - sugere que a ausência de apoio público contribuiu para o sentimento de desesperança.

A partir da SD56, percebemos que André Argila, embora não culpe diretamente o poder público de forma explícita, critica o “que aconteceu antigamente”. Assim, na formulação, implicitamente, incluem-se as falhas institucionais da época. A discursivização expressa o desagrado com o passado e explicita a ausência percebida de meios de enfrentamento, uma crítica implícita à vulnerabilidade imposta por aquelas condições e a existência de menos recursos para resistir ou mitigar os danos sofridos.

Analisando a SD57, enunciada por Antônio Terra, pudemos notar a construção de uma discursividade carregada de ceticismo e de frustração em relação às ações (ou às inações) de agentes externos e institucionais com a construção da barragem. O enunciador assume a posição-sujeito de membro de uma coletividade com efeito de sentido de profunda desilusão e crítica, revelado pela materialidade linguística. A ocorrência de expressões como “esse pessoal” e “um tipo de coisa”, bem como a expressão modalizadora “como se tava dando apoio” sugere que foi mais uma performance ou aparência do que um suporte genuíno.

A partir da SD 58, Vitor Plantação se posiciona como discordante ou negador, mas o faz por meio da forma mais atenuada e menos comprometida discursivamente. O não-dito torna-se, paradoxalmente, o centro da formulação: tudo

o que poderia ser dito para fundamentar a negação é elidido, substituído por uma emissão quase-silenciosa.

Com base na SD59, Ana Amêndoa afirma a ausência de apoio, mas introduz a possibilidade de falha na comunicação ou alcance. A materialidade linguística inicial utiliza a dupla negação para produzir um efeito de sentido de negação categórica e enfática, no entanto, na sequência, introduz-se a conjunção condicional "se" que opera um deslocamento, passando de negação absoluta da *existência* do fato para a negação absoluta da sua *ciência*.

Por meio da SD 60, Carla Arte, em máxima economia linguística, enuncia uma pergunta retórica seguida de uma resposta monossilábica, produzindo efeito de sentido contundente. As razões para a ausência de opções, as tentativas, os sentimentos associados a essa falta – tudo isso é silenciado, contido na força da negação absoluta. A discursivização aqui demonstra como o silêncio e a economia de palavras podem ser tão ou mais significativos que a verbalização extensa, especialmente ao lidar com experiências de perda radical e falta de perspectivas.

A análise das discursividades sobre a atuação do poder público, apresentadas com base nas formulações constantes do Quadro 4, revela uma convergência notável dos sujeitos em torno de uma avaliação predominantemente negativa das instâncias governamentais, frente ao processo de implantação da UHE e seus desdobramentos.

O poder público é muitas vezes personificado nas figuras dos prefeitos da época, cujas ações são interpretadas como sendo "contra nós" ou não alinhadas ao interesse da "população". As motivações atribuídas a essa postura variam da simples omissão ou incompetência à suspeita de conluio ou de corrupção, refletindo uma profunda crise de confiança nas instituições e nos representantes políticos locais durante um período de extrema vulnerabilidade para a comunidade.

A percepção generalizada de falha, de omissão ou de hostilidade por parte do poder público teve um impacto significativo na forma como os sujeitos vivenciaram e significaram todo o processo relacionado à UHE. Essa postura institucional agravou o sentimento de injustiça e de desamparo. A ausência de um suporte efetivo ou de uma defesa dos interesses locais por parte de quem deveria legitimamente representá-los contribuiu para dificultar o acesso à informação, à negociação e à própria reparação, além de gerar ressentimento e "mágoa" que perduram na memória coletiva.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, propusemo-nos a analisar as discursividades de trabalhadores que deixaram de exercer suas atividades laborais habituais em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, examinando as discursivizações que emergem em torno das consequências sociais e econômicas dessa transformação. Para orientar nossa análise, filiamo-nos aos conceitos e aos métodos da Análise de Discurso (AD), abordagem teórica de Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

A pesquisa objetivou analisar, à luz da Análise de Discurso, os modos de individuação dos sujeitos afetados pela interrupção dos arranjos produtivos em Babaçulândia/TO, pelo Estado, e como estes sujeitos significam os impactos socioespaciais advindos da formação do reservatório.

Para atingir esse objetivo, foram realizadas entrevistas com trabalhadores cujas atividades desenvolvidas foram interrompidas devido à construção do reservatório. Utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturado, que nos permitiu explorar de forma detalhada as experiências desses e coletar ricas informações sobre os efeitos das mudanças, pois, ao mesmo tempo que nos guiava, dava espaço para que suas histórias e formulações emergissem livremente.

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi analisar os impactos da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Estreito sobre os APLs em Babaçulândia-TO. Para isso, utilizamos as respostas aos itens 7 a 11, 28 e 29 do roteiro de entrevistas, os quais buscavam compreender de que forma as atividades dos barqueiros, dos barraqueiros, dos oleiros, dos vazanteiros e das quebradeiras de coco babaçu foram afetadas com a criação do reservatório.

O segundo objetivo específico concentrou-se na análise das ocupações dos sujeitos e das dinâmicas de produção e de comercialização dos arranjos produtivos antes e depois da formação do reservatório. Para alcançar esse objetivo, consideramos os itens 12 a 21, 25 e 26 do roteiro, que investigavam como as atividades eram desempenhadas no período anterior à construção da usina e de que maneira essas práticas foram modificadas após a inundação. Buscamos entender como a hidrelétrica influenciou os processos produtivos, as estratégias de comercialização e a permanência (ou não) dos trabalhadores em suas profissões originais.

O terceiro objetivo específico teve como foco a análise das reconfigurações sociais e identitárias dos sujeitos afetados pela interrupção dos arranjos produtivos. A partir dos itens 22, 23, 24 e 27, investigamos como esses trabalhadores se transformaram ao novo contexto, quais ocupações ou atividades passaram a exercer, e de que forma a ruptura com os antigos modos de vida impactou suas trajetórias, identidades e formas de subsistência.

Para elucidação dos objetivos, fez-se necessária a articulação de três perspectivas teóricas. De Santos (ano), acerca do território transformado e das dinâmicas de poder (verticalidades vs. horizontalidades) que o reconfiguraram. De Sassen (Ano), para diagnosticar a lógica socioeconômica brutal (expulsões) que operou nessa transformação. E especialmente de Pêcheux (Anos) e Orlandi (anos), a AD, que nos permitiu adentrar à dimensão subjetiva e linguística, analisando como os sujeitos, situados nesse território reconfigurado e submetidos a essas lógicas de expulsão, produzem sentidos, ressignificam identidades e se constituem discursivamente em meio à ruptura e à perda.

Assim, compreendemos a construção da UHE de Estreito como uma manifestação avassaladora de uma verticalidade que desestrutura violentamente as horizontalidades preexistentes, transformando o território usado. E, ao inundar terras, extinguir atividades produtivas ligadas ao rio e às suas margens, deslocar comunidades como Palmatuba, tem-se a materialização de expulsão.

Os sujeitos desta pesquisa foram, em essência, expulsos das condições materiais e territoriais que definiam suas existências e seus APLs. As "verticalidades" funcionam como os mecanismos concretos que implementam as lógicas de "expulsão", enquanto viabilizam a produção de energia para sistemas externos.

As condições de produção das discursivizações (moldadas pelas transformações territoriais e pelas experiências de expulsão) determinam o que pode e deve ser dito, como pode ser dito e por quem. A forma como os sujeitos que pertenciam aos APLs de barqueiros, de barraqueiros, de oleiros, de vazanteiros e das quebradeiras de coco babaçu discursivizam os impactos, as adaptações e as lutas nos levam ao modo como são individu(aliz)ados pelo Estado.

O Estado define e molda o papel dos indivíduos cuja atividade produtiva foi interrompida pela construção de uma usina hidrelétrica autorizada pelo próprio Estado. A alteração do território onde viviam e trabalhavam elimina as condições de produção que mantinham suas atividades profissionais. A interrupção do trabalho

força esses indivíduos a enfrentarem a necessidade de se readequarem a novas circunstâncias, sem o suporte necessário para essa transição, refletidos na ausência de apoio estatal.

As Formações Discursivas que emergem para significar o passado são de memória da vida nos APLs, da abundância, da autonomia; para significar o presente são de perda, precariedade, a injustiça, e adaptação. As posições-sujeito que os enunciadorees assumem ao narrar suas experiências são de sujeito-vítima, sujeito-resistente, sujeito-resignado, sujeito-trabalhador precarizado.

Os processos de individu(aliz)ação, em que o sujeito, interpelado pela ideologia e pelas novas condições impostas, marcadas pela falha ou pela falta do Estado em prover reparação ou suporte adequados, fazem funcionar sentidos sobre o sujeito social e político no novo contexto. A forma como discursivizam a relação com o Estado, as indenizações, ou a ausência de apoio, revela esses modos de individuação. Os silêncios e os não-ditos, que são igualmente constitutivos de sentido, apontando para traumas, para resistências ou para impossibilidades de dizer.

Os objetivos propostos foram alcançados. Mapeamos, a partir das formulações dos sujeitos, os impactos advindos com a formação do reservatório: (i) a perda do território físico e simbólico; (ii) a inviabilização das práticas laborais que definiam suas rotinas e identidades; (iii) a desarticulação de laços sociais e (iv) a inadequação ou a ausência de processos reparatórios justos.

A análise contrastiva entre o "antes" e o "depois" revelou um dos resultados mais significativos: a força da memória discursiva que constrói um passado de autonomia, de trabalho integrado à natureza, à abundância e ao pertencimento, em contundente oposição a um presente significado pela perda, pela adaptação forçada, pela dependência e, muitas vezes, pela precariedade.

A interrupção dos APLs, causada por uma ação autorizada e legitimada pelo próprio Estado (a construção da UHE) foi predominantemente marcada pela falha e pela falta: a ausência de reconhecimento para algumas categorias, a insuficiência das reparações, a omissão ou até a hostilidade percebida por parte de agentes públicos locais e a falta de alternativas viáveis que considerassem seus saberes e histórias.

É nesse contexto de ausência e inadequação estatal que os sujeitos foram individu(aliz)ados – constituídos como sujeitos isolados, forçados a buscar "outros trabalhos" desvinculados de sua identidade ligada aos modos de ser e de fazer dos povos d'água, marcados por um sentimento de perda ou de diminuição. A forma como

discursivizam suas trajetórias, suas críticas, seus silêncios e suas resignações é a materialização discursiva desse processo.

Para continuar a pesquisa vislumbramos a possibilidade de analisar as discursividades institucionais - do consórcio, do poder público - em contraponto às discursivizações dos atingidos. Os resultados aqui apresentados podem subsidiar pesquisas voltadas à proposição de políticas públicas mais justas e eficazes para reparação e para desenvolvimento local em contextos pós-barragem.

A Análise de Discurso pode desvelar a dimensão subjetiva e política dos impactos de grandes projetos, na evidência de que a individuação dos sujeitos atingidos pela UHE Estreito, em Babaçulândia, foi profundamente marcada pela atuação (ou não atuação) do Estado, gerando um cenário complexo de perda, de adaptação e de (re)significação.

Esperamos que este trabalho, ao visibilizar essas vozes e experiências, contribua não apenas para o campo acadêmico, mas também para uma reflexão mais ampla sobre os modelos de desenvolvimento e a necessidade de escuta e reconhecimento das populações locais, não renunciando ao poder que as discursivizações podem ter no processo de luta.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

ANTUNES, Roger Alfredo de Marci Rodrigues. **Formação de gentílicos a partir de Topônimos**: proposta de geração automática. 2017. 252 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2020. Orientadora: Dra. Dra. Gladis Maria de Barcellos Almeida. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9035/DissRARMA.pdf?sequencia=1>> . Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)**, [s.d.]. Tocantins. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins#:~:text=No%20rio%20Tocantins%20est%C3%A3o%20instaladas,ao%20terceiro%20maior%20do%20Brasil>>. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Agência Nacional de Energia Elétrica**, [s.d.]. Disponível em: <<https://dadosabertos.aneel.gov.br/dataset/siga-sistema-de-informacoes-de-geracao-da-aneel>>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. **Ministério dos Transportes**, 2023. Indicadores. Disponível em: <<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/porta-da-estrategia/indicadores>>. Acesso em: 11 set. 2025.

CESTE. Consórcio Estreito Energia. **Carta nº 042-2023-GG-CESTE**. Estreito, 26 jan. 2023.

CESTE. **Estudo de Impacto Ambiental UHE Estreito**. [s.d.] Disponível em: <<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidretricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/>>. Acesso em: 11 set. 2025.

CESTE - Consórcio Estreito Energia. **Histórico do empreendimento**. Disponível em: <<http://www.uhe-estreito.com.br/>>. Acesso em 11 set. 2025.

CESTE - Consórcio Estreito Energia. **Quebradeiras de Coco Babaçu**. Estreito: CESTE, 2007.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **APLs: Fundamentos para a Elaboração de Políticas Públicas**. In: APLs, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Brasília, Mais Gráfica Editora, 2010, p. 123-182.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2ª. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

GOLDEMBERG, José; PALETTA, Francisco Carlos (Coord.). **Energias Renováveis**. São Paulo: Blucher, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Babaçulândia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/panorama>>. Acesso em: 11 set. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2025.

ITAIPU. **Gigantes**: Usina de Itaipu e de Três Gargantas, na China, acumulam dois recordes históricos. Disponível em: <<https://itaipu.gov.br/noticias/energia/gigantes-usina-de-itaipu-e-de-tres-gargantas-na-china-acumulam-dois-recordes-historicos>>. Acesso em 27 mar. 2025.

UNIMONTES, Laboratório de Geoprocessamento. **Babaçulândia**. Montes Claros, MG: [s.n.], 2023. 1 mapa. Escala 1:2.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 59 ed. São Paulo. Editora Atlas, 2003.

MARIA, Carla. **BABAÇULANDIA E SUAS PAISAGENS !.wmv**. YouTube, 09 de julho de 2011. 14min57s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zMmtTXPfwg>>. Acesso em: 27 de abr. de 2025.

MASSOLI, E. C.; BORGES, F. Q. **Uma Análise das Externalidades Geradas pela UHE de Estreito (MA) e o Processo de Desenvolvimento**. Desenvolvimento em Questão, [S. l.], v. 12, n. 28, p. 251–278, 2014. DOI: 10.21527/2237-6453.2014.28.251-278. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2919>. Acesso em: 11 set. 2024.

MELO, Clarissa Reis; GOMES, Jacira. **Adjetivos pátrios brasileiros**. Ao pé da Letra (UFPE), v. 2, p. 35-40, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedalettra/article/view/230963/24956>>. Acesso em 1; 30 abr. 2024.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Tocantins**: história e geografia. Goiânia: Bandeirante, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12^a. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**, no movimento dos sentidos. 4.ed. Campinas (SP): Unicamp, 1997.

ORLANDI, En P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentido. 5.ed. Campinas: Pontes Editores, 2022.

ORLANDI, En P. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3.ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5.ed. Campinas: Pontes Editores. 2020.

ORLANDI, E. P. **Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa**. RUA, Campinas, SP, v. 21, n. 2, p. 187–206, 2015. DOI: 10.20396/rua.v21i2.8642454. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642454>. Acesso em: 11 set. 2024.

ORLANDI, Eni. **Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória**. Entremeios: revista de estudos do discurso. v.1, n.1, jul/2010. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/1.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

PEREIRA, G. M. **Projeto de usinas hidrelétricas passo a passo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. Disponível em: <http://ofitexto.arquivos.s3.amazonaws.com/Projeto-de-Usinas-Hidreletricas_DEG.pdf>. Acesso em 11 set. 2025.

PAZ, Adelsimo. **Memórias de Babaçulândia - Parte 15**. YouTube, 09 de junho de 2012. 03min49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BHCVfx4GidA&t=86s>>. Acesso em: 27 de abr. de 2025.

PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. 7.ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. **A análise de discurso: três épocas**. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 311-318. [1983]. Discurso e ideologia (s). In: **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 141-186.

PEREIRA, Geraldo Magela; GAMBETTI, Delfino LG. História das usinas hidrelétricas. Revista Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, v. 11, n. 1, 2021.

RAFFESTIN, C. **O que é o território?** In: Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-148.

SANTOS, M. **Dinheiro e Território**. Universidade São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360/8560>>. Acesso em 11 set. 2025.

SANTOS, M. **Horizontalidades e Verticalidades**. In: A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 9ª reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2017, p. 281-288.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. **Verticalidades e Horizontalidades**. In: Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 22^a.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012, p.105-111.

SASSEN, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Orçamento. **Perfil s ocioeconômico dos municípios**, 2017. Disponível em: <<https://central.to.gov.br/download/214208>>. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVA, Luís Antônio G. C. **Biomassas Presentes no Estado do Tocantins**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca, 2007.

SOUSA, Flávio. **Praia Do Coco - Babaçulândia**. YouTube, 29 de novembro de 2009. 04min11s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HrISdRkCNq4>>. Acesso em: 27 de abr. de 2025.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **Legados Miltonianos**: leituras sobre o espaço amazônico. In: O pensamento de Milton Santos e a Amazônia. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021, p.159-172.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa**: um debate em aberto. Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 11 set. 2024.

ANEXO I

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO DE TEXTOS ORAIS

(Normas adotadas pelo Projeto NURC/RS)

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	saímos com o e dizia assim olha vai custar tanto... (mas os daqui) não há problema...
Truncamento	/	sim ahn é... mas tem ge/ tem... cara que às vezes vai num restaurante é bacana né?
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	bom mas eu acho que ginástica em () deve solucionar esse problema né?
Entonação	maiúsculas	já que o ginásio vai TANTA coisa boa...acho que não custa pôr uma banheira térmica ali
Alongamento de vogal e consoante (como s, r)	Poden::do muito sua::ve	acho bacana à beça a pantalona viu? né? calça com a boca bem larga... bem cintura::da entende?
Silabação	-	CAMpos... espetaculares não tinha deserto... mas uma COIsa assim fan-TÁs-ti-ca um negócio
Interrogação	?	e quanto a frutas verduras assim o que vocês preferem?

Qualquer pausa	...	leva todo o período de aula... só... subindo e descendo escada
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	aqui vai melhor assim... bom... eu te digo o seguinte... ((pigarro)) tu acharias que:: todas as nossas aulas...
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	- -	também a comida vinha:: - era muita gente, né? muitos atletas - e a comida vinha de São Paulo
Superposição simultânea de vozes	[Ligando linhas	é difícil de explicar assim [porque tu queres ver uma coisa
Citações literais ou leitura de textos durante a gravação	“ ”	um cara... me atacou... “ que que eu faço pra tirar a barriga? ” eu digo pára de tomar chope...

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
1	NOME:
2	DATA DE NASCIMENTO:
3	ESTADO CIVIL:
4	COR/RAÇA:
5	PROFISSÃO:
6	ENDEREÇO:
7	COM A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ESTREITO, DE QUE FORMA VOCÊ FOI ATINGIDO?
8	VOCÊ PRECISOU MUDAR DE RESIDÊNCIA?
9	VOCÊ FOI RECONHECIDO COMO ATINGIDO?
10	VOCÊ RECEBEU ALGUMA REPARAÇÃO/INDENIZAÇÃO?
11	COMO VOCÊ CONSIDERA A REPARAÇÃO QUE RECEBEU?
12	ANTES DA BARRAGEM, QUAL PRINCIPAL RENDA DA SUA FAMÍLIA?
13	ANTES DA BARRAGEM VOCÊ TRABALHAVA COM O QUÊ?
14	O QUE O LEVOU A TRABALHAR COMO (atividade exercida antes da barragem)?
15	COMO ERA EXECUTADA A SUA ATIVIDADE COMO (atividade exercida antes da barragem)?
16	COM QUEM VOCÊ EXERCIA ESSE OFÍCIO?
17	VOCÊ AINDA TRABALHA COMO _____? E AS PESSOAS QUE TRABALHAVAM COM VOCÊ?
18	O QUE O LEVOU DEIXAR DE TRABALHAR COMO _____ (PROFISSÃO)?
19	APÓS A BARRAGEM VOCÊ EXECUTOU A ATIVIDADE DE _____ POR ALGUM TEMPO?
20	COMO VOCÊ COMPARA SEU TRABALHO ANTES E DEPOIS DA BARRAGEM?
21	QUAL A RELEVÂNCIA DO SEU TRABALHO COMO _____ PRA VOCÊ?
22	COM O QUE VOCÊ TRABALHA HOJE?

23	SEM A EXISTÊNCIA DA BARRAGEM, VOCÊ ACREDITA QUE CONTINUARIA TRABALHANDO COMO ____ ATÉ OS DIAS DE HOJE? OU PELO MENOS TRABALHADO POR MAIS TEMPO?
24	QUAIS ALTERAÇÕES NO TRABALHO VOCÊ ENCONTROU APÓS A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM?
25	NA ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM, HOUVE ALGUMA REUNIÃO REALIZADA PELO CESTE PARA OUVÍ-LOS ENQUANTO TRABALHADORES ATINGIDOS?
26	HOUVE ALGUM MOVIMENTO ANTIBARRAGEM DE TRABALHADORES ANTIGOS?
27	QUAL SEU PRINCIPAL MEIO DE SUBSISTÊNCIA HOJE?
28	VOCÊ RECEBEU ALGUM SUPORTE DO PODER PÚBLICO, EM RELAÇÃO AO TRABALHO, APÓS A BARRAGEM?
29	QUAIS SUAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO, NA FORMAÇÃO DA BARRAGEM?